



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO
AMBIENTE
NÍVEL MESTRADO

CARLOS MIRANDA DA SILVA

ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GOVERNANÇA AMBIENTAL NO
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, UMA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO ESTADUAL DE SERGIPE

SÃO CRISTÓVÃO

2016

CARLOS MIRANDA DA SILVA

**ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GOVERNANÇA AMBIENTAL NO
REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, UMA UNIDADE DE
CONSERVAÇÃO ESTADUAL DE SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da
Universidade Federal de Sergipe.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Daniela Teodoro Sampaio

SÃO CRISTÓVÃO

2016

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE LAGARTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S586e Silva, Carlos Miranda da.
Estratégias para implementação de governança ambiental no refúgio de vida silvestre Mata do Junco, uma unidade de conservação estadual de Sergipe / Carlos Miranda da Silva; orientadora Daniela Teodoro Sampaio. – São Cristóvão, 2016.
194 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente)
– Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Meio ambiente - Conservação. 2. Governança corporativa.
I. Sampaio, Daniela Teodoro, orient. II. Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. III. Título.

CDU 502.14

CARLOS MIRANDA DA SILVA

**ESTRATÉGIAS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GOVERNANÇA AMBIENTAL
NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO ESTADUAL REFÚGIO DE VIDA
SILVESTRE MATA DO JUNCO, SERGIPE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
da Universidade Federal de Sergipe.

Aprovada em 29 de fevereiro de 2016



Prof.^a Dr.^a Daniela Teodoro Sampaio – Universidade Federal de Sergipe
Presidente-orientador



Prof. Dr. Acácio Alexandre Pagan – Universidade Federal de Sergipe
Examinador Externo ao Programa



Prof. Dr. Frederico Machado Teixeira – Universidade Tiradentes
Examinador Externo à Instituição

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente concluída no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS).

A handwritten signature in blue ink, reading "Daniela Teodoro Sampaio", is positioned above a horizontal line.

Prof.^a Dr.^a Daniela Teodoro Sampaio – Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS

É concedido ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da Universidade Federal de Sergipe (UFS) responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente permissão para disponibilizar, reproduzir cópia desta Dissertação e emprestar ou vender tais cópias.



Carlos Miranda da Silva
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS



Prof.^a Dr.^a Daniela Teodoro Sampaio – Orientadora
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente - PRODEMA
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dedicatória

“Dedico este trabalho a todos que acreditam na mudança, a qual deve partir de nosso esforço. Esforço que se manifesta em atitudes de governança.”

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de finalizar a então pesquisa (mas ao mesmo tempo não necessariamente finalizar, já que após encerrado a mesma o trabalho de gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco deve proceder tendo em vista a continuidade que a metodologia proporciona), e nesse momento eu só tenho a agradecer.

Inicio tecendo meus agradecimentos a estas pessoas de grande importância na minha vida: minha esposa Neide, meu filho Cauê, minha mãe Maria, meus irmãos Carla e Magno, e a meus sobrinhos Ananda e Arthur, em que tive a oportunidade de estar sempre em casa (nas duas casas) fazendo minhas pesquisas com todo aparato familiar.

Prossigo agradecendo a minha Orientadora, Prof.^a Dr.^a Daniela Teodoro Sampaio (carinhosamente chamada de Dani), essa pessoa extraordinária que sempre acreditou no meu potencial e não desistiu de mim, mesmo nos momentos mais críticos da pesquisa, que me fez “entrar na Mata do Junco” no sentido de ser pesquisador, e mais ainda, me colocou no desafio de enveredar em áreas até então desconhecidas por mim como a Representação Social e a Governança Ambiental!

À Universidade Federal de Sergipe, por me proporcionar a oportunidade de realizar o mestrado e me abrindo portas ao conhecimento. Ao pessoal do PRODEMA, às secretárias, colaboradores, aos professores que compõem o quadro do programa que contribuíram para minha formação como Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, e a Prof.^a Maria José Nascimento Soares (coordenadora do programa) que sempre batalha dia-a-dia em melhorias deste para não deixa a “peteca” cair.

Nesse contexto, também agradeço a CAPES pela concessão da bolsa de estudos, a Prof.^a Laura Jane Gomes, que me aceitou para realizar o Tirocínio Docente e aceitou ser membro-suplente da minha banca, ao qual me rendeu um aprendizado ímpar, me mostrando a importância e as responsabilidades de um professor e de um pesquisador. Agradeço ainda aos que fizeram parte da minha banca: os Professores Acácio Alexandre Pagan e Frederico Machado Teixeira, pelas fundamentais e preciosas contribuições para o meu estudo.

A minha turma PRODEMA 2014 - conceito 5 da CAPES - não vou citar nomes aqui, pois para mim todos são importantes, tanto os mestrandos quanto os doutorandos, esse pessoal que dispensa comentários e sempre foi o sustento no desenrolar da minha pesquisa, onde a ideia que permeou entre nós foi a de um ajudar o outro, e assim tivemos a

oportunidade de conviver tensa e intensamente nesses dois anos, e nesse espírito de cooperação acabamos nos tornando amigos, ou melhor dizendo uma família.

À SEMARH na pessoa de Augusta Barbosa, gestora-chefe do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, que abriu literalmente as portas da UC para que a pesquisa fosse desenvolvida. Agradeço também a Heverton Moraes da SEMARH pelo apoio e incentivo desde o início em fazer o mestrado, e no apoio logístico na oficina do SISUC, assim como Carol e Raul (assistência na oficina), Maria e Neide (apoio logístico). Enfim, a todos desta instituição que colaboraram para que esse estudo fosse concretizado, instituição da qual tive a oportunidade de fazer parte como gestor adjunto do Monumento Natural Grota do Angico nos anos de 2012, 2013 e 2014.

Não podia jamais deixar de agradecer ao pessoal do Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco, que desde o primeiro momento aceitaram o desafio de se permitirem ser o universo desta pesquisa, pelo entusiasmo com que demonstraram em todo o percurso e pela contribuição essencial para o referido estudo. Estendo meu agradecimento às instituições que representam o Conselho do RVS Mata do Junco através de seus representantes no conselho.

Às pessoas que de alguma forma me ajudaram a desenvolver meu estudo: Juliana, Taiguã, Daniel, Carol, Edinaldo, Manu, Analee, Edilma, Sandra, Emerson, Micaele, Camila, Andressa, Karla, Thaiane, Paulo, Débora, João, a Carlos Eduardo Marinelli, o elaborador da metodologia do SISUC que, mesmo à distância nos prestou assistência e apesar de não poder participar da banca de defesa desta Dissertação aceitou o convite para parceria na publicação do capítulo do SISUC, e a Fred que foi o nosso consultor de informática antes, durante e depois da Oficina do SISUC, o qual nas horas de “aperreio” ele sempre aparecia uma solução para os problemas da metodologia do SISUC (São Fred! Rsrtrs). Gostaria de agradecer também aos meus amigos de forma geral (os de infância que até hoje mantemos contato, e os que nesse percurso acabei fazendo).

Por fim, porém não menos importante, agradeço a Deus, essa força suprema que nos encoraja e nos impulsiona a cada dia para que não desistamos diante dos obstáculos que o teatro da vida nos prega, pois deixo aqui meu depoimento sincero que foram muitas vezes que desanimei, mas a essa força que é Deus me fez reerguer, tomar fôlego e seguir em frente. No mais, o meu muito obrigado!

Poesia de Lizaldo Vieira dos Santos

Vida do Mato
-Lizaldo Vieira -

Sagrado cheiro de coisa boa
Vida virada ao avesso
Santa vida
Mater
Bonita
Alegre
Gostosa
Vida do chão
Da arte em toda a parte
VERDADE
Sem preço
Quantas vezes queremos
Gritar desse feito
Falar coisas bobas
Naturais
Da realidade crua e nua
Que só a natureza se permite ouvir
O que a rua não sabe mais
Mergulhar a consciência no orvalho
Ver a vida tecendo o amanhecer
Ouvir o som vivo da mata
Intacta
Sentir o salutar ar puro
Limpar os pulmões
Encher de oxigênio desengarrafado
Coisa já tão difícil
No mundo globalizado
Que tal beber água fria na bica
Espanando o mato com a mão
Sentir o cheiro de terra viva
Espreitar bicho solto
Preá e raposa em disparada
Macaco saltando de galho em galho
Feito louco
Pássaro engenhando o ninho
No nicho
Esperando a primavera
Quem dera
Ainda escutar a sinfonia da mata
Curtir o balé de galhos e flores
E a mais pura irmanada dos primatas
Quisera
Ainda ouvir o tagarelar da cachoeira
Saltitando fagueira
Entre espumas de cristais
Ah! Que sonho bom de um brasileiro
Mas quanta ilusão
Agora
Sinto a contramão
É que estou acordado
Mirando o tempo cinzento
Inalando cheiro de asfalto queimado
Cercado pela selva de pedra
E espumando carbono
Por todos os lados

RESUMO

A conservação da biodiversidade está diretamente ligada à manutenção dos recursos naturais e às estratégias de proteção desses bens naturais. Dentre os mecanismos brasileiros de proteção da biodiversidade encontram-se as Unidades de Conservação (UCs), instituídas pela Lei 9.985/2000 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Entretanto, somente a implementação dessas áreas não garante sua manutenção, faz-se necessário a participação efetiva e representativa dos atores sociais que estão inseridos em sua gestão, isto é, o seu conselho gestor (deliberativo ou consultivo), tendo em vista os propósitos que subsidiaram a criação de tais áreas protegidas. O Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ) é uma Unidade de Conservação administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE), localizada no município de Capela, estado de Sergipe, com os objetivos de proteger as nascentes, a vegetação, e para abrigar espécies da fauna, entre elas o *Callicebus coimbrai* (macaco-guigó) espécie ameaçada de extinção. Além disso, a referida UC possui como principais instrumentos de gestão o plano de manejo e o conselho consultivo. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo avaliar o monitoramento estratégico das ações apontadas pelo Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) através de seu conselho consultivo, visando contribuir para gestão adaptativa do RVSMJ, e ainda compreender as representações sociais que o conselho possui sobre esta UC e sobre sua gestão verificando quais são seus elementos de consenso e conflitos, auxiliados pela Teoria das Representações Sociais. Com o uso da ferramenta do SISUC nesta UC apontaram-se dois indicadores que se encontraram em situação Alarmante e dois em situação Insatisfatória, dos quais se desdobraram em seis ações propostas pelos conselheiros a fim de que estes indicadores pudessem ser monitorados e melhorados. Das seis ações propostas, quatro foram realizadas e duas não obtiveram sucesso. Contudo, a aplicação desta ferramenta pode ser considerada válida, uma vez que houve sucesso na maioria das ações, assim como o uso desta ferramenta proporcionou o empoderamento e a autonomia desses atores sociais. Por sua vez, em relação à representação que os conselheiros possuem sobre RVSMJ e sobre sua gestão foi possível constatar que para o RVSMJ essa representação está voltada à sua preservação enquanto que para a gestão obteve-se como representação a responsabilidade e a organização dos conselheiros para com a UC em questão. Desta forma, pode-se considerar que os elementos apresentados pelos conselheiros em relação às suas representações sociais sobre o RVSMJ, o conselho consultivo e a gestão desta Unidade de Conservação fomentam a sua participação e consequentemente contribui para a melhoria no processo de sua gestão e consequentemente fomentam os processos de governança que permeiam esta UC, e por sua vez contribui para a manutenção e conservação da biodiversidade.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Conselho Gestor. Sisuc. Gestão Adaptativa. Teoria das Representações Sociais.

ABSTRACT

The conservation of biodiversity is closely linked to the maintenance of the natural resources and the strategies for protection of these natural assets. Among the Brazilian biodiversity protection mechanisms there are the Conservation Units (UCs), established by Law 9.985/2000, which regulates the National System of Protected Areas of Nature (SNUC). However, only the implementation of these are as does not guarantee its maintenance, it is necessary the effective and representative participation of the social actors that are embedded within its management, i.e. the managing council, given the purposes that subsidized the creation of such protected areas. The Wildlife Refuge Mata do Junco (RVSMJ) is a Conservation Unit administered by the Ministry of Environment and Water Resources of Sergipe (SEMARH / SE), in the municipality of Capela, state of Sergipe, with the objective of protect the headwaters, vegetation, and shelter animal species, including the *Callicebus coimbrai* (titi monkey) an endangered species. In addition to this UC has as its major management tools the management plan and the consultative council. In this context, this study aimed to evaluate the monitoring of the strategic actions identified by the Socio-Environmental Indicator System for Conservation Units (SISUC), through its consultative council, to contribute for the adaptive management of the RVSMJ. And also understand the level of social representation that the council has on the UC and on their management by verifying what are the consensus and conflict components, aided by the Social Representation Theory.

The use of this tool SISUC UC pointed out two indicators that are in alarming situation and two underun satisfactory situation, which unfolded in six actions proposed by the Council members so that these indicators could be monitored and improved. Of the six proposed actions, four have being carried out and two did not succeed. However, the implementation of this tool can be considered valid since it was successful in the majority of actions as well as the use of this tool provided the empowerment and autonomy of the social actors. Thus, it can be considered that the evidence presented by the directors in relation to their social representations about the RVSMJ, the advisory board and the management of this Conservation Unit encourage their participation and thus contributes to the improvement in the process of management and consequently foster governance processes that permeate this course, and in turn contributes to the maintenance and conservation of biodiversity.

Keywords: Protected Areas. Managing Council. Sisuc. Adaptive Management. Theory of Social Representations.

LISTA DE FIGURAS

(Capítulo 1)

Figura 1 – Localização do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, localizado no município de Capela, Sergipe.	49
Figura 2 – Apresentação da ferramenta do SISUC ao Conselho Consultivo do RVSMJ.	58
Figura 3 – Proporção dos conselheiros na oficina do SISUC conforme a representação no Conselho Consultivo do RVSMJ.	59
Figura 4 – Instituições representantes do Conselho Consultivo do RVSMJ que participaram da oficina do SISUC no presente estudo.	60
Figura 5 – Aplicação do questionário do SISUC ao Conselho Consultivo do RVSMJ.	61
Figura 6 - Panorama da situação dos indicadores gerados pelo aplicativo do SISUC, a partir da resposta da maioria (moda) dos conselheiros do RVSMJ que participaram da oficina do SISUC, no presente estudo.	61
Figura 7- Situação dos indicadores Socioculturais gerados durante a oficina do SISUC no RVSMJ.	62
Figura 8 - Situação dos indicadores de Meio Ambiente gerados durante a oficina do SISUC no RVSMJ.	63
Figura 9 – Situação dos indicadores de Gestão gerados durante a oficina do SISUC no RVSMJ.	63
Figura 10 – Indicadores alvos de monitoramento selecionados pelos conselheiros na Oficina do SISUC no RVSMJ.	64
Figura 11 – Painel de moderação listando os indicadores priorizados e seus desdobramentos para o monitoramento.	65
Figura 12 – Distribuição dos conselheiros em grupos para executar as ações propostas para melhorar os indicadores alvos de monitoramento.	70
Figura 13 – Atividades de educação ambiental no povoado Boa Vista realizada para melhorar o indicador “De maneira geral, as ações públicas externas... atrapalham os objetivos da UC”: (A) reunião na Escola Municipal Rural da Boa Vista para tratar da questão dos resíduos sólidos; (B) reunião no povoado tratando-se do mesmo tema; (C) lixo descartado nos limites do RVSMJ; e (D) retirada do lixo pela comunidade da Boa Vista como resultado da ação.	79
Figura 14 – Eventos de ações relacionadas à educação ambiental na Escola Municipal Rural Boa Vista e no povoado Boa Vista: (A) campanha com alunos da Escola Municipal Rural Boa	

Vista; (B) palestra no povoado Boa Vista; (C) plantio de mudas no entorno do RVSMJ; e (D) apresentação na Escola Rural Boa Vista. 79

Figura 15 – Cumprimento dos acordos estabelecidos pelos grupos de monitoramento do SISUC: (A) participantes da Festa do Mastro proibidos de adentrar o RVSMJ; (B) trio elétrico do evento Festa do Mastro, ambos limitados e proibidos de adentrar o RVSMJ; (C) comissão organizadora e Conselho Consultivo do RVSMJ; (D) comissão organizadora da Festa do Mastro no interior do RVSMJ; (E) retirada da árvore que representa o mastro; e (F) mudas entregues aos gestores do RVSMJ..... 80

LISTA DE FIGURAS

(Capítulo 2)

Figura 1 - Objetivos de preservação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco: a) Riacho Lagartixo que percorre e tem suas nascentes no RVSMJ; e b) Macaco-guigó (<i>Callicebuscoimbrai</i>), espécie bandeira do RVSMJ.	136
Figura 2. Mapa do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Capela, Sergipe	146
Figura 3 - a) Portal da entrada principal do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco; b) Sede do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.	146
Figura 4 - Faixa etária dos Conselheiros do RVSMJ.	154
Figura 5 - Nível de Instrução dos Conselheiros do RVSMJ entrevistados.	154
Figura 6 - Distribuição por gênero dos Conselheiros do RVSMJ entrevistados.	155
Figura 7 - Local de Origem dos Conselheiros do RVSMJ entrevistados.	155
Figura 8 - Municípios onde residem os Conselheiros do RVSMJ entrevistados	156
Figura 9 - Função dos Conselheiros entrevistados no Conselho Consultivo do RVSMJ.....	156
Figura 10– Resultado das evocações referentes ao termo indutor Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.....	157
Figura 11- Resultado das evocações referentes ao termo indutor Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.	158
Figura 12 - Resultado das evocações referentes ao termo indutor Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.....	159
Figura 13 - Resultado das evocações antes da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.	160
Figura 14 - Resultado das evocações depois da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.	161
Figura 15 - Resultado das evocações antes da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Conselho Consultivo Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.....	162
Figura 16 - Resultado das evocações depois da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Conselho Consultivo Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.....	162
Figura 17 - Resultado das evocações antes da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.	163
Figura 18 - Resultado das evocações realizadas após a oficina do SISUC referentes ao termo indutor Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.....	164

Figura 19 - Dendrograma ilustrando o resultado das questões da dimensão Informação relacionadas à compreensão dos conselheiros sobre o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.....	166
Figura 20 - Dendrograma informando o resultado das questões da dimensão Informação relacionadas ao Conselho Consultivo do RVSMJ.....	168
Figura 21 - Dendrograma ilustrando o resultado das questões da dimensão Informação em relação à Gestão do RVSMJ.....	170
Figura 22 -Resultado da questão da dimensão Informação sobre a Vulnerabilidade (Problemas) verificada no RVSMJ.....	171
Figura 23 - Dendrograma ilustrando os resultados da questão da dimensão Informação em relação aos Conflitos e a resistência da comunidade verificados no RVSMJ.....	172
Figura 24 - Resultado da questão do Campo dimensão em relação às Dificuldades verificadas no Conselho Consultivo do RVSMJ.....	173
Figura 25 - Resultado da questão da dimensão Informação sobre as Conquistas do Conselho do RVSMJ.	173
Figura 26 - Dendrograma ilustrado o resultado das questões acerca da dimensão Atitude sobre a Participação dos conselheiros no conselho do RVSMJ.....	174
Figura 27 - Dendrograma apresentando o resultado das questões da dimensão Atitude sobre o que os conselheiros entendem sobre sua função no Conselho Consultivo do RVSMJ.....	176
Figura 28 - Dendrograma apresentando o resultado das questões acerca da dimensão Atitude sobre a forma e possíveis melhorias na Gestão do RVSMJ.	178
Figura 29 - Dendrograma explanado o resultado da questão da dimensão Atitude sobre a representação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco para os conselheiros.....	179

LISTA DE QUADROS

(Capítulo 1)

Quadro 1 - Instituições que compõem o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.....	50
Quadro 2 – Composição da equipe da Oficina do SISUC no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, realizada em julho de 2015.....	52
Quadro 3 – Descrição da Metodologia do SISUC aplicada no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Capela, Sergipe, em julho de 2015.....	53
Quadro 4 – Interpretação dos indicadores e proposição das ações pelos conselheiros do RVSMJ, durante a Oficina do SISUC.	66
Quadro 5 – Matriz DAFO gerada a partir dos indicadores selecionados como prioritários a serem monitorados no RVSMJ.....	68
Quadro 6 – Conselheiros/Instituições participantes da oficina do SISUC no RVSMJ.	69
Quadro 7 – Numeração dos conselheiros participantes na Oficina do SISUC no RVSMJ e suas respectivas Instituições.	71
Quadro 8 – Exposição das estratégias adotadas pelos conselheiros do RVSMJ diante das ações propostas pelos mesmos completar.	72
Quadro 9 – Ações, metas e resultados das ações dos conselheiros do RVSMJ para melhorar os indicadores em situação Alarmante e Insatisfatória, alvos de monitoramento.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEMC	Associação Ecológica do Município de Capela
ADEMA	Administração Estadual do Meio Ambiente
APA	Área de Proteção Ambiental
APs	Áreas Protegidas
CF	Constituição Federal
COMDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DOU	Diário Oficial da União
EA	Educação Ambiental
EMDAGRO	Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EVOC	Do francês: Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Evocations
FLONA	Floresta Nacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IEB	Instituto Internacional de Educação do Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IP	Instituição de Pesquisa
IRAMUTEC	Do francês: Interface de R pour les Analyses Multi dimensionnelles de Textes et de Questionnaires
ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MONA	Monumento Natural
MOPEC	Movimento Popular Ecológico de Sergipe
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG's	Organizações Não Governamentais
PARNA	Parque Nacional
PNAP	Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas
PRODEMA	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REBIO	Reserva Biológica
RESEX	Reserva Extrativista
RVS	Refúgio de Vida Silvestre
RVSMJ	Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capela
SEMARH	Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SISUC	Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SRH	Superintendência de Recursos Hídricos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TRS	Teoria das Representações Sociais

TNC	Teoria do Núcleo Central
UCs	Unidades de Conservação
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
VALECOT	Associação dos Caprinovinocultores do Vale do Cotinguiba

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	23
1.1 Unidades de Conservação e gestão participativa.....	26
1.2 Governança ambiental e gestão das Unidades de Conservação	28
1.3 Participação do conselho gestor nas Unidades de Conservação.....	32
2. DISCUSSÃO	34
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
REFERÊNCIAS	38
CAPÍTULO 1 SISTEMA DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SISUC) COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO ADAPTATIVA NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO – CAPELA, SERGIPE.....	42
1 INTRODUÇÃO	42
1.1 Gestão participativa e gestão adaptativa em Unidades de Conservação.....	43
1.2 O Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) como ferramenta para a gestão adaptativa em Unidades de Conservação.....	46
2 OBJETIVO	48
2.1 Objetivos específicos.....	48
3. METODOLOGIA.....	49
3.1 Área de estudo.....	49
3.2 Grupo de atores objeto da pesquisa.....	50
3.3 Procedimento metodológico.....	51
3.3.1 Etapas da aplicação do SISUC	51
3.3.2 Análise de dados.....	57
4 RESULTADOS	57
4.1. Aplicação da oficina do SISUC no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco	57
5. DISCUSSÃO	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS	93
APÊNDICES	98
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	99

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO GERADO PELO SISUC, DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS E SITUAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO.	101
APÊNDICE C - CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DA OFICINA DO SISUC DESTINADO AOS CONSELHEIROS DO RVSMJ	113
ANEXOS	114
ANEXO A – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES DAS AÇÕES MONITORADAS.	115
FICHA DE APOIO PARA OS GRUPOS DE MONITORAMENTO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS- SISUC	115
ANEXO B – DOCUMENTO DIRECIONADO À PREFEITURA DE CAPELA PARA RETIRADA DO LIXO NO ENTORNO DA UC.....	116
ANEXO C – ACORDO PARA A RETIRADA DO MASTRO NO RVSMJ	119
ANEXO D – OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO E INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES DA SEMARH NO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE CAPELA.....	123
ANEXO E – OFÍCIO nº 1150/2015/SBF DIRECIONADO À SEMARH PARA SOLICITAR APOIO DA ADEMA E DO PELOTÃO AMBIENTAL PARA AS UCs ESTADUAIS.	125
ANEXO F - Ofício nº 1198/2015/SBF DIRECIONADO À POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE.....	128
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	131
CAPÍTULO 2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO E DE SUA GESTÃO ATRAVÉS DE SEU CONSELHO	134
1 INTRODUÇÃO	134
1.1 Conselhos consultivos em Unidades de Conservação	138
1.2 Teoria das Representações Sociais.....	141
1.2.1 Teoria do núcleo central	143
2 OBJETIVO	145
2.1 Objetivos específicos.....	145
3 METODOLOGIA.....	145
3.1 Área de estudo.....	145
3.2 Procedimento metodológico.....	149

3.3 Análise de dados	151
4 RESULTADOS	153
4.1. Perfil social dos conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco	153
4.2 Análise dos dados da associação livre de palavras através do EVOC2000	157
4.3 Análise dos dados das entrevistas processadas pelo IRAMUTEC.....	164
5 DISCUSSÃO	179
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
REFERÊNCIAS	183
APÊNDICE	187
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.....	188
APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO CONSELHO CONSULTIVO DO RVS MATA DO JUNCO.	190
A –Perguntas referentes à dimensão do CAMPO REPRESENTACIONAL (IMAGEM) 190	
B - Perguntas referentes à dimensão da INFORMAÇÃO	190
ANEXO.....	192
ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	193

1 INTRODUÇÃO

“A governança é a arte de conduzir a direção das organizações e das sociedades (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003, pag. 2).”

A velocidade de crescimento tecnológico e econômico capitalista alcançada pela sociedade no século XXI vem acompanhada de uma contraditória série de crises mundiais nos níveis ambiental, econômico e social. A partir da construção histórica da relação sociedade-natureza dentro do sistema capitalista avançado surge a crise ambiental mundial (MALTA, SOUZA e MELO e SOUZA, 2011).

Por seu turno, essa crise ambiental contribui para a perda em massa de espécies vivas e para a fragmentação dos habitat, e a razão dessa drástica crise se reflete na diminuição da diversidade biológica em grande escala, tendo como principais causas as atividades antrópicas, as quais geram poluição, fragmentação de habitat, destruição de ecossistemas, aquecimento global, degradação da qualidade das águas, dentre muitos outros efeitos nocivos aos ambientes naturais (LEUZINGER, 2012).

No intuito de conter o avanço das atividades antrópicas foram aprimoradas e difundidas algumas estratégias de conservação que têm sido consideradas formas mais eficientes de conservação da biodiversidade *in situ*, tal como a criação e manutenção de espaços territorialmente protegidos que visam garantir a biota, a cultura, o histórico e toda relação sociedade-natureza (MALTA, SOUZA e MELO e SOUZA, 2011; LEUZINGER, 2012).

No Brasil, país megadiverso que possui áreas altamente ameaçadas em razão das ações antrópicas, espaços territoriais especialmente protegidos foram criados como estratégias para a conservação da biodiversidade. Esses espaços que possuem características naturais relevantes são denominados de Áreas Protegidas (APs) ¹ (LEUZINGER, 2012). Estas áreas protegidas são constituídas, dentre outras, pelas Áreas de Preservação Permanente (APPs), Reserva Legal (RL), as terras indígenas e quilombolas, pelos corredores ecológicos, sítios arqueológicos, e pelas Unidades de Conservação (UCs), onde estas últimas têm o propósito de proteger a biodiversidade, os ecossistemas e a paisagem (ISA, 2015).

As Unidades de Conservação foram estabelecidas pelo poder público através da Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação

¹Área protegida significa uma área definida geograficamente que é destinada, regulamentada e administrada para alcançar objetivos específicos de conservação (MMA, 2000).

da Natureza (SNUC), e concentram importantes características do ponto de vista ambiental, como as de conservar ecossistemas ameaçados, abrigar a fauna, proteger os recursos florestais remanescentes, manter os mananciais hídricos, preservar sítios arqueológicos, manter as tradições culturais, e ainda servirem de locais de lazer e de beleza cênica (BRASIL, 2011). Além disso, as UCs são importantes não apenas para a biodiversidade e para seus recursos genéticos associados, mas para o homem que faz uso dos recursos naturais que estas áreas dispõem (WWF, 2008), quando o permitido.

Importante destacar que com o advento da lei do SNUC incentivou-se no Brasil a criação de UCs dos Grupos de Proteção Integral - com características restritivas de uso, e as de Uso Sustentável - as quais permitem o uso direto dos recursos naturais, com o propósito de manter os remanescentes das áreas de relevante interesse do ponto de vista ambiental (BRASIL, 2011). No entanto, esse aparato legal, alvo de quase dez anos de discussões, sucedeu um longo período onde as UCs foram reguladas por um conjunto de leis dispersas sem que a sociedade tivesse participado de seu processo de gestão (MARINELLI, 2011a).

Desse modo, para Bonfim (2007), a criação legal de uma área protegida na forma de Unidade de Conservação, haja vista a contribuição para os seres humanos e para o meio ambiente não é condição suficiente para sua efetiva implementação. Tem-se observado que diversos fatores contribuem para um baixo grau de sua efetividade, o que vem gerando dificuldades no alcance de seus objetivos (LEUZINGER, 2012).

Corroborando com esta assertiva, Gomes, Santana e Ribeiro. (2006) assinalam que para haver uma efetiva proteção da biodiversidade se faz necessária a criação de mecanismos de gestão que assegurem o envolvimento das instâncias públicas e das não governamentais, bem como o diálogo entre as esferas de governo. Nesse sentido, um dos principais mecanismos de participação popular estabelecido pelo SNUC refere-se à formação de conselhos gestores das Unidades de Conservação, cuja criação, composição e competência são regulamentadas pelo Decreto 4.340/2002 (PALMIERI e VERÍSSIMO, 2009).

Por sua vez, a atuação do conselho gestor em uma UC torna-se eficiente quando estão presentes os mecanismos de governança. Esses mecanismos conduzem os processos de gestão da UC de maneira que torna os atores sociais (sociedade civil, setor privado e demais segmentos da sociedade) tomadores de decisão (*stakeholders*), no sentido de proporcioná-los a possibilidade de intervir em temas de natureza estratégica para a localidade onde se vive, e assim, alcançar o modelo almejado pela governança, a qual se remete a um modo de governar que não se limita ao poder já estabelecido do Estado, mas que abre espaço para interação entre

o poder público e a sociedade organizada (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003; IBASE, 2006).

Conforme Gonh (2007), a governança se insere nos marcos referenciais de um novo paradigma da ação pública, em que o foco central das ações não se restringe aos órgãos e aparatos estatais, mas incorpora-se via interações múltiplas a relação governo e sociedade. Neste sentido, o conselho gestor representa um dos principais instrumentos de gestão previsto pelo SNUC para as UCs enquanto mecanismo potencial para inclusão e controle social e, portanto, de participação da sociedade nos processos de tomada de decisão. Além disso, os conselhos gestores constituem-se em elementos centrais no processo de democratização, cidadania e participação social na gestão pública das Unidades de Conservação que se remetem aos processos de governança (IRVING et al., 2006).

Contudo, o poder de influência dos seus conselhos gestores ainda se mostra incipiente no controle do território. Assim, o maior desafio é transformá-los em instâncias efetivas de controle social, em que a maior ou menor capacidade de governança deverá estar condicionada à criação de canais institucionalizados legítimos e eficientes de mobilização e envolvimento para a elaboração e implementação de políticas (FERREIRA, 2013).

No estado de Sergipe, Gomes, Santana e Ribeiro (2006) levantaram a necessidade de implantar mecanismos efetivos de planejamento e de gestão nas UC e sugeriram um constante diálogo entre as esferas de governo do estado, aliado a participação da sociedade com a finalidade de compartilhar a responsabilidade de gerir os recursos naturais, visando a proteção da diversidade e a integridade do patrimônio genético. A justificativa dos autores supracitados reside no fato de que a manutenção da biodiversidade quando ligada a uma falta de visão estratégica sobre a importância e a existência de um sistema econômico mal adaptado apresenta-se como a principal causa que contribui para a perda desta biodiversidade.

Para tanto, surgem os questionamentos: qual o papel do conselho gestor de uma Unidade de Conservação? A aplicação dos instrumentos de gestão de uma UC está levando em conta a participação destes conselheiros? É possível que a governança esteja presente nestas áreas através da atuação do conselho gestor como representante da sociedade no processo de gestão? Como a gestão de uma Unidade de Conservação pode ser planejada de forma adaptativa? Como o desempenho de suas metas e objetivos pode ser analisado? Como a cooperação e os conflitos entre os atores envolvidos com a UC se manifestam? E finalmente como a introdução de um método de planejamento estratégico para mitigar problemas na UC modificaria a estrutura da representação social dos conselheiros a respeito da própria UC e da sua gestão?

Baseando-se nesses questionamentos o presente estudo está dividido em três partes: na primeira parte foi feita uma revisão bibliográfica sobre governança e de Unidades de Conservação, e as outras duas partes referem-se ao Capítulo 1 que tratou do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) como ferramenta de gestão adaptativa e participativa para o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ), e o Capítulo 2 tratou de analisar as representações sociais do conselho do RVSMJ.

Assim, a revisão bibliográfica da seção introdutória desta pesquisa referiu-se às temáticas da governança e da participação social nos processos de gestão das Unidades de Conservação através da atuação dos conselhos gestores, no intuito de analisar o grau de efetivo envolvimento, empoderamento, autonomia e proatividade voltados à uma gestão democrática e participativa destes atores sociais nas UCs, uma vez que o conselho gestor de uma Unidade de Conservação deve ser visto como mecanismo de controle social, e como tal deve possuir autonomia para tomar decisões visando melhorias para as áreas em questão.

O Capítulo 1 consistiu em avaliar a aplicação do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), elaborado por Marinelli (2011c) junto ao Conselho Consultivo do RVSMJ como uma metodologia de gestão participativa e adaptativa. Pretendeu-se com isso, avaliar o monitoramento estratégico das ações em situação Alarmante e Insatisfatória apontadas pelo SISUC através de seu conselho gestor, visando contribuir para os processos de gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

No Capítulo 2 foi utilizada a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978), a fim de compreender as representações sociais que os conselheiros do RVSMJ possuíam sobre a referida Unidade de Conservação e sobre sua própria gestão. Deste modo utilizou-se a dimensão da estrutura da representação social *imagem*, a qual avaliou a representação social destes conselheiros em dois momentos: antes e após a realização da oficina do SISUC; e ainda as dimensões da *informação* e da *atitude* da TRS anteriormente à oficina do SISUC para avaliar se houve modificação nas estruturas das representações sociais destes conselheiros.

1.1 Unidades de Conservação e gestão participativa

Um dos grandes objetivos da criação das Unidades de Conservação consiste na manutenção das áreas naturais. Estas áreas são vistas como componentes vitais para qualquer estratégia visando à conservação da biodiversidade e servem como refúgio para as espécies

que não sobrevivem em paisagens manejadas e onde os processos ecológicos podem se manter sem interferência humana (ARAÚJO, 2007).

De maneira geral, conforme a WWF (2008, pag. 4-5), as Unidades de Conservação contribuem diretamente para os seres humanos:

especialmente na regulação da quantidade e qualidade de água para consumo; na fertilidade dos solos e estabilidade das encostas (relevo); no equilíbrio climático e manutenção da qualidade do ar; no fornecimento de alimentos saudáveis e diversificados; na base para produção de medicamentos para doenças atuais e futuras; em áreas verdes para lazer, na educação, cultura e religião e; no fornecimento de matéria-prima de um modo geral.

Deste modo, o contexto político do Brasil das últimas décadas apresentou uma série de características marcantes, as quais necessitaram aprimorar os mecanismos de participação e controle social sobre políticas públicas e decisões relacionadas a política de validar a criação das UCs (SANTOS et al., 2005). Em 1937, desde a criação do primeiro Parque Nacional brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, até a aprovação do SNUC em 2000, poucos foram os instrumentos que promoveram o envolvimento da sociedade na gestão das UCs (MARINELLI, 2011a), mas, apesar das contribuições do SNUC e atualmente, apesar de seu arsenal de instrumentos de gestão (plano de manejo, zoneamento, corredores ecológicos e conselhos gestores), o governo como principal criador de UCs, por si só não consegue dar conta de proteger toda biodiversidade (LANGHOLZ e KRUG, 2010).

Nesse sentido, no que se refere à constituição de espaços institucionais de governança pública para as UCs, o SNUC prevê o estabelecimento e funcionamento de conselhos nas UCs como instrumentos de gestão, fixando regras quanto ao prazo de convocação, à garantia de livre acesso de qualquer interessado às reuniões, bem como à necessidade de se disponibilizar meios de acesso e informações pertinentes e qualificadas aos conselheiros e, por esta via, também à sociedade (COZZOLINO, IRVING e SOARES, 2015).

Em complementaridade ao SNUC, o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) estabelecido pelo Decreto 5.578/2006, determinou o estabelecimento e o fortalecimento dos componentes das instituições das esferas federais, estaduais, distritais e municipais contando a participação da sociedade civil e de comunidades tradicionais, povos indígenas e quilombolas na sua composição visando fortalecer o SNUC, de maneira que para aprimorar o planejamento e gestão desta política um dos objetivos foram estabelecer e promover o funcionamento dos conselhos das Unidades de Conservação (PALMIERI e VERÍSSIMO, 2009; BRASIL, 2011).

Além disso, o PNAP assegurou o envolvimento e a qualificação dos diferentes atores sociais no processo de tomada de decisão para criação e gestão das UCs, garantindo o respeito ao conhecimento das comunidades locais, ampliando a participação da sociedade e prevendo metas para a gestão ambiental, com vistas a estabelecer o desenvolvimento do processo da governança para as Unidades de Conservação (ALEGRIA e SILVA, 2006; BRASIL, 2011).

Nestas circunstâncias, surge a necessidade de repensar como a gestão das UCs deve ser conduzida, visando alcançar os propósitos estabelecidos pela legislação que rege tais áreas, assim como observar ao que determina seus instrumentos de gestão. No entanto, esses propósitos irão depender de um grande esforço conjunto, que vai muito além da sua criação, inclui ainda a construção de novos valores, de conceitos e de formas de relacionar os diversos setores da sociedade com o meio ambiente (DICK, DANIELI e ZANINI, 2012).

Portanto, a implementação da gestão participativa em UCs implica na instituição de arenas formais de negociação, nas quais os atores sociais, representados pelo conselho gestor se expressam e estabelecem redes de relação, de forma a influir no direcionamento da gestão em um processo que pode se configurar em uma efetiva instância de governança (COZZOLINO, IRVING e SOARES, 2015).

1.2 Governança ambiental e gestão das Unidades de Conservação

Os governos de diversos países vêm buscando adaptar-se à tendência global da redução do papel do Estado. Ao mesmo tempo, vem aumentando a participação da sociedade civil na formulação e execução de políticas públicas, o que causa mudanças significativas na composição dos atores sociais e tomadores de decisão no país, a exemplo da proliferação de conselhos gestores, cada vez plurais quanto à composição e representatividade (CÂMARA, 2013).

Apesar de existir e serem utilizadas maneiras estruturais similares a do modelo tradicional de governo, nas quais as decisões venham a ser implementadas nos diversos níveis de esferas governamentais, a estrutura de tomada de decisão informal ou formal como a representação de setores da sociedade através dos conselhos mostra-se como uma alternativa desse modelo, o qual se remete a mecanismos que se traduzem em governança (UNITED NATIONS, 2015).

Desse modo, numa perspectiva histórica, o processo de maior adensamento da governança global surgiu em função da reconstrução do cenário internacional, fruto da

desorganização das forças políticas e econômicas na Segunda Guerra Mundial, sendo que nesse ambiente não restava espaço para discutir outros temas que não fossem relacionados à economia e à segurança internacional. Foi somente em 1970 é que a temática ambiental passou a ganhar alguma relevância, apesar de muito restrita às discussões acadêmicas e não aos foros de discussão da sociedade (VIÉGAS, 2012).

Assim, as discussões sobre a temática de governança obtiveram sucesso com a criação de um programa específico para meio ambiente dentro da ONU (Organização das Nações Unidas): o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)². Este programa é considerado um passo importante para se pensar em governança na esfera da proteção do meio ambiente, pois através deste que se reúnem todas as experiências de sucesso em relação à temática ambiental surgidas nas diversas agências das Nações Unidas, cujas experiências podem servir de modelo para serem implantados em outras localidades (VIÉGAS, 2012).

Para Jacobi (2012a), governança refere-se ao conjunto de iniciativas, regras, instâncias e processos que permitem às pessoas, por meio de suas comunidades e organizações civis exercerem o controle social, público e transparente das estruturas estatais e das políticas públicas e da dinâmica e das instituições de mercado, visando atingir objetivos comuns. Em outras palavras, governança é a forma como as instituições e as comunidades que atuam num local se comunicam e buscam soluções para os problemas comuns de determinada situação (ARTAZA-BARRIOS e SCHIAVETTI, 2007).

Por seu turno, o conceito de governança foi construído e adquirindo novos significados em políticas públicas notadamente a partir do ano de 1980, quando ganhou maior visibilidade e frequência em documentos sobre gestão pública, designando os processos de tomada de decisão e controle social, nos quais são incluídos outros atores além das instituições formais de governo (IRVING et al., 2006).

No início dos anos 1990, o tema governança foi empregado com frequência crescente na literatura sobre a gestão pública, relacionado a tendências articuladas às necessidades e vantagens de se mobilizar os conhecimentos e potencialidades da sociedade para a melhoria do desempenho da administração e democratização dos processos decisórios (COZZOLINO, IRVING e SOARES, 2015).

² O PNUMA foi idealizado para ser a organização âncora em temas relativos ao meio ambiente, de modo a servir de consciência ecológica para o mundo, proporcionando controle e avaliação imparciais, bem como uma fonte de informações sobre o meio ambiente. Este programa tem entre seus principais objetivos, o de manter o estado do meio ambiente global sob contínuo monitoramento, alertar povos e nações sobre problemas e ameaças ao meio ambiente e recomendar medidas para aumentar a qualidade de vida da população sem comprometer os recursos e serviços ambientais das futuras gerações (VIÉGAS, 2012).

Na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, a *Rio+20*, a temática da governança se consolidou no cenário ambiental, mostrando-se como um caminho importante para definir os rumos do planeta em relação às questões ambientais (JACOBI, 2012b) e, no caso do Brasil, esta governança ambiental apresenta elementos típicos de sua composição, entre eles a descentralização, a democracia, e a participação (CÂMARA, 2013).

Nesse âmbito da governança de cunho ambiental, surge a temática da governança voltada para as Unidades de Conservação, a qual trata da interação entre as estruturas, processos e tradições que determinam como o poder é exercido, como as decisões são tomadas em relação ao interesse público e qual a posição dos cidadãos e de outras partes envolvidas no processo decisório (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003).

Contudo, para que a governança possa ser articulada e avaliada são necessárias bases que têm a função de nortear como as ações em uma Unidade de Conservação devem ser realizadas. Desse modo e visando a construção de uma boa governança nas UCs, Graham, Amos e Plumptre (2003) propõem cinco princípios-chave para serem aplicados nestas áreas, os quais são: a Legitimidade e Voz, o Direcionamento, o Desempenho, a Prestação de Contas e a Equidade.

O princípio da Legitimidade e Voz inclui a participação e a autonomia na tomada de decisão por todos os membros que fazem parte da gestão da Unidade de Conservação, aliado à existência de instâncias de controle social. Inclui ainda a: existência de um contexto democrático e de direitos humanos; a liberdade de expressão de homens e mulheres; um nível adequado de descentralização e assegura a participação dos cidadãos em todos os níveis na tomada de decisões para as áreas protegidas; além da apresentação de altos níveis de confiabilidade entre os distintos atores sociais (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003; BENSUSAN, 2006; IBASE, 2006; BORRINI-FEYERABEND, 2007).

Para Irving et al. (2006), este princípio considera ainda as questões relativas ao direito à voz de todos os implicados, a existência de mídia independente e de associações civis, o nível de confiança entre os vários atores envolvidos e a existência de um contexto de suporte democrático e de direitos humanos.

O princípio do Direcionamento implica em verificar a existência dos instrumentos de gestão e a participação da população na elaboração dos instrumentos; na existência de um marco legislativo que estabeleça metas, objetivos, instrumentos e requisitos para participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisões; e na participação das comunidades locais

na elaboração dos planos de manejo (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003; BENSUSAN, 2006; IBASE, 2006).

Este princípio envolve aspectos relativos à visão estratégica na gestão, que deve estar em conformidade com o direcionamento internacional relativo às UCs, expresso nos acordos e convenções internacionais que tratam o tema. Além disso, na avaliação deste princípio se observa também a existência de um direcionamento legislativo que considere tanto as normas formais, como as regras tradicionais e a existência de sistemas nacionais de UCs (neste caso o SNUC), com planejamento para a gestão do sistema como um todo e das áreas protegidas individualmente (IRVING et al., 2006).

Em relação ao princípio do Desempenho (performance) este se remete à efetividade, por exemplo, em verificar se os resultados foram alcançados, o bom emprego dos recursos disponíveis; a eficiência quanto ao cumprimento dos objetivos; a aptidão e a capacidade de coordenar as atividades com os participantes dentro e fora do governo; o monitoramento e avaliação dos valores ecológicos e culturais; a gestão adaptativa, utilizando a experiência operativa para modificar as estratégias de gestão; e ainda em atender as necessidades e preocupações de todos os agentes, mas ao mesmo tempo fazendo uso inteligente dos recursos (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003; BENSUSAN, 2006; IBASE, 2006; BORRINI-FEYERABEND, 2007).

Corroborando com os autores acima citados, Irving et al. (2006) faz suas considerações confirmando que o referido princípio analisa a eficiência em atingir os objetivos da gestão a partir da capacidade de execução das funções requeridas; do balanço custo/benefício, isto é, a relação entre os recursos despendidos e as metas alcançadas; da coordenação de esforços e; da veiculação da informação ao público sobre desempenho, de forma que os gestores estejam capacitados para lidar com as críticas e reclamações da sociedade.

O Princípio da Prestação de Contas (*accountability*) está relacionado à transparência referente ao acesso dos cidadãos às informações relacionadas à UC; à disponibilidade para os conselheiros e do público em geral de terem acesso a informações que permitam acompanhar o processo de gestão; à clareza na atribuição de responsabilidades e na autoridade para a correção e para a eficácia na aplicação de normas (devem ser claras, acessíveis e aplicadas ao conjunto dos envolvidos) relativas à UC (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003; BENSUSAN, 2006; IBASE, 2006).

Ademais, são considerados no princípio supracitado como sendo o Princípio da Responsabilidade ou Credibilidade na Prestação de Contas, critérios de coerência e amplitude

de visão, com base no grau de responsabilidade na prestação de contas das demandas políticas tradicionais e em sua articulação com as demandas de ordem global, da natureza e das futuras gerações. Além disso, um ponto importante neste princípio consiste em se analisar o papel das lideranças políticas e suas respectivas responsabilidades em contraste com a de gestores indicados, onde se considera a existência ou não de corrupção no processo de gestão da UC (IRVING et al., 2006).

Por fim, o Princípio da Equidade (*fairness*) lida com as questões relativas aos impactos sociais causados pela criação e gestão da UC; a distribuição equitativa dos custos e benefícios das UCs; leva em consideração a imparcialidade; a manutenção da equidade no manejo das áreas protegidas; a existência de um contexto jurídico de apoio; e o dever de respeitar os direitos e práticas de populações tradicionais e de gestão dos recursos naturais. Este princípio tem como ponto focal o reconhecimento e as ações necessárias para se equacionar as injustiças resultantes da criação e gestão da UC (GRAHAM, AMOS e PLUMPTRE, 2003; BENSUSAN, 2006; IBASE, 2006; IRVING et al., 2006; BORRINI-FEYERABEND, 2007).

1.3 Participação do conselho gestor nas Unidades de Conservação

O tema da participação tem uma longa tradição de estudos e análises. Ele pode ser observado nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, nos movimentos, quer em organizações sociais, assim como nos discursos e práticas das políticas públicas, com sentidos e significados completamente distintos (GOHN, 2007).

A participação é vista como um processo social que gera a interação entre diferentes atores sociais na definição do espaço comum e do destino coletivo. Em tais interações, como em quaisquer relações humanas, ocorrem relações de poder que incidem e se manifestam em níveis distintos em função dos interesses, valores e percepções dos envolvidos (LOUREIRO, AZAZIEL e FRANCA, 2003). Além disso, a participação social não representa um sujeito social específico, mas se constrói como um modelo de relação ideal sociedade/estado. E no centro desse tipo de participação encontramos o conceito de mobilização, assim como se redefine o caráter da militância nas várias formas de participação existentes (GOHN, 2007).

Em se tratando da temática da participação via conselhos gestores, Gohn (2007) assevera que estes atores sociais são considerados como canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público em práticas que dizem respeito à gestão dos bens públicos. A referida autora complementa que os conselhos gestores são

importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país.

A respeito da gestão das Unidades de Conservação, esta deve ser conduzida com a participação da sociedade representada pelo seu conselho gestor, o qual se constitui como um elemento central para sustentabilidade, para a conservação da biodiversidade e para o patrimônio natural destas áreas (IRVING et al., 2006), o qual deve ser norteado por princípios democráticos, a fim de garantir a participação efetiva das comunidades locais na criação, implantação e gestão das UCs, conforme determina o SNUC (COZZOLINO e IRVING, 2006b).

Além disso, o SNUC (2000) estabelece dois tipos de conselhos gestores para as Unidades de Conservação conforme o grupo de manejo a qual pertencem: os de caráter deliberativo, estes fazem parte das Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e das Reservas Extrativistas (RESEX) e têm autonomia para decidir sobre os assuntos relacionados à UC; e o conselho do tipo consultivo, onde se aplicam às demais unidades, e atuam de forma auxiliar a gestão destas (DICK, DANIELI e ZANINI, 2012).

De modo geral, conforme Cozzolino (2005) o conselho gestor é considerado como a principal instância de governança prevista para as UCs. Além disso, a legislação brasileira o consagra como espaço oficial de participação da sociedade na sua gestão, tendo com isso os papéis de direcionamento e de controle social (COZZOLINO e IRVING, 2006a). Nesse sentido, os gestores das áreas protegidas, ao lidarem com as comunidades do entorno, com os membros dos conselhos e com habitantes e usuários da UC passaram a ter que incorporar os processos participativos em suas atividades (BENSUSAN, 2006).

Nesta linha de discussão, Coelho (2006) considera que há uma tendência de aprimoramento na participação das populações locais no conselho, e complementa que, antes essas populações estavam desacostumadas a tal tipo de participação, ficavam à parte das decisões do conselho, o que se justificava pelo constrangimento frente à presença de representantes governamentais e universitários. No entanto, após algumas reuniões pôde-se perceber a desenvoltura destas em fazer se ouvir sua voz. Assim, quanto maior for a proporção das populações locais no conselho, mais efetiva será sua participação, e mais rápida tenderá a ser a qualificação da sua participação no referido órgão colegiado (COELHO, 2007).

2. DISCUSSÃO

Como pôde ser verificada, a gestão ambiental de forma geral está passando por um modelo institucional descentralizado, garantindo o gerenciamento do meio ambiente ecologicamente equilibrado e dialogando sempre com a sociedade civil organizada através da participação via conselhos, e, no caso das Unidades de Conservação, por meio dos conselhos gestores (BRANDÃO e VIEIRA, 2012).

Para Vivacqua, Santos e Vieira (2009), a gestão das UCs quando pensada sobre o enfoque sustentável, deve envolver estes atores sociais, pois muito do que se pretende alcançar em relação ao acesso ao patrimônio natural e cultural de determinada área protegida é interpretada pelos mesmos. Com isso, fatores como a restrição de atores da sociedade, tanto na elaboração quanto na utilização de ferramentas de gestão de UCs impedem a contribuição de muitos métodos que envolvem e que dependem da gestão participativa (MARINELLI, 2011b).

Corroborando com os autores supracitados, Alegria e Silva (2006) acrescentam que para atingir os resultados de proteção do ambiente natural e de transformação da realidade socioambiental, a efetividade da gestão do conselho de uma UC pressupõe o trabalho integrado de todos os elementos que o compõem, de forma ética e responsável, respeitando a dimensão coletivista da equipe de representantes governamentais e da sociedade civil.

Gohn (2000) considera que os conselhos devem ser vistos como conquistas dos movimentos populares e da sociedade civil organizada e representar um instrumento da sociedade civil e política e que por lei deve ser um espaço de decisão, e não apenas representando espaços virtuais. Sobre este mesmo fato a autora supracitada sugere uma eficácia e uma efetividade na medida da atuação dos conselhos, sendo necessário desenvolver algumas condições e articulações, e que seja preciso dar peso político a essa representação, de modo a compensar a luta dos segmentos sociais que acreditaram e lutaram pela democratização dos espaços públicos.

Além disso, compete ao conselho gestor a responsabilidade de negociar interesses diversos e por vezes conflitantes e dirimir divergências, a fim de se tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considere as necessidades sociais locais (ALEGRIA e SILVA, 2006). Conforme Irving et al. (2006), o conselho representa mais que um instrumento de gestão, e sim uma instância potencial para a construção de governança, de expressão local, de representação e de participação da sociedade,

possibilitando deste modo, o exercício da cidadania. Representa ainda um “espaço potencial” de mediação das relações sociedade/estado, podendo ser considerado uma via importante de mudanças sociais no sentido de democratização das relações de poder.

Um dado relevante apresentado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) revelou que no Brasil das 320 Unidades de Conservação federais registradas por esta instituição, 265 possuem conselho gestor instituído (o que equivalente a 82,81%). Desse percentual, observa-se que 53 das UCs encontram-se na Região Nordeste, equivalendo a 20% de Unidades de Conservação onde existe conselho gestor instituído (ICMBio, 2015a; ICMBio, 2015b).

Em relação ao estado de Sergipe, de acordo com informações do Diagnóstico Florestal realizado em 2010, a fim prover informações para a formulação da política estadual de florestas e de fomentar a criação e manutenção das UCs no estado, foi apontado que há pouco entendimento por parte da sociedade em relação à importância dessas Unidades de Conservação, e por consequência disso, há um distanciamento e pouco envolvimento dos atores sociais na sua gestão, principalmente no que diz respeito à interação da comunidade com as UCs (SERGIPE, 2014).

O diagnóstico revelou ainda que isso se deve ao fato da pouca divulgação das UCs do estado para a população através da mídia, da TV, ou da imprensa. O referido documento apontou para a carência de materiais e de promoção de estratégias adequadas para realizar tal divulgação, dentre as quais se destacou a capacitação dos conselhos gestores, uma vez que o conselho é reconhecido como elo natural entre as Unidades de Conservação e a sociedade e podendo desta forma vir a ser um agente promotor de sua divulgação (SERGIPE, 2014).

Desse modo, para a realidade dos conselhos gestores das UCs do estado de Sergipe observa-se que, das vinte Unidades de Conservação existentes neste território, apenas seis destas possuem conselho gestor instituído (30% do total das UCs do estado), dentre as quais, quatro estão sob a administração da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), sendo duas na categoria de manejo de Uso Sustentável (Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu e Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul de Sergipe), e duas de Proteção Integral (Monumento Natural Grota do Angico e o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco) (SERGIPE, 2014). As demais UCs que possuem conselho gestor instituído são administradas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio): a Floresta Nacional do Ibura (uso sustentável) e a Reserva Biológica de Santa Isabel (proteção integral) (ICMBio, 2015c; ICMBio, 2015d).

Em um contexto regional comparado a outras regiões brasileiras, observa-se que Sergipe é um dos estados da federação com menor percentual de áreas de proteção integral, onde se tem o agravante de que 80% destas UCs sergipanas foram criadas anteriormente à existência do SNUC, e sendo que todas apresentam irregularidades quando analisadas de acordo com os critérios de tal política (SEMARH, 2010).

Para tanto, visando o cumprimento dos objetivos das Unidades de Conservação estabelecidas pelo SNUC no estado de Sergipe, a SEMARH realizou a recategorização das unidades conflitantes com a legislação vigente. Além disso, à medida que se criaram estas UCs estaduais foram instituídos seus respectivos conselhos gestores, isto é, as quatro UCs citadas acima que estão sob a administração da SEMARH que são a APA Morro do Urubu e APA do Litoral Sul de Sergipe), e o MONA Grota do Angico e o RVS Mata do Junco (SEMARH, 2010).

Conforme constatado, na maioria das UCs em Sergipe não há conselho gestor instituído, e este quadro denota uma realidade pouco interessante em termos de governança e se mostra com poucas mudanças, conforme dados coletados e não publicados da SEMARH, no sentido de aumentar o número de conselhos instituídos nas UCs sergipanas em decorrência do tempo de criação destas áreas.

Desta forma, Coelho (2011) chama a atenção para a necessidade de ampliar a participação do conselho gestor, em especial da participação da população local em termos qualitativos e quantitativos, mas que para isso deve ser feita uma capacitação do conselho no que se refere às questões referentes à sua natureza, seu funcionamento e de seus limites de competência, no intuito de tornar este órgão colegiado apto a auxiliar na gestão da Unidade de Conservação a qual faz parte de maneira eficiente. Nesse contexto, o ponto-chave para efetividade desses espaços de governança é que haja percepção por parte de todos os envolvidos, das incumbências e limitações dos conselhos em suas diferentes esferas (IRVING et al., 2006).

E em se tratando da eficiência dos conselhos gestores perante a gestão das UCs, vale destacar que estes devem estar baseados nos princípios da boa governança elencados por Graham, Amos e Plumptre (2003). Além disso, Cozzolino et al. (2015) reforçam a ideia dos autores citados anteriormente, complementando que estes princípios devem servir tanto para o direcionamento como para a avaliação de processos de gestão participativa em UCs, e que certamente irão demandar, no futuro, novas práticas de gestão, onde sua utilização poderá contribuir tanto para nortear o planejamento como a avaliação de processos (IRVING et al., 2006).

Em síntese, os princípios da boa governança estão pautados em valores éticos, respeito aos direitos humanos, na eficiência de resposta à sociedade, na credibilidade do processo de prestação de contas, na visão estratégica e na conformidade com o direcionamento legislativo, refletidos nos instrumentos de planejamento, avaliação e controle a serem aplicados pelos conselheiros, uma vez que estes são considerados a instância essencial da gestão (IRVING et al., 2006).

Ainda segundo a autora supracitada, isso se deve ao fato de que a interação do setor governamental com a base social local, representada pelo conselho gestor pode, em tese, trazer benefícios à gestão compartilhada e ao sistema de corresponsabilidade, e em consequência ao processo de governança democrática nestas áreas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de toda essa discussão é possível compreender que a governança e a gestão participativa das UCs devem estar vinculadas quando se quer alcançar melhorias para as UCs. Assim, com base nos princípios da boa governança é que se podem alcançar tais objetivos estabelecidos pelos instrumentos de gestão da UC, já que através destes o conselho gestor poderá atuar de maneira efetiva nos processos que regem a gestão da área.

Para tanto, a finalidade destes princípios da boa governança é que os mesmos estejam presentes na gestão das Unidades de Conservação. Mas para isso é fundamental haver a participação do conselho gestor, pois somente assim é que se fará uma gestão transparente, justa, e eficiente. Além disso, estarão sendo cumprido o que estabelecem seus instrumentos de gestão, fazendo com que desta maneira as “engrenagens” do sistema que regem seus processos venham a funcionar por meio da governança.

Assim, é importante destacar nesta discussão que a intenção em se abordar a temática que envolve a gestão, a governança e a participação social via conselho gestor das UCs visa refletir sobre o real papel que estes atores sociais desempenham diante dos processos de gestão das Unidades de Conservação, a fim de que sua atuação seja estimulada e que melhorias sejam efetivamente concretizadas, tendo como consequência disto a conservação da biodiversidade e a continuidade dos serviços ambientais.

REFERÊNCIAS

- ALEGRIA; M. F; SILVA, H. P. Refletindo sobre a dimensão coletivista do conselho gestor. II SAPIS, In: **Anais**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ARAÚJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da república à gestão de classe mundial**. Belo Horizonte: SEGRAC. 2007. 272 p.
- ARTAZA-BARRIOS, O. H.; SCHIAVETTI, A. Análise da efetividade do manejo de duas áreas de proteção ambiental do litoral sul da Bahia. **Revista da Gestão Costeira Integrada** 7(2): 117-128. UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz (BA). 2007.
- BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: editora FVG, 2006. 176p.
- BONFIM, F. C. R. do. **Governança ambiental e unidades de conservação do meio ambiente: uma abordagem institucionalista**. 200 p. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2007.
- BORRINI-FEYERABEND, G. **The “IUCN protected area matrix”- a tool towards effective protected area systems**. IUCN World Commission on Protected Areas Task Force: IUCN Protected Area Categories One of a series of papers for a summit on the IUCN categories in Andalusia, Spain May 7-11. 2007.
- BRANDÃO, E. J.; VIEIRA, E. M. Instrumentos de gestão ambiental nas unidades de conservação. **Revista do Curso de Direito da UNIABEU**. v. 2, n. 1, jan- julho. 2012.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. PNAP - *Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas*: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2011. 76 p.
- CÂMARA, J. B. D. **Governança ambiental no Brasil**: ecos do passado. Revista de Sociologia e Política. v. 21, n. 46, p. 125-146, jun. 2013.
- COELHO, B. H. da S. Participação das populações locais no conselho gestor da APA Guapimirim: empecilhos e avanços. In: MEDEIROS, Rodrigo; ARAÚJO, Fabio França (Orgs.). **Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro. Brasília: MMA. 2011. p. 89-102.
- COZZOLINO, L. F.; IRVING, M. de A. SOARES, D. G. Gestão de áreas protegidas: análise dos marcos legais à luz dos princípios de governança democrática. **Sociedade e Território**. Natal, v. 27, nº 1, p. 138-156, jan/jun. 2015.
- _____.; _____. **Avaliação de gestão participativa em unidades de conservação**: uma análise a partir da ótica da governança. 2006a. Disponível: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/pdf/LuizFelipeCozzolino.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2014.

_____.; _____. **Gestão em Unidades de Conservação: um caminho teórico e metodológico possível a partir da ótica da governança na APA do SANA (Macaé – RJ).**In: M. de A. IRVING, (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados.** Rio de Janeiro : Fundação Bio-Rio : Núcleo de Produção Editorial Aquarius. 2006b. p. 185-197.

_____. **Unidades de conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ).** Rio de Janeiro/RJ. 156 p. Dissertação (Mestrado em Psicosociologia das Sociedades e Ecologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

DICK, E.; DANIELI, M. A.; ZANINI, A. M. (Orgs.). **Gestão participativa em unidades de conservação: uma experiência na Mata Atlântica – 1. ed. – Rio do Sul, SC: APREMAVI, 2012. 72 p.; 27 cm.**

FERREIRA, F. P. de M. Mobilização e governança do conselho gestor: o caso do mosaico central fluminense. **Anais – Uso Público em Unidades de Conservação.** v. 1, n. 1. Niterói/RJ. 2013.

GOHN, M. da G. **Conselhos gestores e participação sociopolítica.** 3. ed. São Paulo: Cortez. 2007. 120 p. (Coleção questões da nossa época; v. 84).

_____. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Repensando la experiencia urbana de América Latina: cuestiones, conceptos y valores.** Buenos Aires. Editora CLACSO, Consejo Latino americano de Ciencias Sociales. 2000. p. 175-201.

GOMES, L. J.; SANTANA, V.; RIBEIRO, G. T. Unidades de conservação no estado de Sergipe. **Revista FAPESSE,** v. 2, n. 1, p. 101-112, jan. 2006.

GRAHAM, J.; AMOS, B. e PLUMPTRE, T. **Governance Principles for Protected Areas in the 21st Century.** Durban, UICN. 2003.

IBASE, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Linha de Ação 4.2 – Educação ambiental na gestão participativa:** fortalecimento do conselho consultivo do Parque Nacional da Tijuca – Projeto Água em Unidade de Conservação, projeto- piloto para a Mata Atlântica. Parque Nacional da Tijuca, 2006.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Conselhos.** 2015a. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/porta/biodiversidade/unidades-de-conservacao/conselhos.html>. Acesso em: 20 nov. 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Conselhos criados/renovados.** 2015b. Disponível em: www.icmbio.gov.br/porta/images/stories/imgs-unidades-conservacao/conselhos-criados-renovados-site-do-ICMBio.pdf. Acesso em: 20 de nov. de 2015.

_____. Portaria nº 38, de 27 de agosto de 2015. Cria o Conselho Consultivo da Floresta Nacional do Ibura no Estado de Sergipe (Processo nº 02140.000001/2013-16). **Diário Oficial**

da União. 2015c. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/98849510/dou-secao-1-28-08-2015-pg-97>. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

_____. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Portaria nº 12, de 3 de fevereiro de 2015d. Cria o Conselho Consultivo da Reserva Biológica de Santa Isabel no Estado de Sergipe (Processo nº 02124.000159/201467). **Diário Oficial da União de 04/02/2015**, nº 24, Seção 1, pág. 48. 2015d. Disponível em: http://www.lex.com.br/legis_26443222_PORTARIA_N_12_DE_3_DE_FEVEREIRO_DE_2015.aspx. Acesso em: 11 de nov. de 2015.

IRVING, M. de A.; COZZOLINO, F.; FRAGELI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro : Fundação Bio-Rio : Núcleo de Produção Editorial Aquarius. 2006. 225p.

ISA, Instituto Socioambiental. **O que são áreas protegidas?** 2015. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/introdução/o-que-são-áreas-protegidas>. Acesso em: 20 mar. 2015.

JACOBI, P. R. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**. v. 17, n. 6, p. 1469-1478. Rio de Janeiro, jun. 2012a.

_____. Desafios à governança e participação popular no Brasil. Wagner Costa Ribeiro (Org.). **Governança da ordem ambiental internacional e inclusão social**. São Paulo: Annablume; Procam; IEE. 2012b (Coleção Cidadania e Meio Ambiente).

LANGHOLZ, J. A.; KRUG, W. New forms of biodiversity governance: non-state actors and the private protect area action play. **Journal of international Wildlife Law et Policy**, London, p. 10-29, Aug. 2010.

LEUZINGER, M. D. In: PRIEUR, M.; SILVA, J. A. T. e (Orgs.). **Instrumentos jurídicos para a implementação do desenvolvimento sustentável (Vol. II)**. Efetividade da conservação de habitats naturais: criação, implementação e gestão de unidades de conservação. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012. 628p.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003. 44 p.

MALTA, J. A. O.; SOUZA, H. T. R. de; MELO e SOUZA, R. A contraditória relação sociedade-natureza em espaços territoriais protegidos - Mata do Junco, Capela/SE. **Geografia em questão**, v. 4, n. 1, p. 126-152. 2011.

MARINELLI, C. E. **De olho nas unidades de conservação: Sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação da Amazônia brasileira**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA) (fique por dentro). 2011a. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. **De olho nas unidades de conservação:** sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação da Amazônia brasileira (do contexto à intervenção). São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA). 2011b. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC>. Acesso em: 23 out. 2013.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. **Gestão participativa do SNUC**. Editora Iara Vasco Ferreira. Brasília/DF. 2004. 205 p.

_____. **Convenção sobre Diversidade Biológica:** Conferência para adoção do texto acordado da CDB – Ato Final de Nairobi. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade. Brasília: MMA/SBF. 2000. 60 p. (Biodiversidade, 2).

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de unidades de conservação:** guia sobre sua criação e seu funcionamento. Piracicaba: Imaflora, SP; Belém: Imazon, PA, 2009. 95p.

SANTOS, A. D. dos.; GAMA, A. M. C. de F.; FARIA, A. A. C.; SOUZA, J. A. de.; MELO, L. R. O.; CHAVES, M. B. F.; NETO, P. S. F. In: SANTOS, Ailton. Dias dos. (Org.) **Metodologias participativas:** caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil – São Paulo. Peirópolis, 2005. 188 p.

SEMARH, Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe. **Plano de manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco**. 2010. Disponível em: < <http://www.semarh.se.gov.br/uploads/planos/PlanodeManejoRVS.pdf> >. Acesso em: 06 nov. 2013.

SERGIPE. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH). **Diagnóstico florestal de Sergipe**. Aracaju: [s.n.]. 2014. 200 p.

UNITED NATIONS. **What is good governance?** Economic and Social Commission for Asia and the Pacific. 2015. Disponível em: <http://www.unescap.org/sites/default/files/good-governance.pdf>. Acesso em 28 dez. 2015.

VIÉGAS, J. R. R. Governança global na gestão da economia verde. **Cadernos Adenauer XIII (2012), edição especial: Caminhos para a Sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, junho. 2012.

VIVACQUA, M.; SANTOS, C. R.; VIEIRA, P. F. Governança territorial em zonas costeiras protegidas: uma avaliação exploratória da experiência catarinense. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente: Cultura, natureza e sustentabilidade: olhares distintos**. Curitiba, PR: Editora UFPR, n. 19, jan./jun. 2009.

WWF BRASIL, Word Wide Fund for Nature - Fundo Mundial para a Vida Selvagem e Natureza . **Unidades de conservação:** conservando a vida, os bens e os serviços ambientais. São Paulo. 2008. 23p.

CAPÍTULO 1 SISTEMA DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (SISUC) COMO FERRAMENTA PARA GESTÃO ADAPTATIVA NO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO – CAPELA, SERGIPE

1 INTRODUÇÃO

A criação das Unidades de Conservação (UCs) tem sido uma das formas mais utilizadas pelo poder público de se proteger os recursos naturais. Estas áreas são definidas como espaços delimitados pelo poder público que concentram características de relevâncias naturais utilizadas como estratégias para a conservação da biodiversidade.

Entre as características de caráter relevante que se observam nestas UCs estão a de conservar ecossistemas ameaçados, abrigar a fauna, proteger os recursos florestais remanescentes, manter mananciais hídricos, preservar sítios arqueológicos, manter as tradições culturais, ou ainda servirem de locais para lazer e apreciação da beleza cênica (BRASIL, 2011).

Contudo, somente a criação legal e institucional de uma área protegida não é condição suficiente para sua efetiva implementação (BONFIM, 2007). Dessa forma, ressalta-se para a necessidade de incluir mecanismos mais efetivos de planejamento e de gestão a fim de que estas áreas sejam consolidadas e cumpram com os propósitos para os quais foram criadas (GOMES, SANTANA e RIBEIRO, 2006).

Nesse sentido, a instituição do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) pela Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 tornou-se um marco tanto na regulamentação das áreas protegidas no Brasil como na inserção de mecanismos inclusivos na sua gestão ambiental (SANTOS et al., 2013). O SNUC foi alvo de quase dez anos de discussões e sucedeu um longo período em que as áreas protegidas foram reguladas por um conjunto de leis dispersas, sem que a sociedade tivesse participação em seu processo de gestão (MARINELLI, 2011a).

A lei do SNUC estabelece que as UCs devam conter conselhos gestores e o Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002 que regulamenta tal lei define a composição e a competência e ainda, estabelece diretrizes para a criação e funcionamento de tais conselhos (PALMIERI e VERÍSSIMO, 2009). No caso das UCs de Proteção Integral, o SNUC estabelece que os conselhos gestores devam ser do tipo consultivo, compostos por membros que representem órgãos públicos, instituições privadas, organizações da sociedade civil, de pesquisas e por

proprietários rurais do entorno da UC, cujas atribuições são elaborar propostas que posteriormente, devem ser julgadas pelo presidente do conselho na figura do representante do órgão ambiental responsável por sua administração (BRASIL, 2011).

Para Cozzolino (2005), o conselho gestor é a principal instância de governança prevista para as UCs. De acordo com Cozzolino e Irving (2006), ao reunir atores governamentais, representantes sociais dos setores privados e da sociedade civil, o conselho constitui-se em um espaço fundamental de participação e de negociação norteadas por princípios democráticos, embora, como ressalta Alegria e Silva (2006), este enfrenta desafios diante da dimensão coletivista esperada de um grupo.

Portanto, é de responsabilidade do conselho gestor de uma UC negociar interesses diversos e por vezes conflitantes e dirimir divergências, a fim de se tomar decisões em consenso que garantam a proteção do ambiente natural e considere as necessidades sociais locais. Isto pressupõe o trabalho integrado de todos os elementos que o compõem, de forma ética e responsável, respeitando a dimensão coletivista da equipe de representantes e especialmente, tendo como papel relevante a garantia de uma gestão contínua (ALEGRIA e SILVA, 2006).

Assim, a participação da sociedade na gestão constitui elemento central para sustentabilidade das Unidades de Conservação e, conseqüentemente para a conservação da biodiversidade e do patrimônio natural. Nesse sentido, o conselho gestor se mostra como um instrumento de gestão e representa uma instância potencial para construção de governança, expressão local, representação e participação da sociedade, constituindo um espaço potencial de mediação das relações sociedade/Estado e, representando ainda uma via importante de mudanças sociais (IRVING et al., 2006).

Este quadro parece indicar que o processo de modernização na gestão das áreas protegidas encontra-se em fase inicial, mas talvez este seja o momento essencial para se refletir sobre o contexto e os rumos desejados para a gestão das Unidades de Conservação, pensando em cenários futuros e construção de novas práticas (IRVING et al., 2006).

1.1 Gestão participativa e gestão adaptativa em Unidades de Conservação

No campo da formulação e execução de políticas ambientais tem-se enfatizado a ampliação dos mecanismos de participação dos diversos atores sociais envolvidos com a gestão dos recursos naturais. O cenário das décadas de 1980 e 1990 foi crescentemente

marcado pela busca de modelos alternativos de participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão de políticas e também na implementação de programas e projetos com caráter ambiental. Nesse contexto, para uma gestão eficiente em Unidades de Conservação surgem os mecanismos que promovem a gestão participativa e adaptativa para estas áreas (CUNHA e COELHO, 2005).

Gestão participativa pode ser entendida como o processo de administrar de maneira que garanta e amplie as possibilidades de participação social. Por sua vez, essa gestão participativa mostra-se como um dos instrumentos para o crescimento da governança local e consequentemente, do processo democrático (IEB, 2013).

A gestão participativa no âmbito das UCs depende, dentre outros fatores, de condições objetivas para que a participação da sociedade tenha um contorno legítimo e qualificado. Isso acontece nos momentos de debate, nos quais as oportunidades e opções de manejo são consideradas diante das demandas reais e por meio de estratégias integradas que valorizem o planejamento, implantação e acompanhamento de ações pautadas em compromissos institucionais e setoriais de médio e longo prazo (MARINELLI, 2011a).

O SNUC prevê a implementação da gestão participativa em todas as UCs, e ainda instrumentos como o conselho gestor serve como importante ferramenta de levantamento e análise sobre a realidade de cada Unidade de Conservação, sobre a organização dos componentes e atores sociais e na construção de consensos e tomadas de decisão (ANTONINI, 2009).

Um dos princípios da gestão participativa em Unidades de Conservação consiste no real comprometimento de todos os atores envolvidos neste processo. Outro ponto que merece destaque para esse tipo de gestão em UCs é o fato de que a construção de planos de ação se traduz numa das ferramentas para esse tipo de gestão (DICK, DANIELI e ZANINI, 2012).

Os projetos de gestão participativa desempenham um significativo papel de aproximação entre as Unidades de Conservação e as comunidades do entorno, minimizando os conflitos frequentemente observados nessa relação. Além disso, através dos diagnósticos e das ações desenvolvidas pelos projetos de gestão, os gestores das UCs obtêm maior subsídio para definir suas estratégias de conservação (DICK, DANIELI e ZANINI, 2012).

No atual cenário brasileiro de gestão de Unidades de Conservação existe a necessidade de que as ações desenvolvidas pelo conselho gestor ocorram por meio do uso de metodologias que estimulem a participação dos conselheiros e promovam uma gestão adaptativa, cuja função é retroalimentar os planos de gestão da UC, em longo prazo.

A gestão adaptativa em UCs consiste na incorporação de um processo formal de aprendizagem por meio de ações de conservação e de planos flexíveis que permitam a capacidade adaptativa de determinado grupo lidar com as incertezas, haja vista a falta de informações confiáveis sobre as principais características dos recursos naturais. Especificamente, é a integração do desenho, manejo e monitoramento de um projeto para formar uma estrutura que seja capaz de, sistematicamente, testar os pressupostos, promover o aprendizado e suprir informações oportunas para as decisões de manejo e gestão atingir os resultados de conservação em longo prazo (ALIANÇA PARA AS MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO, 2007; DIEGUES, 2008).

Assim, faz parte da gestão adaptativa realizar um diagnóstico das questões da UC, identificar as situações mais alarmantes ou vulneráveis, propor ações, métodos e metas para executar e monitorar o processo de avaliação das ações que deverão ser adaptadas ou não.

A base da gestão adaptativa consiste no monitoramento contínuo dos objetivos que se deseja atingir por meio de indicadores que sinalizem os impactos das interferências sobre o meio monitorado, possibilitando os ajustes necessários (FERNANDES, HANGAE e MOTA, 2011). A Aliança para as Medidas de Conservação (2007) entende que indicadores configuram-se como entidades mensuráveis relacionadas com uma necessidade de informação específica, tal como a condição de um alvo/fator, mudança de uma ameaça ou progresso para uma meta. Um bom indicador deve atender aos critérios de ser mensurável, preciso, consistente e sensível.

Desta forma, Santos (2004) descreve indicadores ambientais como sendo parâmetros ou suas funções derivadas, que têm a capacidade de descrever um estado ou uma resposta dos fenômenos que ocorrem em um meio. Para a referida autora, bons indicadores devem ter a capacidade de gerar modelos que representem a realidade, e ainda que devam vir enriquecidos de entendimento técnico, político, social, de conhecimento lógico e epistemológico.

Porém, apesar dos indicadores gerarem informações sintetizadas com vistas à facilitação de divulgação de dados, Marinelli (2011a) argumenta que os problemas mais recorrentes se referem à adoção de sistemas de indicadores cuja utilização mostra-se inviável na prática, devido à elevada quantidade de dados requeridos e dificuldades operacionais, ou a bases conceituais frágeis que dificultam a definição clara de seus desdobramentos e implicações.

Neste sentido, o autor supracitado propõe uma ferramenta metodológica que se utiliza de indicadores socioambientais para fomentar a gestão participativa e adaptativa em Unidades de Conservação. Trata-se do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de

Conservação, o SISUC, composto por um conjunto de indicadores baseados na percepção dos conselheiros das UCs que resultam em uma avaliação socioambiental, e posteriormente é utilizado como referência para elaboração de ações interventivas de manejo. Além disso, o conjunto das ações estabelecidas remete à definição de metas para a melhoria dos indicadores em situação indesejada, os quais passam a ser continuamente acompanhados sob as bases adaptativas. Todo este processo é executado pelos diferentes atores que compõe o conselho gestor de uma Unidade de Conservação (MARINELLI, 2011a).

1.2 O Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) como ferramenta para a gestão adaptativa em Unidades de Conservação

Em qualquer espaço democrático de discussão – desde reuniões de condomínio até nas comunidades - sabemos que as pessoas que mais participam são aquelas que mais se interessam pelo assunto e acreditam na mudança e transformação (BOCCHINI, 2014, p. 1).

O sucesso no cumprimento dos objetivos de gestão das Unidades de Conservação no Brasil depende, dentre outros fatores, de que as decisões sobre ações de manejo sejam condizentes com as particularidades e o contexto de cada Unidade de Conservação, e que essas intervenções sejam pautadas sobre uma forte participação social (MARINELLI, 2011b).

Essa participação é vista não somente como um instrumento de para a solução dos problemas, mas como uma necessidade do homem se autoafirmar, de interagir em sociedade, criar, realizar, contribuir, sentir-se útil. É um instrumento muito eficaz para aumentar a motivação e o entusiasmo das pessoas, contribuindo para a expressão do pleno potencial de uma organização (CORDIOLI, 2001).

Nesse caso, a participação vai além de estar presente. Significa tomar parte no processo, emitir opinião, concordar/discordar. Num processo participativo deve ocorrer respeito às ideias de todos, sendo que todas as contribuições devem ser valorizadas e voluntárias, havendo ainda o envolvimento individual e permanente, considerando que a participação é indivisível. Esta participação como parte de um processo suscita de treino e fundamentalmente de mudança de comportamento e de atitude, e devem-se haver posturas adequadas com muita transparência e total acesso a todas as informações (CORDIOLI, 2001).

Nesse contexto, visando ampliar o controle social e fortalecer a gestão participativa das áreas protegidas, foi elaborado na região amazônica brasileira o Sistema de Indicadores

Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) pelo Instituto Socioambiental (ISA³) a fim de orientar a gestão de Unidades de Conservação (MARINELLI, 2011a).

O SISUC caracteriza-se por ser uma metodologia de avaliação e monitoramento estratégico destinada a apoiar o trabalho do conselho gestor das UCs e foi criado em 2008 como uma ferramenta para auxiliar a gestão de Unidades de Conservação, em que sua aplicação se deu inicialmente nas UCs da região Norte do país, junto aos conselhos destas unidades. A título de exemplificar a aplicação do SISUC e, conseqüentemente, do seu sucesso, tem-se os depoimentos de atores ligados ao conselho gestor que se mostraram satisfeitos com tal ferramenta:

Quando eu não conhecia bem o SISUC me perguntava até onde uma ferramenta poderia mudar a realidade atual da participação dos conselhos na gestão. Hoje, conhecendo melhor a ferramenta e tendo acompanhado sua aplicação em campo, posso afirmar por experiência própria, que o SISUC possibilita o diagnóstico socioambiental, o planejamento e o monitoramento, e tudo isso de forma participativa. Neste momento é o que existe de melhor neste sentido. Todos conselhos gestores deveriam adotar essa ferramenta, Leidiane Brusnelo, chefe do Parque Nacional da Serra do Pardo-PA (ICMBio apud MARINELLI, 2014 p.01). O SISUC é uma ferramenta que contribui para capacitação e para dar voz aos conselheiros de UCs, despertando-os para o pertencimento, identidade e comprometimento com a UC, além de ser de fácil linguagem, possibilitando conectar membros das comunidades ao conselho gestor e potencializar parcerias para gestão, Cristiane Figueiredo, vice-coordenadora de conselhos gestores do ICMBio (ICMBio apud MARINELLI, 2014, p 01).

Nesse âmbito, o SISUC como uma ferramenta que auxilia a gestão e o manejo das Unidades de Conservação caracteriza-se por ser genuinamente brasileira, isto é, não necessita ser adaptada para o contexto da realidade local a qual será aplicado e presta-se a ser utilizada nas demandas das UCs do Brasil (MARINELLI, 2011a). No entanto, trata-se de uma metodologia que está sendo testada recentemente nas Unidades de Conservação da Amazônia e o presente estudo é um dos pioneiros a testá-la fora daquele bioma.

Além do mais, sob sua abordagem socioambiental local, esta ferramenta lança-se no desafio de incorporar conceitos sobre sustentabilidade de sistemas complexos (BOSSSEL, 2001) e interdisciplinaridade para considerar relações entre dimensões e fatores envolvidos na dinâmica de UC. O SISUC está pautado em princípios como multiplicidade, integrabilidade, complementaridade, comunicabilidade, transparência e continuidade (MARINELLI, 2011a).

³ O Instituto Socioambiental (ISA) é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), fundada em 22 de abril de 1994, por pessoas com formação e experiência marcantes na luta por direitos sociais e ambientais. Tem como objetivo defender bens e direitos coletivos e difusos relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos. O ISA produz estudos e pesquisas, implanta projetos e programas que promovam a sustentabilidade socioambiental, valorizando a diversidade cultural e biológica do país (MARINELLI, 2011a).

Outra característica inerente ao SISUC é que este se apresenta como uma alternativa às ferramentas sistemáticas de informação atualmente utilizadas para subsidiar a gestão de UC no Brasil. Destaca-se de outras metodologias de gestão por ser socialmente inclusiva, valorizar os processos coletivos de gestão diante das necessidades locais e ter como principal vantagem em relação a outras metodologias a de ser concebida para que tenha “vida própria”, isto é, seja adequada às normas culturais, sociais e biológicas do local (ALIANÇA PARA AS MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO, 2007), para que não fique necessariamente circunscrita ao domínio de uma única instituição e que não dependa essencialmente de especialistas para sua utilização (MARINELLI, 2011a).

Por estas razões é que a ferramenta do SISUC se mostra como uma forma de proporcionar aos que gerenciam as Unidades de Conservação a perceberem a importância de compartilhar a responsabilidade de uma UC com a sociedade, com o intuito de unir esses dois pontos que culminam numa gestão participativa e adaptativa por meio de tal ferramenta.

Neste sentido, o presente estudo utilizou a metodologia do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) junto ao conselho consultivo da UC estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ), com a finalidade de avaliar e propor um modelo de gestão adaptativa e de governança de UC, visando estimular a participação do conselho gestor, de forma que a gestão da UC seja continuamente retroalimentada, após a conclusão do presente estudo.

2 OBJETIVO

Avaliar o monitoramento estratégico das ações apontadas pelo Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) através de seu conselho gestor, visando contribuir para gestão adaptativa da Unidade de Conservação Estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ), em Sergipe.

2.1 Objetivos específicos

- Compreender quais são os indicadores em situações Insatisfatórias e Alarmantes, de acordo com o SISUC no RVSMJ.
- Conhecer as ações postostas pelos conselheiros do RVSMJ para melhorar os indicadores em situações Insatisfatórias e Alarmantes.

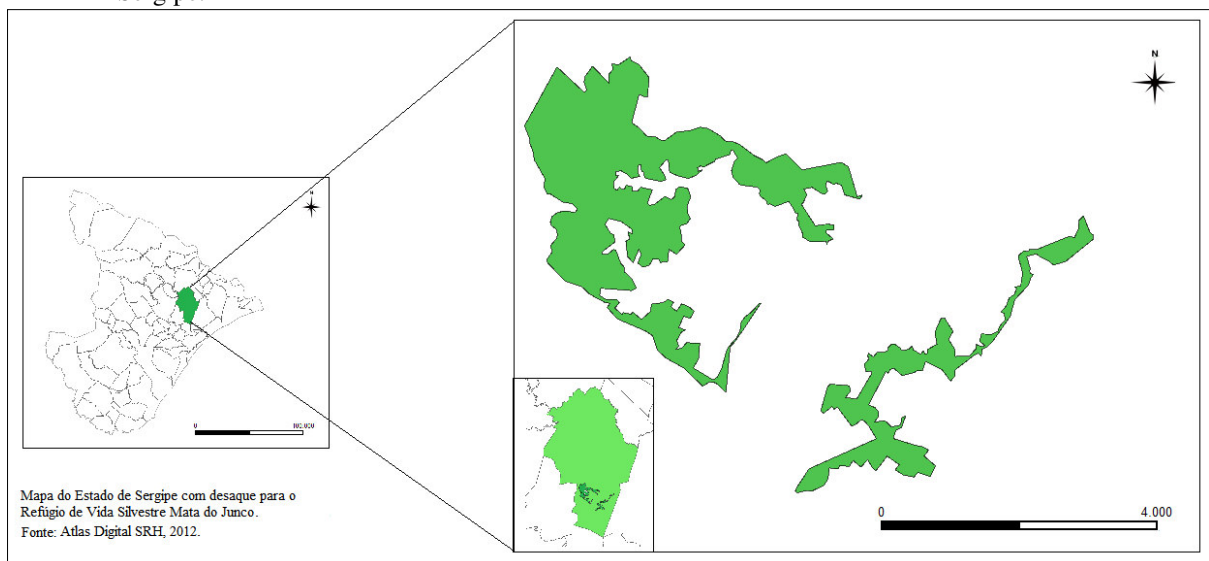
- Avaliar o desenvolvimento do monitoramento das ações propostas para melhor os indicadores em situação Insatisfatória e Alarmante executadas pelos grupos de conselheiros do RVSMJ.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A pesquisa foi realizada na Unidade de Conservação estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ), sob as coordenadas 10°21' e 10°39' S; 36°56' e 37°09' W, que abrange uma área de 894.76 hectares, situada na Rodovia SE 226, Povoado Lagoa Seca, município de Capela, na região leste sergipana (Figura 1).

Figura 1 – Localização do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, localizado no município de Capela, Sergipe.



Fonte: Atlas Digital SRH/SEMARH, 2014.

O RVSMJ foi criado pelo Decreto Estadual nº 24.944, de 26 de dezembro de 2007, com o objetivo de proteger as nascentes em seu interior e, sobretudo o riacho Lagartixo, assim como proteger o habitat do *Callicebus coimbrai*, o macaco-guigó (SEMARH, 2010) e de outras espécies da fauna e da flora.

A criação do RVSMJ contempla os anseios da comunidade da região de Capela de preservar uma das maiores reservas de Mata Atlântica do estado de Sergipe e consequentemente, as nascentes que abastecem o município de Capela, promovendo a

realização de atividades de pesquisa científica, educação ambiental, ecoturismo e visitação pública (SEMARH, 2010). Possui como instrumentos de gestão um conselho gestor do tipo consultivo, um Plano de Manejo, um zoneamento e é administrado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH/SE).

Em 2013, o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco foi intitulado “Posto Avançado” pelo Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e pelo Comitê Estadual do Estado de Sergipe por configurar-se como uma categoria internacional de UC que faz parte de um dos 48 *hotspot* mundiais (áreas prioritárias de importância para conservação) como referência na conservação da biodiversidade, na educação ambiental, na promoção do conhecimento científico e no desenvolvimento sustentável (SEMARH, 2013).

3.2 Grupo de atores objeto da pesquisa

O sujeito da presente pesquisa compreende o conselho consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, instituído pela Portaria nº 16/2013, de 16 de abril de 2013 (SEMARH, 2013), composto por 42 conselheiros distribuídos em 21 conselheiros titulares e 21 suplentes para cada instituição/membro, com seu mandato vigente até o final de 2015, onde se completaram dois anos por mandato do atual conselho e posteriormente, deverá ocorrer nova eleição, segundo determinação do Regimento Interno do conselho desta UC.

De acordo com o Regimento Interno do Conselho Consultivo do RVSMJ este conselho é presidido pela gestora da UC e composto por instituições públicas, movimentos sociais e ambientais, associações de moradores do entorno e por representantes da sociedade civil (Quadro 1).

Quadro 1 - Instituições que compõem o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Instituição (Membros)	Número de Conselheiros
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).	02
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).	02
Universidade Federal de Sergipe (UFS).	02
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe (SEMARH).	02
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (EMDAGRO).	02
Secretaria Municipal de Educação de Capela.	02
Secretaria de Cultura, Comunicação Social, Eventos e Turismo de	02

Capela.	
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Capela.	02
Câmara Municipal de Vereadores de Capela.	02
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Capela.	02
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capela (SAAE).	02
Movimento Popular Ecológico de Sergipe (MOPEC).	02
Associação Ecológica do Município de Capela (AEMC).	02
Associação dos Caprinovinocultores do Vale do Cotinguiba (VALECOT).	02
Cooperativa Regional de Produção e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Leste de Sergipe Ltda.	02
Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Sergipe – Secretaria Estadual.	02
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela Sergipe	02
Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais União das Mulheres da Agrovila do Santo Antônio P.A José Emídio dos Santos.	02
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Canta Galo no Município de Capela.	02
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba.	02
Fazenda Junco Novo – Capela.	02
Total	42

Fonte: SEMARH, 2013.

Por questões éticas e de integridade do sigilo da fonte pesquisada, conforme determinação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe pelo parecer nº. 1.215.601 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº. 46315815.0.0000.5546, cujo projeto de pesquisa foi submetido juntamente com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) apresentado aos participantes das entrevistas (APÊNDICE A). No decorrer da pesquisa estes conselheiros foram discriminados pelas suas funções dentro do conselho consultivo do RVSMJ, como sendo conselheiro titular ou suplente, seguido da instituição a qual representa no conselho; e na participação da oficina do SISUC foram identificados pela numeração fornecida durante a realização da mesma.

3.3 Procedimento metodológico

3.3.1 Etapas da aplicação do SISUC

De acordo com as recomendações de Marinelli (2011b), a aplicação do SISUC em Unidades de Conservação deve ser realizada durante uma oficina desenvolvida junto aos membros do conselho gestor, com duração de três dias. No entanto, no presente estudo, a

oficina teve duração de dois dias pelo fato de que os conselheiros do RVSMJ não dispunham de três dias para participarem do estudo, por conta de suas atividades cotidianas (trabalho, estudo, entre outros compromissos), e contou com a participação efetiva nesses dois dias de 10 conselheiros, apesar deste órgão colegiado ser composto por 42 conselheiros. A composição da equipe que auxiliou o autor do presente estudo durante a oficina do SISUC, bem como os conselheiros participantes é descrita pelo Quadro 2.

Quadro 2 – Composição da equipe da Oficina do SISUC no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, realizada em julho de 2015.

Equipe SISUC	Função	Quantidade
Facilitador (autor do presente estudo)	Moderar a oficina do SISUC	01
Assistente	Prestar assistência ao facilitador durante a oficina	01
Operador do sistema	Operar de forma organizada e sistemática o aplicativo do SISUC	01
Equipe de apoio	Prestar assistência ao facilitador/assistente nas etapas da oficina	02
Equipe de logística	Organizar o espaço da oficina e fornecer alimentação aos participantes	03
Conselho Consultivo do RVSMJ	Elaborar um plano estratégico de gestão adaptativa da unidade, durante e a partir da oficina do SISUC	12
Total		20

Fonte: Adaptado de Marinelli, 2011c.

A metodologia do SISUC foi elaborada para ser aplicada em sete passos consecutivos durante a oficina, sendo que os passos de um a cinco devem ocorrer no primeiro dia da oficina, as atividades dos passos seis e sete, no segundo dia; e o oitavo passo em um momento subsequente, após o encerramento da oficina (MARINELLI, 2011c). No presente estudo, o oitavo passo consistiu no acompanhamento do monitoramento estratégico das ações planejadas e desempenhadas pelos conselheiros durante um período de três (03) meses após a realização da oficina. A descrição da aplicação da metodologia utilizada no presente estudo está representada pelo Quadro 3.

Quadro 3 – Descrição da Metodologia do SISUC aplicada no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Capela, Sergipe, em julho de 2015.

Passos	Descrição Resumida das Etapas/Passos	Realização dos Passos	Período (tempo de duração)	Material Utilizado durante a Oficina
01	<i>Apresentação da ferramenta:</i> foi realizada uma breve apresentação sobre o SISUC, sobre seus objetivos, origem, público envolvido, finalidade, funcionamento, aplicações e implicações.	Primeiro dia	30 minutos	Computador, projetor multimídia, tela para projeção, slides em <i>Power Point</i> (a ferramenta SISUC fornece os slides que devem ser utilizados nesta etapa).
02	<i>Aplicação de questionários:</i> O formato padrão do questionário do SISUC reúne 29 perguntas, as quais representam os indicadores a serem respondidos com seis opções de respostas, incluindo as respostas <i>não sei</i> e <i>não se aplica</i> , sendo: cinco perguntas sobre o tema Economia com os alvos <i>produção agroextrativista e consumo local</i> ; oito sobre o tema Sociocultural, <i>com os alvos vida em sociedade e bem estar humano</i> ; sete sobre Meio Ambiente, com os alvos <i>conservação da natureza e serviços ambientais</i> ; e nove perguntas sobre a Gestão da UC com os alvos <i>gestão participativa, ações de gestão e políticas públicas</i> . No entanto, o número de perguntas que formam o questionário específico a ser aplicado em uma UC pode variar de acordo com características de cada uma. O conjunto de perguntas selecionadas para constituir os questionários foi organizado pelo próprio aplicativo do SISUC antes de iniciar a oficina, a partir do preenchimento de informações básicas sobre grupo de manejo (UC de uso sustentável ou de proteção integral), situação do Plano de Gestão (se está em fase de elaboração, em vigor, em revisão, ou inexistente), Conselho Gestor (se instituído, em formação, ou	Primeiro dia	01 hora	Questionários (impressos em papel A4).

	inexistente), e presença de populações humanas residentes dentro da UC (se presentes, se muito pequenas/isoladas, ou ausente). Portanto, no presente estudo, foi gerado um questionário contendo 19 perguntas: três (03) para o tema Sociocultural; sete (07) para Meio Ambiente e; nove (09) para Gestão (APÊNDICE B). O tema Economia foi desconsiderado pelo aplicativo por ser o RVSMJ uma UC de Proteção Integral. Os questionários foram entregues aos conselheiros da UC, de forma que as perguntas foram respondidas por todos os integrantes da oficina, individualmente e simultaneamente.			
03	<i>Validação dos resultados</i> do questionário através do gráfico de barras elaborado pelo aplicativo, o qual seleciona quatro cores para representar os indicadores com situação de Sucesso (Verde); Satisfatória – podem ser melhoradas (Azul); Insatisfatória – precisam ser melhoradas (Laranja); e Alarmante (Vermelho). Além disso, o aplicativo também permite a visualização do comportamento dos indicadores por tema, os quais foram apresentados em gráficos de teia de aranha. As teias possibilitaram analisar o “equilíbrio” na situação entre os indicadores. Quanto maior e mais regular o formato da área interna (colorida) da teia, melhor a situação do tema para aquela UC. Posteriormente, foi realizado um debate e escolha dos indicadores em situação Alarmante e Insatisfatória.	Primeiro dia	01 hora	Dois computadores com o programa <i>Microsoft Excel</i> versões 2007 ou 2010 instaladas, sendo um para a apresentação, e outro para alimentar os dados obtidos na oficina; Aplicativo do SISUC; plataforma eletrônica para computador com conjunto de planilhas/formulários; Projeto multimídia e tela para projeção.
04	<i>Proposição de ações</i> : destinado a identificar as possíveis causas que levaram alguns indicadores a apresentarem os piores resultados, com o objetivo de propor possíveis ações e identificar oportunidades já	Primeiro dia	01 hora e 30 minutos.	Dois computadores com o programa <i>Microsoft Excel</i> versões 2007 ou 2010 instaladas, sendo um para a apresentação, e outro para alimentar os dados obtidos na oficina;

	existentes para sua melhoria. Utilizou-se um painel constituído por quatro colunas: a primeira coluna elencou os indicadores levantados e priorizados; a segunda coluna conteve a questão <i>Por que essa situação (quais são as causas do resultado ruim)?</i> ; a terceira coluna tratou do questionamento <i>“Como mudar essa realidade (ações para que isso ocorra)?</i> ; e finalmente a quarta coluna teve como quesito <i>“Quais as oportunidades para isso (viáveis, no momento presente)?</i> Nessa etapa ocorreu a priorização dos indicadores, com o objetivo de selecionar aquele (s) que apontaram situações Alarmantes e Insatisfatórias.			<p>Aplicativo do SISUC; plataforma eletrônica para computador com conjunto de planilhas/formulários;</p> <p>Projeto multimídia e tela para projeção.</p> <p>Kit de moderação: 02 painéis 150x150cm, tarjetas de cartolina 10x20cm, marcadores permanentes para papel, canetas e papéis; fixadores das tarjetas/ papel madeira para ser afixado na parede.</p>
05	Diagnósticos de ações: elaboração da Matriz DAFO (<i>Dificuldades e Ameaças</i> para as questões negativas internas e externas das UC; <i>Fortalezas e Oportunidades</i> para as questões positivas internas/externas à UC) a fim de reorganizar as informações do passo 4, e estabelecer as potencialidades e as implicações relacionadas aos indicadores Alarmantes e Insatisfatórios selecionados.	Primeiro dia	01 hora	
06	<i>Estabelecimento de metas</i> para melhorar os indicadores priorizados e organização dos grupos de monitoramento das ações a serem executadas pelos próprios conselheiros, com a eleição de um líder por grupo.	Segundo dia	03 horas	
07	<i>Acompanhamento de desempenho</i> das ações para definição de um plano de ações a ser desempenhado pelos conselheiros; definição do processo de acompanhamento, incluindo as etapas do monitoramento. Fichas individuais de acompanhamento dos indicadores das ações para serem monitoradas foram distribuídas para os	Segundo dia e finalização da oficina	03 horas	

	conselheiros (ANEXO A).			
08	Avaliação e monitoramento das ações; oportunidade de readaptar a metodologia. Obtenção das fichas preenchidas pelos conselheiros.	Três (03) meses após a Oficina	–	Fichas de acompanhamento do monitoramento das ações elaboradas pelo aplicativo, impressas e entregues aos líderes dos grupos formados pelos conselheiros.

Fonte: Adaptado de Marinelli, 2011c.

3.3.2 Análise de dados

Para a análise de dados foi seguido o tutorial do SISUC, padronizado para ser utilizado em qualquer UC. Esse tutorial é um aplicativo composto por planilhas e formulários eletrônicos (Excel) que deve ser instalado em um computador que possua as versões *Microsoft Office* 2007 ou 2010, e que receberá os resultados em tempo real, durante a realização das oficinas (MARINELLI et al. 2012), o qual gera automaticamente os gráficos e tabelas.

O protocolo de aplicação do SISUC pode ser encontrado no site <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC>, e os autores da ferramenta estimulam as trocas de informações entre Unidades de Conservação e de oportunidades para esclarecimentos de dúvidas sobre o SISUC no blog <http://blogdosisuc.socioambiental.org/node>.

4 RESULTADOS

4.1. Aplicação da oficina do SISUC no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

A oficina do SISUC foi realizada nos dias 02 e 03 de julho de 2015 nas instalações da sede do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. Anterior a esta oficina foi feita uma mobilização para que a participação dos conselheiros titulares e suplentes fosse efetiva, e essa mobilização se deu através de convites via e-mail (APÊNDICE C), por telefone, e para alguns conselheiros que residem em zonas rurais de difícil comunicação o convite foi entregue pessoalmente pela gestora-chefe da UC e por sua equipe.

O primeiro dia de oficina do SISUC foi dividido em dois momentos: das 09 às 12 horas com um intervalo de 20 minutos na parte da manhã e o intervalo para o almoço de duas horas entre o período manhã-tarde; e das 14 às 17 horas com intervalo de 20 minutos. Já no segundo dia o horário da oficina deu-se das 9 às 12 horas, e na parte da tarde das 13 às 17 horas, com seus respectivos intervalos (almoço e lanche). Os resultados serão apresentados abaixo, de acordo com os passos de execução durante a oficina do SISUC.

Primeiro dia de Oficina do SISUC (02/07/15):

Passo 1: Apresentação da ferramenta (SISUC):

Foi feita uma explanação durante aproximadamente 30 minutos sobre a metodologia SISUC ao conselho consultivo do RVSMJ, apresentação da equipe, seguida de uma contextualização da UC Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco e exposição de dúvidas dos conselheiros participantes, entre outros assuntos pertinentes ao momento (Figura 2).

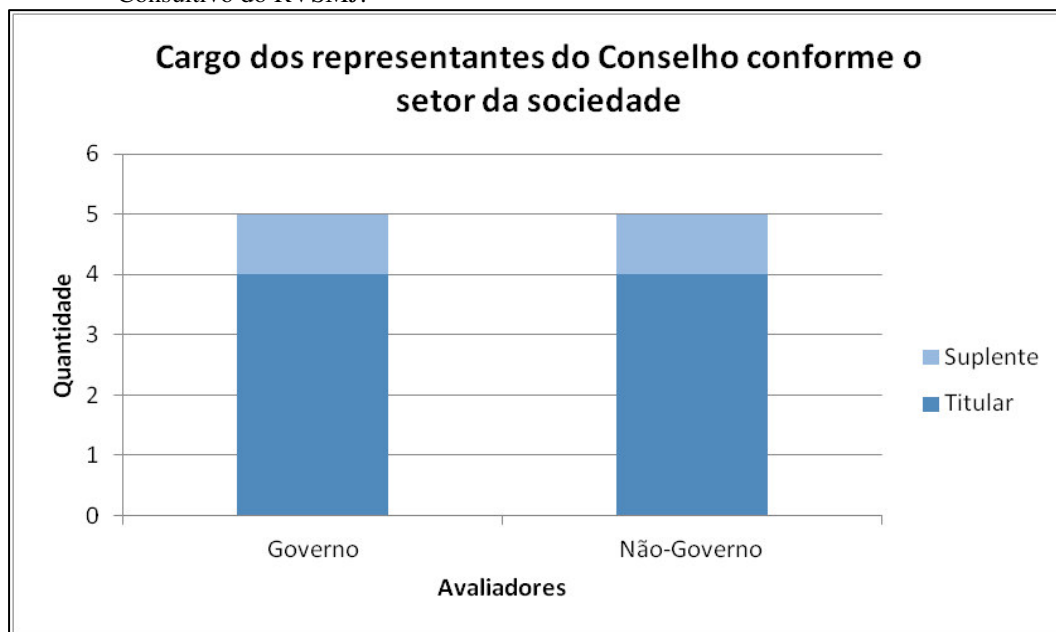
Figura 2 – Apresentação da ferramenta do SISUC ao Conselho Consultivo do RVSMJ.



Foto: Daniela Teodoro Sampaio, 2015.

Dos 42 conselheiros titulares e suplentes do RVSMJ, 10 compareceram à oficina, sendo oito (08) titulares e dois (02) suplentes. Foram apresentados aos conselheiros os setores da sociedade que compõem o Conselho Consultivo do RVSMJ que se encontravam presentes, sendo que as instituições do Setor Governo e Não-Governo tiveram a mesma representatividade (Figura 3).

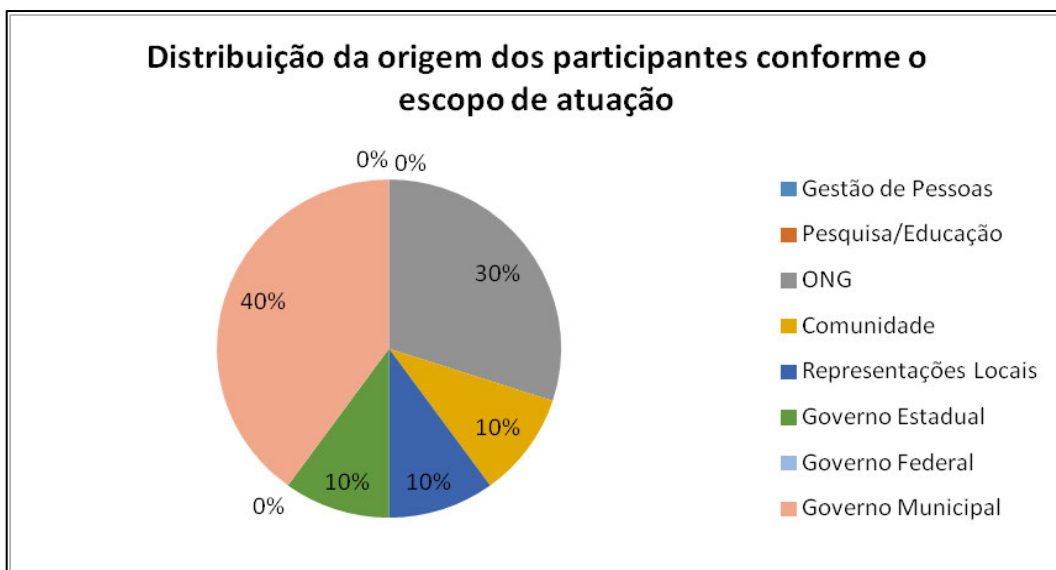
Figura 3 – Proporção dos conselheiros na oficina do SISUC conforme a representação no Conselho Consultivo do RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

A maioria dos conselheiros presentes na referida oficina foi do Governo Municipal (n=04), representados pela: Secretaria Municipal de Educação de Capela, Secretaria de Cultura de Capela, Secretaria de Comunicação Social, Eventos e Turismo de Capela, Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Capela, e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Capela; Organizações Não-Governamentais (ONGs) (n=03), representadas pelo Movimento Popular Ecológico de Sergipe (MOPEC) e pela Associação Ecológica do Município de Capela (AEMC). Com menor participação, Governo Estadual (n=01), representado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos; Comunidade (n=01), representado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela Sergipe; e como Representações Locais (n=01), a Fazenda Junco Novo de Capela. As demais instituições presentes no gráfico gerado pelo aplicativo do SISUC não tiveram representação no estudo (Figura 4).

Figura 4 – Instituições representantes do Conselho Consultivo do RVSMJ que participaram da oficina do SISUC no presente estudo.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Passo 2 e 3: Aplicação dos questionários e validação dos resultados

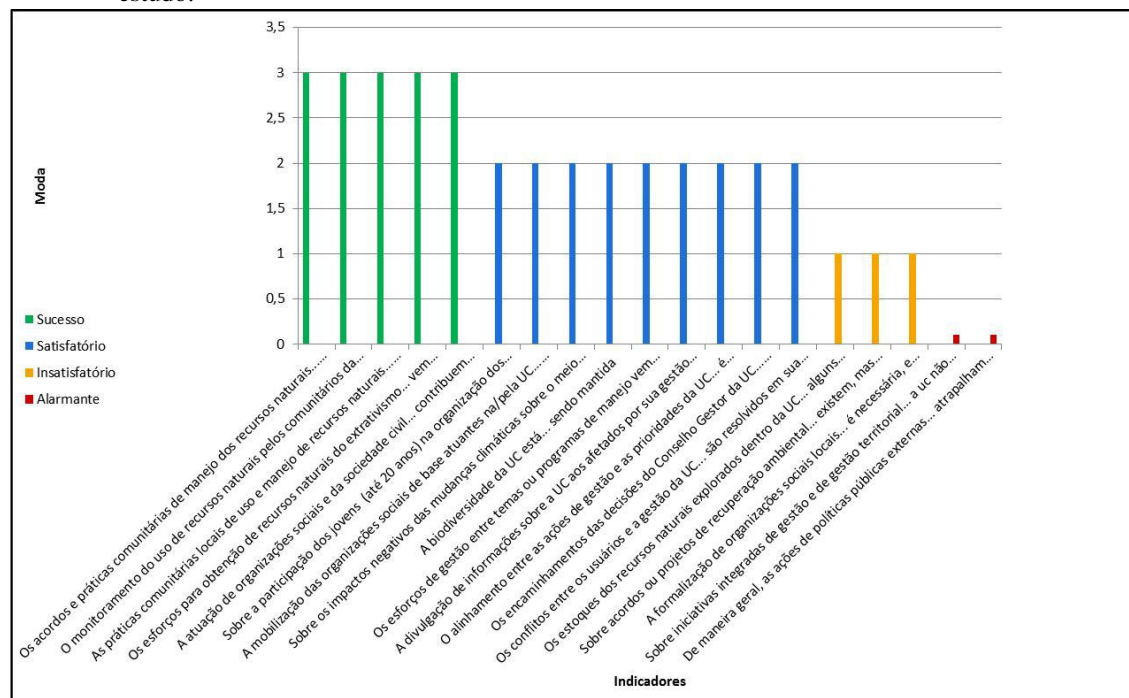
De acordo com as características do RVSMJ, foram geradas pelo aplicativo do SISUC 19 perguntas (APÊNDICE B) que representam os indicadores, alvos de monitoramento. Os resultados do questionário respondido pelos conselheiros do RVSMJ (Figura 5) foram gerados pelo próprio aplicativo do SISUC a partir da opinião da maioria (moda) mostrando a situação de cada indicador. Das 19 perguntas, cinco (05) foram classificadas na categoria de Sucesso; nove (09) em situação Satisfatória; três (03) em situação Insatisfatória e; dois (02) indicadores em situação Alarmante (Figura 6). Esta etapa teve duração de aproximadamente 01 hora.

Figura 5 – Aplicação do questionário do SISUC ao Conselho Consultivo do RVSMJ.



Foto: Daniela Teodoro Sampaio, 2015.

Figura 6 - Panorama da situação dos indicadores gerados pelo aplicativo do SISUC, a partir da resposta da maioria (moda) dos conselheiros do RVSMJ que participaram da oficina do SISUC, no presente estudo.

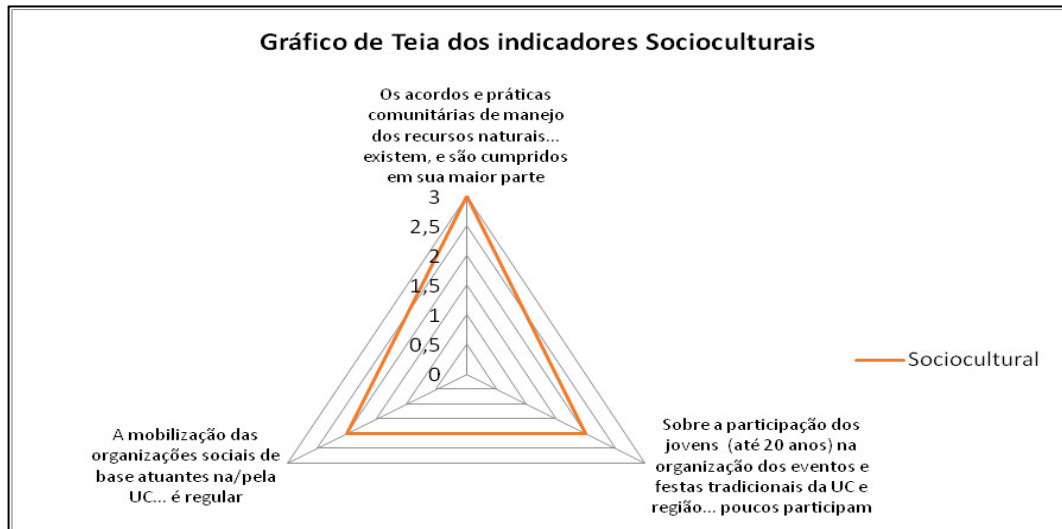


Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

O aplicativo do SISUC gerou gráficos de teia que mostraram os indicadores separados pelos temas Sociocultural, Meio Ambiente e Gestão. Dos três (03) indicadores do tema

Socioambiental do RVSMJ, um (01) foi classificado na situação de Sucesso (frequência 3) e; dois (02) em Satisfatória (frequência 2), apresentando um formato de gráfico de teia de aranha mais regular (triângulo) em relação aos outros dois temas, Meio Ambiente e Gestão (Figura 7).

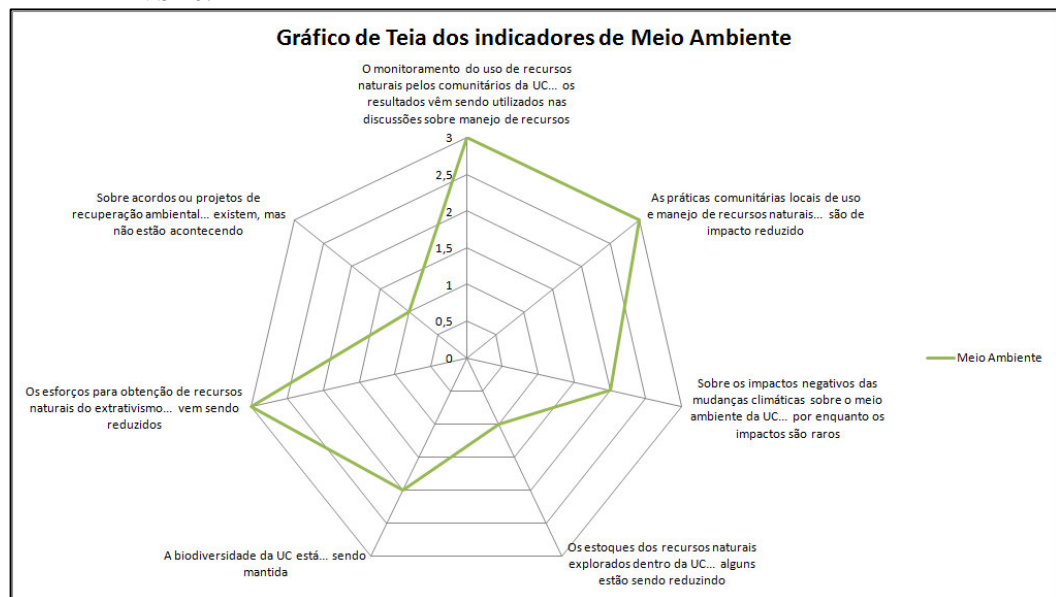
Figura 7- Situação dos indicadores Socioculturais gerados durante a oficina do SISUC no RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015

O tema Meio Ambiente (Figura 8) apresentou sete (07) indicadores: três (03) em situação Sucesso (frequência 3); dois (02) Satisfatória (frequência 2) e; dois (02) indicadores em situação Insatisfatória (frequência 1). O formato do gráfico apresentou-se de forma quase regular (aproximou-se a um retângulo).

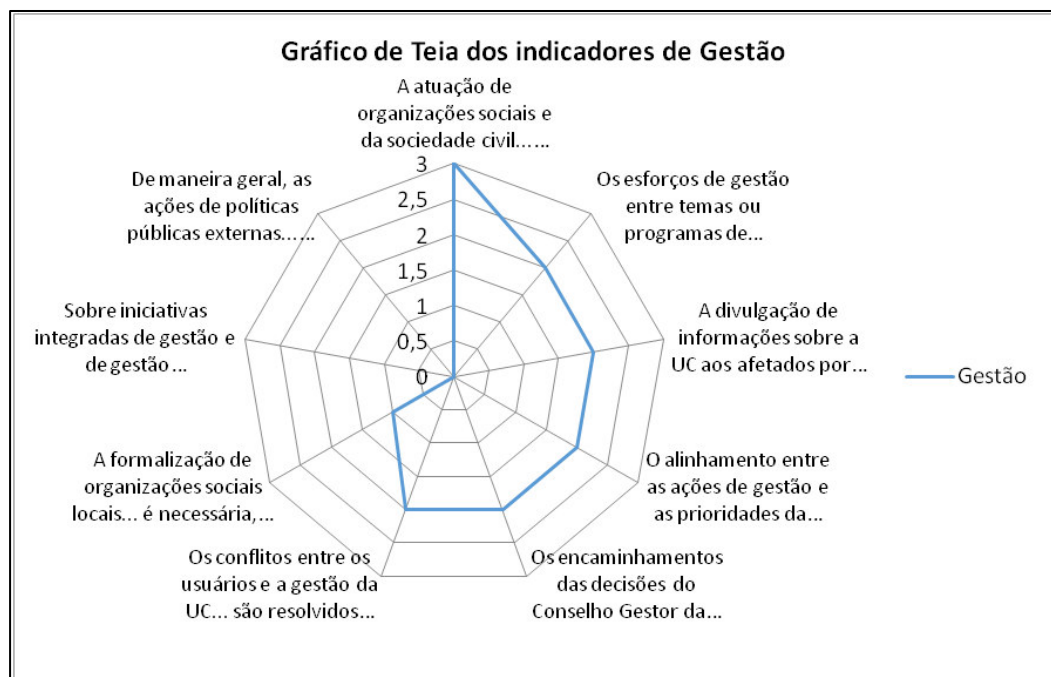
Figura 8 - Situação dos indicadores de Meio Ambiente gerados durante a oficina do SISUC no RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

No caso do tema Gestão (Figura 9), houve maior irregularidade no formato da teia. Dos nove (09) indicadores, seis (06) foram classificados na situação Satisfatória (frequência 2); um (01) Insatisfatória (frequência 1) e; dois (02) em situação Alarmante (frequência 0).

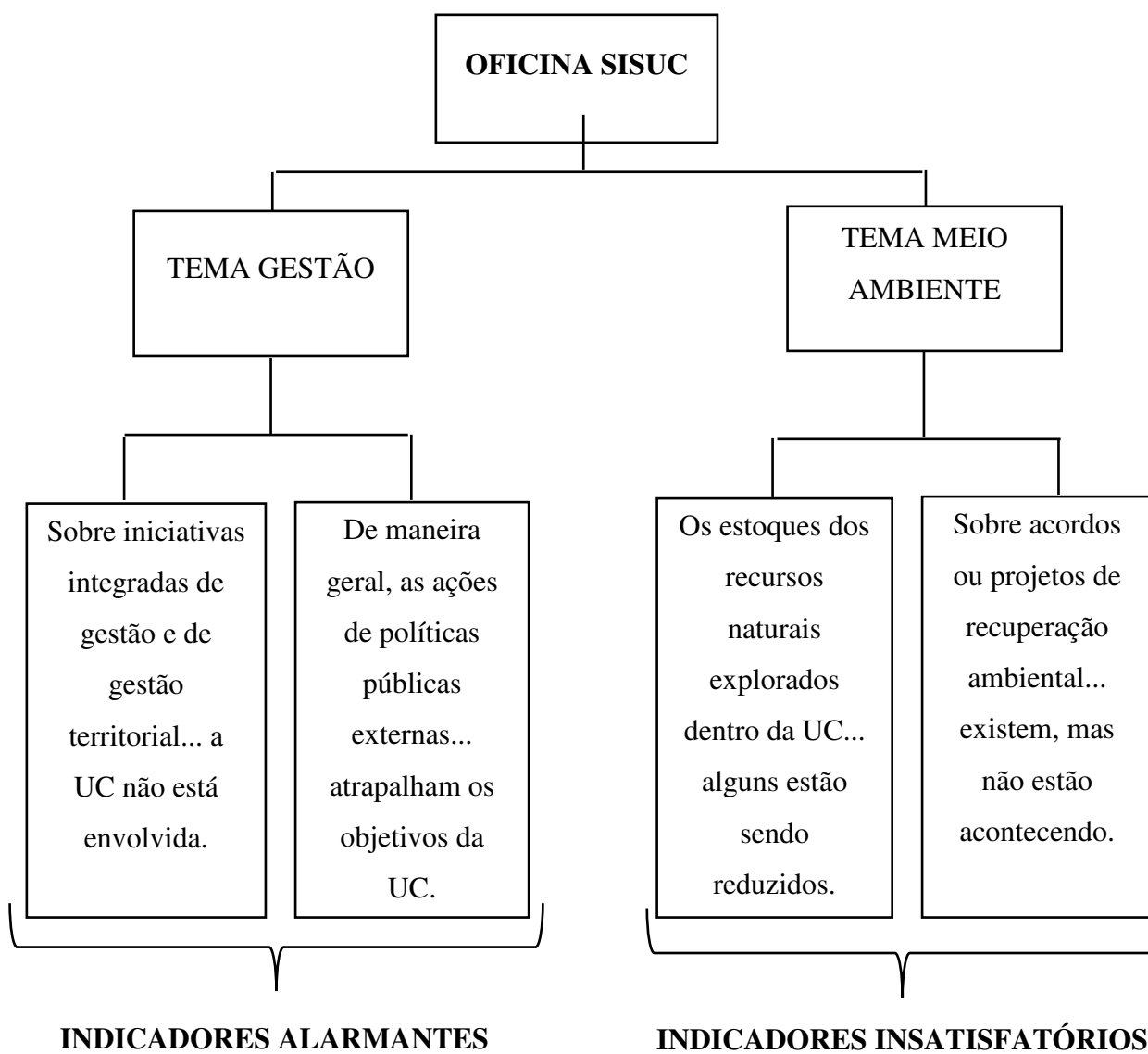
Figura 9 – Situação dos indicadores de Gestão gerados durante a oficina do SISUC no RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015

Após a apresentação da situação dos indicadores, foi realizado um debate entre os conselheiros para validar e definir os indicadores em situação mais grave como sendo os alvos de monitoramento. Os indicadores escolhidos pelos conselheiros como prioritários para serem monitorados foram representados pela Figura 10.

Figura 10 – Indicadores alvos de monitoramento selecionados pelos conselheiros na Oficina do SISUC no RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Vale esclarecer que em relação ao indicador “A formalização de organizações sociais locais... é necessária e iniciativas vêm sendo debatidas para isso” (Figura 6), relacionado ao Tema Gestão, apesar de ter sido avaliado como Insatisfatório foi decidido pelos conselheiros

por não executarem seu monitoramento, uma vez que este indicador-alvo dependeria de fatores humanos externos ao corpo do conselho consultivo do RVSMJ e iria demandar de um período de tempo indisponível para a conclusão do presente estudo.

Passo 4: Proposição de ações.

Foi feita uma exposição aos conselheiros a respeito dos indicadores que se refletiram em problemas para a UC (avaliados em situação Alarmante e Insatisfatória) e foram discutidas as formas de como melhorar estes indicadores priorizados em um painel construído pelos conselheiros do RVSMJ (Figura 11), que durou aproximadamente 01 hora e 30 minutos.

Figura 11 – Pannel de moderação listando os indicadores priorizados e seus desdobramentos para o monitoramento.



Foto: Daniela Teodoro Sampaio, 2015.

O painel conteve quatro colunas: Na primeira, indicando “Problemas”, representando os dois indicadores Alarmantes e os dois Insatisfatórios priorizados e apontados pelos conselheiros como os alvos a serem monitorados. Na segunda coluna: “Por que eles existem”, que tratou de indagar aos conselheiros quais foram as causas para tal problema. Na terceira, “Como mudar essa realidade”, suscitando dos conselheiros quais seriam as ações propostas para modificar as causas apontadas a partir da segunda coluna. E na quarta coluna, “Oportunidades” se encarregou de questionar quais as oportunidades mais viáveis para o cumprimento dessas ações.

O Quadro 4 demonstra de maneira detalhada as decisões que foram tomadas pelos conselheiros em cada uma das colunas ilustradas no painel acima. A fim de promover uma melhor interpretação das colunas pelos conselheiros foi adotada uma terminologia para tornar a proposição de ações para os alvos de monitoramento objetiva. Assim, a primeira coluna intitulada “Problema” foi substituída pelo termo “Indicador”; a segunda, “Por que eles existem”, foi nomeada de “Causa”; a terceira, ao invés de “Como mudar essa realidade”, por “Ação”; por fim, a quarta coluna recebeu a mesma denominação de “Oportunidade”.

Quadro 4 – Interpretação dos indicadores e proposição das ações pelos conselheiros do RVSMJ, durante a Oficina do SISUC.

Indicador	Causa	Ação	Oportunidade
De maneira geral, as ações públicas externas... atrapalham os objetivos da UC.	Lixo do entorno da unidade depositado pela comunidade.	Educação Ambiental nas comunidades.	Sensibilizar a comunidade Boa Vista.
	Questão de carros de som e tiros de bacamarte ⁴ prejudicando a UC durante a Festa do Mastro.	Cobrar da comissão organizadora o cumprimento dos acordos da festa.	Reunião e oficialização do acordo.
Sobre iniciativas integradas e gestão territorial... a UC não está envolvida.	Falta de representação em conselhos regionais ligados ao meio ambiente e recursos hídricos.	Solicitar ao estado que a UC tenha a representação da SEMARH no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela.	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Capela.
Sobre acordos ou projetos de recuperação ambiental... existem, mas não estão acontecendo.	Falta de retorno dos pesquisadores após a conclusão das pesquisas na UC, deixando de enviar cópias das pesquisas.	Elaboração de documento pelo conselho e enviá-lo às Instituições de Pesquisa solicitando o retorno de resultados de pesquisas realizadas na UC.	Solicitar às Instituições de Pesquisa o trabalho final para a UC.
Os estoques dos recursos naturais explorados dentro da UC... alguns estão sendo reduzidos.	1. Caça 2. Redução da população de abelhas.	Fiscalização Pesquisa.	a) Parcerias com o Pelotão de Polícia Ambiental. b) Divulgar no site da SEMARH a

⁴ Bacamarte é um tipo de arma de fogo de cano curto e largo (FERREIRA, 2001).

			<p>necessidade de pesquisas, com os temas direcionados.</p> <p>c) Encaminhar documentos para representantes dos Colegiados das Instituições de Pesquisa, indicando as prioridades de pesquisa na UC e solicitando colaboração.</p>
--	--	--	--

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Passo 5: Diagnóstico de ações.

Esta etapa teve aproximadamente 01 hora de duração e sua finalidade consistiu em fazer a análise dos prós e contras das ações a serem executadas relacionadas ao que foi exposto no quadro acima, as quais foram estabelecidas pelos conselheiros, para em seguida, melhorar a situação dos indicadores priorizados. Esta etapa se configurou como a da reorganização das informações geradas na etapa anterior. O instrumento que embasou essa atividade foi a matriz DAFO (*Dificuldades e Ameaças* para as questões negativas internas e externas das UC; e *Fortalezas e Oportunidades* para as questões positivas também internas/externas à UC).

Os indicadores priorizados pelos conselheiros e os seus respectivos desdobramentos quanto às dificuldades que a UC enfrenta, as ameaças pelas quais o RVSMJ está suscetível, assim como as suas fortalezas e oportunidades utilizando-se da Matriz DAFO podem ser visualizadas no Quadro 5. O não preenchimento de algumas colunas da Matriz deu-se devido ao fato dos conselheiros considerarem não haver elementos a serem contemplados.

Quadro 5 – Matriz DAFO gerada a partir dos indicadores seleccionados como prioritários a serem monitorados no RVSMJ.

Tema	Indicador	Dificuldades	Ameaças	Fortalezas	Oportunidades
Gestão	De maneira geral, as ações de políticas públicas externas... atrapalham os objetivos da UC.	----	Lixo no entorno da unidade.	Sensibilizar a comunidade do povoado Boa Vista (Praça da Igreja).	----
		----	Descumprimento de acordo relativo a limite de som e tiros do bacamarte na UC na Festa do Mastro.	----	Reunião e oficialização do acordo com a comissão organizadora da Festa do Mastro.
Gestão	Sobre iniciativas integradas de gestão e de gestão territorial... a UC não está envolvida.	----	Falta de cadeira em Conselhos Regionais e Estaduais ligados à água explorada dentro da UC.	----	Enviar um ofício ao Conselho Municipal do Meio Ambiente de Capela indicando os representantes da SEMARH.
Meio Ambiente	Sobre acordos ou projetos de recuperação ambiental... existem, mas não estão acontecendo.	----	Falta de retorno dos resultados das pesquisas.	-----	Solicitar às Instituições de Pesquisa uma cópia do trabalho final para a UC.
Meio Ambiente	Os estoques dos recursos naturais explorados dentro da UC... alguns estão sendo reduzidos.	----	1. Caça. 2. Diminuição de populações de abelhas.	a- Divulgar no Site da SEMARH a necessidade de pesquisas, com temas direcionados. b- Encaminhar prioridades de pesquisa para a UC à Instituições de Pesquisa.	Parceria com a Polícia Militar - Pelotão Ambiental e Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA).

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

A partir desta matriz foi proposto um debate a fim de verificar a possibilidade do cumprimento ou não das ações definidas pelos conselheiros neste passo. Sendo assim, ficou acordado que os itens elencados na coluna “Oportunidades” no quadro acima seriam incluídos nas ações que precisam ser avaliadas e monitoradas pelos conselheiros.

Observa-se que os mesmos itens elencados pela etapa anterior exibidos no Quadro 4 coincidiram com os itens mostrados nas Dificuldades, Ameaças, Fortalezas e Oportunidades, isso porque conforme explica Marinelli et al. (2012) essa estratégia de remeter estes dados a uma Matriz DAFO permite que o grupo seja provocado a pensar fatores favoráveis e contrários à melhoria de determinado indicador.

Segundo dia de Oficina do SISUC (03/07/15):

Para uma melhor visualização da participação dos conselheiros do RVSMJ nos dois dias em que se realizou a Oficina do SISUC, o Quadro 6 mostra como procedeu essa participação:

Quadro 6 – Conselheiros/Instituições participantes da oficina do SISUC no RVSMJ.

Oficina SISUC	Instituição/Membro	Nº Participantes
Primeiro Dia	Secretaria Municipal de Educação de Capela	1
	Sec. de Cultura, Comunicação Social, Eventos e Turismo de Capela	1
	Sec. Municipal de Meio Ambiente de Capela	1
	Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos de Capela	1
	MOPEC (Titular e Suplente)	2
	AEMC	1
	SEMARH	1
	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela Sergipe	1
	Fazenda Junco Novo de Capela	1
Total de Participantes no Primeiro Dia		10
Segundo Dia	Secretaria Municipal de Educação de Capela	1
	Secretaria de Cultura, Comunicação Social, Eventos e Turismo de Capela	1
	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Capela	1
	Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos de Capela	1
	MOPEC (Titular e Suplente)	2
	AEMC	1
	SEMARH	1
	Sindicato dos Trab. Rurais de Capela Sergipe	1
	Fazenda Junco Novo de Capela	1
	Câmara de Vereadores de Capela	1
	Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais União das Mulheres da Agrovila Santo Antônio PA José Emídio dos Santos	1
Total de Participantes no Segundo Dia		12

Assim, o segundo dia de oficina do SISUC, que contou com os Passos 6 e 7, ocorreu da seguinte forma:

Passo 6: Estabelecimento de metas.

A função desta etapa consistiu em organizar os grupos formados pelos conselheiros para execução das ações propostas e estabelecimento de metas para melhorar os indicadores prioritizados, visando à obtenção dos resultados da oficina. Sua aplicação se deu através de um painel que expôs as ações para serem realizadas ao longo dos três (03) meses subsequentes à realização da oficina (Figura 12).

Figura 12 – Distribuição dos conselheiros em grupos para executar as ações propostas para melhorar os indicadores alvos de monitoramento.



Foto: Daniela Teodoro Sampaio, 2015.

O painel foi construído a partir de duas colunas: “Como mudar essa realidade”, que representa a Ação executada pelos conselheiros para melhorar seus respectivos indicadores e, “Oportunidade”, que veio a ser a estratégia escolhida para executar a ação. Em seguida, foram fixadas as numerações (1 a 10) que representaram as instituições membros do Conselho do RVSMJ, representadas pelos seus respectivos conselheiros (Quadro 7), comprometidos a melhorar a situação dos indicadores prioritizados. Foi constituído, portanto, os grupos de

conselheiros responsáveis por cada ação, tendo cada grupo um líder eleito pelos próprios conselheiros. A descrição das estratégias adotadas pelos conselheiros para executar as ações a fim de melhorar os indicadores priorizados são apresentadas pelo Quadro 8.

Quadro 7 – Numeração dos conselheiros participantes na Oficina do SISUC no RVSMJ e suas respectivas Instituições.

Instituição/Membro	Numeração na Oficina	Instituição/Membro	Numeração na Oficina
SEMARH	1	MOPEC	7
Secretaria Municipal de Educação de Capela	2	AEMC	8
Secretaria Municipal de Cultura de Capela	3	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela	9
Secretaria Municipal de Obras de Capela	4	Fazenda Junco Novo	10
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Capela	5	MST	11
MOPEC	6	Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais União das Mulheres da Agrovila Santo Antônio PA José Emídio dos Santos	12

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Quadro 8 – Exposição das estratégias adotadas pelos conselheiros do RVSMJ diante das ações propostas pelos mesmos completar.

Indicador	Como mudar essa realidade? (Ação)	Estratégia para executar a ação (Oportunidade)	Numeração dos conselheiros participantes da ação	Quantidade de participantes da ação	Numeração do líder
De maneira geral, as ações públicas externas... atrapalham os objetivos da UC.	Educação Ambiental nas comunidades.	Sensibilizar o povoado Boa Vista na praça da Igreja.	1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, e 11	9	2
	Evitar carros de som e tiros de bacamarte nas proximidades da UC durante a Festa do Mastro.	Cobrar em reunião com a Comissão Organizadora da Festa o cumprimento dos acordos para a realização da festa.	1, 2, 3, 5, 6 e 8	6	3
Sobre iniciativas integradas e gestão territorial... a UC não está envolvida.	Falta de representação em conselhos regionais ligados ao meio ambiente e recursos hídricos.	Solicitar ao estado de Sergipe que a UC tenha a representação da SEMARH no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela (COMDEMA).	5, 3 e 12	3	5
Sobre acordos ou projetos de recuperação ambiental... existem, mas não estão acontecendo.	Solicitar às Instituições de Pesquisa os estudos acadêmicos concluídos para a UC.	Elaboração de documento pelo conselho e enviá-lo às Instituições de Pesquisa, solicitando o retorno de resultados de pesquisas realizadas na UC.	1, 2, 8 e 10.	4	10
Os estoques dos recursos naturais explorados dentro da UC... alguns estão sendo reduzindo.	Caça.	Fiscalização:	1,2 e 8	3	1
		<ul style="list-style-type: none"> • Parcerias com o Pelotão de Polícia Ambiental; Pesquisa: <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação no site da SEMARH sobre a necessidade de pesquisas, com os temas direcionados; • Encaminhamento de documentos para representantes dos Colegiados das Instituições de 	1, 2, 8 e 10	4	1

		Pesquisa, indicando as prioridades de pesquisa na UC, solicitando colaboração.			
Os estoques dos recursos naturais explorados dentro da UC... alguns estão sendo reduzindo.	Redução de populações de abelhas.	Pesquisa: <ul style="list-style-type: none"> • Divulgação no site da SEMARH sobre a necessidade de pesquisas, com os temas direcionados; • Encaminhamento de documentos para representantes dos Colegiados das Instituições de Pesquisa, indicando as prioridades de pesquisa na UC, solicitando colaboração. 	1, 2, 8 e 10	4	1

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

A atuação e orientação do facilitador e da equipe de apoio foram fundamentais nesta etapa, onde os mesmos se encarregaram de sinalizar ao grupo que, na medida do possível todas as ações contivessem pelo menos um conselheiro inscrito, e que os diferentes indicadores tivessem ao mínimo um representante de cada setor da sociedade. A etapa teve a duração máxima de 03 horas.

Passo 7: Acompanhamento de desempenho das ações.

Esta atividade teve duração de aproximadamente 03 horas e teve a finalidade de definir um plano de ações, incluindo as etapas do monitoramento selecionadas pelos conselheiros, onde foram distribuídas fichas apontando a meta, o indicador e ação para as quais cada conselheiro ficou responsável, assim como do seu grupo de monitoramento, a fim de que estes fizessem um preenchimento preliminar de como seria feito todo o procedimento para alcançar o resultado da ação proposta por cada participante.

A intenção do preenchimento desta ficha foi a de servir como um exercício de como os conselheiros deveriam proceder para preencher a Ficha de Apoio para os Grupos de Monitoramento de Ações Socioambientais (ANEXO A) que foi entregue no final da oficina, na qual o líder de cada grupo de monitoramento das ações ficou responsável por transmitir ao autor da pesquisa a ficha de monitoramento de seu grupo, ao final dos três (03) meses de execução das ações.

Ao final da oficina ficou determinada ainda a criação de um grupo de diálogo intitulado SISUC RVS Mata do Junco no *WhatsApp* (aplicativo de mensagens multiplataforma que permite trocar mensagens pelos telefones celulares), restrito aos integrantes do conselho do RVSMJ que participaram da oficina do SISUC, a fim de que estes conselheiros pudessem solicitar esclarecimentos que porventura pudessem existir e acompanhassem o desenvolvimento das ações dos demais grupos.

Foi tomada toda a precaução por parte do autor da pesquisa para não interferir ou induzir o desenvolvimento das ações. No decorrer do período de monitoramento das ações a comunicação entre os membros do grupo do *WhatsApp* e distanciou das ações planejadas durante a oficina do SISUC e a comunicação entre os conselheiros foi substituída por outros temas como questões ambientais, problemas surgidos no RVSMJ após a oficina do SISUC, divulgação de outras reuniões de Comissões/Comitês ambientais, temas religiosos e de autoajuda, e novos sujeitos que não participaram da oficina do SISUC e não compunham o conselho foram adicionados ao grupo.

Como atividade final da oficina do SISUC abriu-se espaço para que todos os participantes apresentassem suas impressões sobre o referido evento, tendo liberdade para expor os pontos positivos e negativos que cada um visualizou. Por conseguinte, finalizou-se a oficina do SISUC, onde foi lembrado aos conselheiros-participantes o prazo (após três meses - final de outubro de 2015) para entrega das Fichas de Apoio para os Grupos de Monitoramento de Ações Socioambientais.

Passo 8. Realinhamento de ações e atividades

As ações realizadas pelos conselheiros distribuídos em seus grupos de monitoramento foram informadas através das Fichas de Apoio para os Grupos de Monitoramento de Ações Socioambientais, dentro do prazo de três (03) meses após a oficina do SISUC. Assim, das seis (06) ações realizadas pelos conselheiros, quatro (04) foram realizadas; e duas (02) não foram realizadas. O Quadro 9 apresenta as ações, as metas e resultados relacionados aos indicadores selecionados pelos conselheiros na oficina do SISUC:

Quadro 9 – Ações, metas e resultados das ações dos conselheiros do RVSMJ para melhorar os indicadores em situação Alarmante e Insatisfatória, alvos de monitoramento.

Indicador	Ações alvo de Monitoramento	Quais foram as metas?	O que foi feito
De maneira geral, as ações públicas externas... atrapalham os objetivos da UC.	<p>1. Sensibilizar o povoado Boa Vista na praça da Igreja do próprio povoado.</p> <p>2. Cobrar em reunião com a Comissão Organizadora da</p>	<p>Agendar um evento para o dia 18/09/15 na sede do RVSMJ e no povoado Boa Vista para tratar das ações relacionadas à educação ambiental que incluiria:</p> <p>a) Plantio de mudas no RVSMJ com alunos da Escola Rural do Povoado Boa Vista e o grupo de escoteiros;</p> <p>b) Dinâmica e palestra sobre meio ambiente, além de apresentação sobre contaminação e cuidados com a água no RVSMJ;</p> <p>c) Exibição do circuito tela verde (apresentações audiovisuais sobre filmes com a temática ambiental) para os alunos da escola do Povoado Boa Vista no RVSMJ;</p> <p>d) Retirada do lixo nos limites do RVSMJ pela prefeitura, e efetuar o plantio de mudas no local onde foi retirado o lixo (próximo ao Povoado Boa Vista); e</p> <p>e) Elaboração do documento referente aos resíduos sólidos no entorno da UC, durante as reuniões com a comunidade do povoado Boa Vista, para ser formada uma comissão e entregar esse documento ao prefeito de Capela, sugerindo os dias e locais das coletas.</p> <p>O conteúdo do acordo previa entre outras determinações, que o trio elétrico ou qualquer</p>	<p>AÇÃO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL - REALIZADA.</p> <ul style="list-style-type: none"> Foi feita uma reunião com a comunidade do povoado Boa Vista para tratar dos resíduos sólidos jogados no RVSMJ (Figura 13); No dia 18/09/15 foram realizados eventos no RVSMJ e no povoado Boa Vista (Figura 14) com ações relacionadas à educação ambiental, que incluiu respectivamente: <ul style="list-style-type: none"> a) Campanha na Escola Rural do povoado Boa Vista, com palestras direcionadas aos pais e alunos desta escola sobre a temática do lixo; b) Palestra no povoado Boa Vista sobre a questão do lixo, oportunidade na qual os moradores dessa localidade, junto com o conselho do RVSMJ elaboraram um documento (ANEXO B) solicitando da Prefeitura de Capela a frequência regular da coleta do lixo na comunidade. Além disso, foi marcado o dia do plantio e limpeza da área afetada pelo lixo descartado no entorno do RVSMJ; c) Plantio de mudas no entorno da UC com a participação dos alunos da Escola Rural Boa Vista, caminhada, limpeza da área; <p>AÇÃO: ACORDO SOBRE A FESTA DO MASTRO - REALIZADA.</p>

	Festa do Mastro para o cumprimento dos acordos para sua realização.	outro veículo que emitisse som, assim como os fogos de artifício e os tiros efetuados pelos bacamartes com destino ao interior do RVSMJ não ultrapassasse a Escola Municipal Rural Lagoa Seca, que fica próxima à referida UC para não afugentar a fauna residente na unidade, assim como só seria concedida pelo conselho gestor da UC a permissão aos responsáveis pela Festa do Mastro adentrar na UC para efetuar o corte da árvore escolhida para servir como o mastro, símbolo da festa.	O acordo foi assinado (ANEXO C), assim como foi cumprido o que determinou em seu conteúdo (Figura 15). Além disso, as mudas que foram utilizadas no plantio do entorno, como forma de compensação da árvore retirada para a Festa do mastro, foram entregues à equipe gestora do RVSMJ.
Sobre iniciativas integradas e gestão territorial... a UC não está envolvida.	Solicitar ao estado de Sergipe que a UC tenha a representação no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela.	Inclusão de dois representantes da SEMARH para comporem o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela.	AÇÃO: INCUSÃO DO RVSMJ NO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAPELA – REALIZADA Foi indicada a gestora-chefe do RVSMJ e o seu gestor-adjunto como representantes do estado de Sergipe no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela (ANEXO D).
Sobre acordos ou projetos de recuperação ambiental... existem, mas não estão acontecendo.	Elaboração de um documento pelo conselho para enviá-lo às Instituições de Pesquisa (IPs), solicitando o retorno de resultados de pesquisas realizadas na UC.	Encaminhamento de documentos para representantes dos Colegiados das Instituições de Pesquisa, indicando as prioridades de pesquisa na UC e solicitando colaboração.	AÇÃO: ELABORAÇÃO DE DOCUMENTO SOLICITANDO ÀS IPS O RETORNO DAS PESQUISAS - NÃO REALIZADA . Em relação à solicitação das Instituições de Pesquisa das produções realizadas no RVSMJ até o momento nada foi feito.
Os estoques dos recursos naturais explorados dentro da UC... alguns estão	1. Parcerias com o Pelotão Ambiental da Polícia Militar.	Não foram estabelecidas.	AÇÃO: FISCALIZAÇÃO - REALIZADA . Em 30 de novembro de 2015 foi encaminhado o Ofício nº 1150/2015 – SBF (ANEXO E) ao

sendo reduzindo.			<p>Secretário da SEMARH solicitando deste firmar parcerias com o Pelotão Ambiental da Polícia Militar do estado de Sergipe e com a ADEMA visando fortalecer as ações de preservação e combate a crimes ambientais, assim como a realização de operações periódicas de fiscalização, vistoria e análise do meio ambiente, com o objetivo de apurar eventual dano ambiental na referida UC.</p> <p>Em 28 de dezembro de 2015 foi encaminhado pelo Secretário da SEMARH o Ofício nº 1198/2015 – SBF (ANEXO F) ao Coronel da Polícia Militar do Estado de Sergipe, solicitando do Pelotão Ambiental a realização de operações periódicas de fiscalização, vistoria e análise do meio ambiente, com o objetivo de apurar eventual dano ambiental na referida UC.</p> <p>AÇÃO: DIVULGAÇÃO NO SITE DA SEMARH SOBRE AS PESQUISAS NECESSÁRIAS À UC - NÃO REALIZADA.</p> <p>Em relação à necessidade da divulgação no site da SEMARH das pesquisas no RVSMJ, a gestora-chefe do RVSMJ alegou que a Assessoria de Comunicação da SEMARH (ASCOM) passava por mudanças de diretor e de gestão, e com isso as informações do site não puderam ser inseridas dentro do período estabelecido para execução das ações.</p>
	2. Divulgação no site da SEMARH a necessidade de pesquisas, com os temas direcionados;	Não foram estabelecidas.	

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Figura 13 – Atividades de educação ambiental no povoado Boa Vista realizada para melhorar o indicador “De maneira geral, as ações públicas externas... atrapalham os objetivos da UC”: (A) reunião na Escola Municipal Rural da Boa Vista para tratar da questão dos resíduos sólidos; (B) reunião no povoado tratando-se do mesmo tema; (C) lixo descartado nos limites do RVSMJ; e (D) retirada do lixo pela comunidade da Boa Vista como resultado da ação.



Fonte: Lizaldo Vieira dos Santos, 2015 e Rosa Cecília Lima Santos, 2015.

Figura 14 – Eventos de ações relacionadas à educação ambiental na Escola Municipal Rural Boa Vista e no povoado Boa Vista: (A) campanha com alunos da Escola Municipal Rural Boa Vista; (B) palestra no povoado Boa Vista; (C) plantio de mudas no entorno do RVSMJ; e (D) apresentação na Escola Rural Boa Vista.



Fonte: Lizaldo Vieira dos Santos, 2015 e Rosa Cecília Lima Santos, 2015.

Figura 15 – Cumprimento dos acordos estabelecidos pelos grupos de monitoramento do SISUC: (A) participantes da Festa do Mastro proibidos de adentrar o RVSMJ; (B) trio elétrico do evento Festa do Mastro, ambos limitados e proibidos de adentrar o RVSMJ; (C) comissão organizadora e Conselho Consultivo do RVSMJ; (D) comissão organizadora da Festa do Mastro no interior do RVSMJ; (E) retirada da árvore que representa o mastro; e (F) mudas entregues aos gestores do RVSMJ.



Foto: Maria Augusta Barbosa dos Anjos, 2015.

5. DISCUSSÃO

Nesta pesquisa é conveniente ressaltar que um fator importante da aplicação da ferramenta do SISUC no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco foi que esta estimulou a participação do conselho gestor nas decisões que perpassavam a Unidade de Conservação, uma vez que empossados de suas reais funções passaram de meros ouvintes ou observadores

para atuantes. Em relação a esse fato, Cordioli (2001) ressalta que o processo participativo dos atores sociais visa não somente à elaboração de propostas mais ajustadas à realidade, mas pretende mudar comportamentos e atitudes onde os indivíduos passam a ser sujeitos ativos no processo e não apenas objeto do trabalho dos outros.

No presente estudo, embora se constatou que uma parte dos conselheiros não estiveram presentes na oficina, pode-se supor que algo esteja desmotivando esses conselheiros em não participarem efetivamente deste órgão ao qual fazem parte. E em relação a esta pouca participação dos conselheiros representantes das comunidades locais na oficina do SISUC no RVSMJ, constatou-se que esta é uma situação recorrente no cotidiano da UC, tendo em vista a verificação do quórum presente nas reuniões deste órgão colegiado por meio das atas de reuniões, e conforme depoimento da gestora-chefe da UC. Isto pode ser relacionado ao fato de que muitas vezes os conselheiros encontram dificuldades (financeiras, de tempo por conta de seus afazeres, estarem desestimulados por não compreenderem a função de ser conselheiro, por desinteresse pessoal, entre outras) para se deslocarem de suas residências e participarem das reuniões convencionais e dos eventos que envolvem o Conselho Consultivo do RVSMJ.

O fato é que, muitas vezes, as pessoas não se interessam e não participam mesmo quando convidadas. Participar de reuniões públicas representa um custo para os indivíduos, um investimento de tempo que só realizado se eles tiverem uma expectativa verdadeira de retorno: não necessariamente de um retorno imediato em dinheiro, mas de uma compensação no próprio esforço dos laços sociais, na ampliação da capacidade de contar com a ajuda, com as ideias e com a colaboração dos outros (SOUZA, 2008).

De acordo com Coelho (2011) em seu estudo de caso do Conselho Gestor da APA Guapimirim, foram identificados ao longo do período em que o conselho foi criado alguns empecilhos para a participação concreta das populações locais nas discussões e decisões do conselho. O mesmo autor ressaltou que havia baixa participação das populações locais, de modo que se verificou a possibilidade de ampliar essa participação.

Porém, à medida que essa população veio a participar do conselho, foi detectada outra situação referente a esta população: a dificuldade de discutir temas técnicos e no atendimento às formalidades burocráticas relacionadas à rotina do conselho, dada a carência dos serviços essenciais oferecidos na região, estes conselheiros buscavam auxílio no conselho da referida UC. Com isso as questões trazidas ao conselho pelos representantes das populações locais frequentemente fugiam do escopo e da possibilidade de intervenção direta de uma Unidade de Conservação e se relacionava a outros assuntos que não à UC (COELHO, 2011).

Dessa forma, é preciso esclarecer que, embora a participação dos conselheiros que estiveram presentes na oficina do SISUC no RVSMJ tenha sido inexpressiva em termos de número de participantes, ela foi qualitativamente significativa, pois, os mesmos conselheiros que se fizeram presentes em quase todas as decisões relativas à UC em questão, nas reuniões de conselho anteriores ao SISUC foram os que participaram efetivamente da oficina, e por sua estes indivíduos estão cientes dos problemas pelos quais o RVSMJ enfrenta. Assim, a participação do conselho do RVSMJ pode não ter sido maciça em termos quantitativos, mas se mostrou atuante por esta minoria de conselheiros.

O MMA (2004) cita que situações desse tipo podem comprometer dois pontos fundamentais para o efetivo funcionamento dos conselhos: o alcance da representação de segmentos sociais e sua legitimidade, onde esse alcance da representação é entendido como o grau de participação no conselho de membros que tenham delegação formal para expressar as posições e defender os interesses dos variados segmentos sociais beneficiados ou prejudicados com a ocorrência da Unidade de Conservação. O MMA (2004) reforça ainda que esse tipo de situação enfrentada pelos conselhos gestores apontando que um dos maiores problemas detectado no desempenho desses conselhos é a personalização da representação, ocasionada pela precariedade da organização de grande parte das entidades da sociedade civil como de órgãos públicos.

Observou-se ainda a existência de instituição de pesquisa na composição do conselho do RVSMJ, porém seus representantes não se fizeram presentes na oficina. Isso denota uma situação que deve ser levada em consideração, uma vez que é importante a participação desse público no conselho gestor de uma UC no sentido de contribuir para estimular a pesquisa e trazer ganhos em termos de conservação dos recursos naturais para o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

A importância das pesquisas para a conservação e para o RVSMJ pode ser comprovada nos arquivos da SEMARH (2010), nos quais constam as pesquisas desenvolvidas nesta Unidade de Conservação e o que foi produzido desde quando o RVSMJ foi criado, onde se observa um levantamento da sua rica biodiversidade, a exemplo de pesquisas que fizeram a catalogação de répteis, aves endêmicas, mamíferos, espécies vegetais, entre outros. Assim, a partir desse acervo podem-se estimular outras pesquisas e desse modo fortalecer a unidade e, por conseguinte sua gestão.

Além disso, outras instituições que compõem o Conselho do RVSMJ não estiveram presentes na oficina, a exemplo da EMDAGRO, INCRA, a Associação de Caprinocultores do Vale do Contiguiba, IBAMA, SAAE, Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba, dentre

outras. Um dado que chama atenção em relação a esse desfalque na oficina e nos eventos que permeiam o RVSMJ pode estar relacionado ao pouco interesse na condução dos assuntos da UC em questão, e muitas vezes os conselheiros que representam estas instituições pouco tenham com o que colaborar e consequentemente pouco compareçam às reuniões, conforme relata o MMA (2004)

Apesar disto, a atuação dos conselheiros do RVSMJ que estiveram presentes na oficina do SISUC pode ser considerada em termos participativos de forma ativa e consequentemente poder gerar o empoderamento desses atores sociais. Para Santos et al. (2005) o gradiente de participação dos conselheiros que frequentam as reuniões e ajudam a tomar decisões pode ser considerado como interativo ou voltado para a automobilização das pessoas, promovendo assim a emancipação dos sujeitos participantes desse contexto.

Para Loureiro, Azaziel e Franca, (2005), a ideia de conselhos gestores como espaço de decisão democrática, cujo espaço os conselheiros promovem voz e vez, além de permitir a participação efetiva destes atores sociais nos processos de gestão da Unidade de Conservação, cria uma necessária cultura cidadã e de responsabilidade em termos de políticas públicas.

Macedo (2008) em sua pesquisa sobre os processos participativos envolvendo os conselhos gestores de duas UCs na zona costeira do Sul do Brasil mostrou que, tanto para os gestores, como para os integrantes dos conselhos, a criação e manutenção dos espaços de participação refletem-se num importante vetor de fomento de relações interinstitucionais e de parcerias, possibilitando um maior envolvimento comunitário e contribuindo para o aumento da transparência e da legitimidade dos processos de gestão de Unidades de Conservação.

Outra situação que merece destaque é quanto à realização da oficina do SISUC propriamente dita no RVSMJ, na qual a etapa/ passo de apresentação da ferramenta teve sua importância no sentido de contextualizar e nivelar o conselho para com a aplicação da ferramenta, além de promover uma maior interação entre os membros (titulares e suplentes), uma vez que a participação de alguns conselheiros nos eventos que envolvem a gestão da UC é rara, principalmente dos conselheiros suplentes e dos representantes das comunidades locais e associações.

Dick, Danieli e Zanini (2012) ressaltam que a representação do poder público e da sociedade civil nos conselhos deve ser, sempre que possível paritária, ou seja, possuir o mesmo número de representantes das esferas governamentais e não governamentais, visando à construção de um conselho representativo perante as instituições governamentais, da sociedade civil e comunidades do entorno, a fim de melhorar os interesses relacionados com a região da UC.

Constatou-se que no presente estudo a maioria dos participantes foi constituída de membros titulares, apesar de seus suplentes terem sido convidados. O que ocorre na prática é que quando o conselheiro titular de determinada instituição participa do evento o seu suplente se abstém e vice-versa. Esse dado denota uma situação habitual em relação à participação dos conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco nas reuniões ou eventos que ocorrem na UC ou em outro local e que suscita do comparecimento destes. Como pôde ser observado na pesquisa, na maioria dos eventos que envolvem os conselheiros do RVSMJ, seus titulares são os que mais participam e não há um repasse de informações aos seus suplentes. Provavelmente estes suplentes encontram-se nesta posição simplesmente para “preencher” essa lacuna determinada pela portaria que os nomeia, uma vez que o Conselho Consultivo do RVSMJ deve, por obrigatoriedade, possuir conselheiros suplentes, embora muitos deles tenham pouca interação com a gestão da unidade, o que acaba comprometendo os processos participativos para a mesma.

Em se tratando dos alvos das ações que foram selecionadas pelos conselheiros para serem monitoradas é importante esclarecer que os dois indicadores de Gestão que se apresentaram em situações Alarmantes referem-se a fatores externos à UC, ou seja, que foge à capacidade de gestão do RVSMJ, e que por sua vez, acabam contribuindo para que os objetivos da UC de proteger a biodiversidade venham a ser prejudicados.

Desta forma, sobre a problemática do lixo descartado no entorno do RVSMJ, é fato que o lixo causa um impacto ao meio ambiente e configura-se como um problema recorrente quando envolve as Unidades de Conservação (MUHLE, 2012; SANTOS, 2014). Neste caso, foi informado pelos conselheiros do RVSMJ que há um conflito entre as informações a respeito desse lixo que é descartado nos limites da UC: de um lado a Prefeitura de Capela alega que há coleta de lixo; do outro a comunidade contesta essa informação argumentando que não há coleta do lixo produzido pela comunidade da Boa Vista, daí os moradores destas localidades acabarem descartando o lixo na “mata” ou no “mato”, na Unidade de Conservação em questão, causando esse problema.

O Relatório da Oficina de Planejamento Participativo realizado em 2009 pela STCP Engenharia de Projetos no RVSMJ para fomentar a criação do Plano de Manejo da referida UC (SEMARH, 2009) corroborou com a situação acima quando apontou que um dos pontos fracos para a unidade era o fato de que a comunidade de Boa Vista, localizada no entorno desta UC jogava lixo na mata por falta de coleta regular.

Deste modo, a ação de realizar ações de educação ambiental pelo grupo de conselheiros monitores e responsáveis por esta ação mostrou-se válida e conseguiu grandes

avanços, tanto para a UC como para o povoado Boa Vista. Neste caso o SISUC teve seu mérito quando foi capaz de realizar com apenas uma oficina esta melhoria. Além disso, deve-se aqui valorizar a contribuição da comunidade nesta ação, uma vez que a mesma teve sua participação quando ajudaram a colocar placas indicando a proibição de jogar lixo no local, auxiliaram no plantio e manutenção das mudas, tendo uma senhora moradora deste povoado sido cuidadora destas mudas, evidenciando que as ações desenvolvidas a partir do planejamento do SISUC contribuíram para estender a participação popular além do que havia sido previsto, fortalecendo a governança entre a UC e a comunidade.

Outro problema apontado pelos conselheiros, a respeito à Festa do Mastro, considerado como situação Alarmante e relacionado ao tema Gestão, também se deve a fatores externos ao RVSMJ. Essa festa, que acontece tradicionalmente todos os anos no mês de junho na cidade de Capela, em alusão à festa de São Pedro, causa alguns danos ao RVSMJ, uma vez que no auge da festa (dia 29 de junho) os participantes seguem em cortejo da sede do município de Capela até o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, embalados por carros de som (incluindo trio elétrico) e efetuando tiros de bacamarte (fogos de artifício) para retirarem a árvore que foi escolhida no dia de Corpus *Christie*, data que antecede a Festa do Mastro (SANTOS, 2002; SEMARH, 2010).

Convém destacar que a retirada do mastro para a festa, configura-se como uma prática que ocorre antes da criação do RVSMJ (uma UC de proteção integral que por lei não é permitida tal prática) e é permitida por conta de um acordo firmado em 2010 com as comunidades do município de Capela e com os responsáveis pela criação da UC, durante as audiências públicas para a criação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, de acordo com informações prestadas pela atual gestora-chefe da referida UC. No entanto, o referido acordo obriga aos que fazem essa retirada efetuarem o plantio de mudas de no mínimo 100 espécimes nativas na própria UC ou em outro local como forma de compensação (AZEVEDO, LIMA e SILVA, 2012).

Assim, segundo informações dos conselheiros do RVSMJ obtidas pela Ficha de Apoio para os Grupos de Monitoramento de Ações Socioambientais, o acordo de limitar o número de pessoas na UC e dos veículos promotores de som próximos à unidade já existiam antes da Oficina do SISUC, porém não era cumprido. Contudo, na Festa do Mastro do ano de 2015 esse acordo coibindo tal conduta foi respeitado, provavelmente pelo fato dos responsáveis pelo evento terem assinado o acordo se comprometendo em cumpri-lo. Esse fato denota um mérito ao conselho da unidade e à ferramenta do SISUC para o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco no sentido de efetivar essa restrição.

No outro item relacionado ao tema Gestão em situação Alarmante, apontado pelos conselheiros na oficina do SISUC em relação à falta de representantes da SEMARH no Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela (COMDEMA), essa ação pode estar relacionada uma forma de promover maior interação e comunicação entre os conselhos que representam as esferas estaduais e municipais, no intuito de poder ser realizada uma maior integração entre esses conselhos visando uma melhor gestão territorial como foi apontado como um problema para a o RVSMJ na oficina do SISUC. Sendo assim, é importante que estes dois órgãos colegiados estejam cientes das questões ambientais que envolvem principalmente o município de Capela, de modo a fortalecer sua política ambiental e de se potencializarem como instrumentos de gestão destas políticas.

Conforme ratificado pelo ICMBio (2014) a interação dos conselhos de meio ambiente, comitês de bacias hidrográficas e os conselhos de Unidades de Conservação promove a implementação da política ambiental, a proposição de regras e normas, promove a gestão de conflitos, e estabelece pactos e compromissos na proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais e do território.

No âmbito das ações relacionadas ao tema Meio Ambiente que foram apontadas pelos conselheiros como em situação Insatisfatória, tem-se que, apesar dos indicadores não necessitarem urgentemente serem melhorados, merecem atenção no intuito de promover intervenção por parte do seu grupo de monitoramento, e conforme recomenda Marinelli (2011c) estes indicadores podem ser melhorados.

Assim, a ação que esteve relacionada à falta de retorno das pesquisas depois de concluídos os estudos desenvolvidos no RVSMJ, que culminou como proposta pelos conselheiros na elaboração de um documento para ser destinado às Instituições de Pesquisa solicitando o retorno das mesmas decorreu do fato de que muitos pesquisadores utilizam a UC como campo de trabalho, e uma vez concluídos seus estudos não os disponibilizam os seus resultados para a unidade que serviu como campo de estudo.

Vale ressaltar que, para os pesquisadores desenvolvam suas pesquisas em Unidades de Conservação, estes devem solicitar autorização do órgão gestor (no caso das UCs estaduais de Sergipe a autorização da SEMARH), cuja prerrogativa esclarece em seu conteúdo que os resultados destas pesquisas devem retornar para a unidade. No entanto, o que ocorre na prática é que, apesar destas autorizações serem concedidas para tais pesquisas, os seus resultados nem sempre retornam para os gestores.

Moretti, Giehl e Batalha (2013) em seus estudos verificaram a carência dos gestores das UCs pelos resultados das pesquisas realizadas nestas áreas e apontaram a importância do

que denominaram de informação científica para fomentar as tomadas de decisões por parte dos gestores, de modo que a tomada de decisões não se baseie de forma exclusiva na experiência pessoal dos gestores, mas pode passar por documentos que intermediam o conhecimento científico.

Complementando a referida pesquisa, foram apontadas muitas dificuldades nas práticas de gestão com embasamento em trabalhos científicos, que envolvem tanto a falta de trabalhos direcionados para problemas e necessidades locais, quanto os poucos trabalhos são voltados para a gestão ou ações práticas, e ainda pela falta de entendimento do que realmente tratam as pesquisas (MORETTI, GIEHL e BATALHA, 2013). Quanto a esses problemas a ferramenta do SISUC mostrou-se eficiente no sentido de ser mais facilmente compreendida, assim como de servir para ser efetivamente aplicada para auxiliar a gestão de uma UC.

Nesse caso, a proposta de enviar documentação solicitando tal retorno poderia ser válida (se tivesse sido efetuada pelos conselheiros, mas que ainda pode ser feita, mesmo com a conclusão do presente estudo), uma vez que a atitude dos pesquisadores em apresentar os resultados de suas pesquisas para a UC representa um enriquecimento para o acervo de informações sobre atributos bióticos, abióticos e sociais que o RVSMJ possui. Além disso, esses elementos são fundamentais para planejar as atividades de gestão da UC, inclusive utilizando-se do SISUC dentro de um modelo de gestão adaptativa.

No tocante à questão da caça de animais silvestres no RVSMJ, apesar de ser proibida por se tratar de uma UC de proteção integral, mesmo em caso de caça de subsistência, única modalidade de caça permitida no Brasil (BRASIL, 2012), evidenciou-se através do depoimento dos próprios conselheiros que esta prática ainda persiste na UC. Por isso, surgiu como proposta firmar parcerias com o Pelotão Ambiental da Polícia Militar e com a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) no intuito de coibir tal prática, pois a unidade dispõe de um número reduzido de funcionários, inclusive para realizar sua segurança, e ainda os poucos seguranças que existem se limitam a vigiar apenas a sede da unidade.

A prática da caça também já havia sido citada no Relatório da Oficina de Planejamento Participativo (SEMARH, 2009) como sendo um dos pontos fracos que impediam ou dificultavam o cumprimento dos objetivos da UC. Entre as informações que nortearam o debate, os participantes da oficina apontaram como pontos vulneráveis para esta situação: a caça de animais como paca, tatu, macaco-guigó, aves entre outros, e a possibilidade de haver caçador no interior da Unidade de Conservação.

Apesar da atividade da caça ser proibida na maioria das UCs, sabe-se que em alguns casos esta prática mostra-se como uma alternativa para moradores de baixa renda. Na

pesquisa feita por Andriguetto-Filho, Krüger e Lange (1998) em que se apontou um conflito entre a caça nas UCs e a fiscalização nestas áreas, os autores propuseram o manejo da caça de subsistência a fim melhorar a conservação dos recursos e satisfazer as necessidades materiais humanas.

Entretanto, para Sampaio (2015), o problema da caça praticada nas Unidades de Conservação afeta não só os animais abatidos na floresta, como também a sobrevivência de toda a comunidade florestal e humana. Além disso, a referida autora assevera que a caça é um problema não só em Unidades de Conservação, como também em propriedades particulares, e que para isso a autora sugere monitorar toda área e evitar problemas ambientais futuros, entre eles o termo ecológico denominado de floresta vazia, ocasionada inicialmente pela caça das populações de animais e consequentemente os serviços ambientais prestados dessas florestas são alterados, isto é se não houver a fauna responsável pelos serviços ambientais específicos e essenciais, a tendência é de no futuro a floresta deixar de existir.

Neste cenário, como alguns dos problemas acima elencados ainda persistem nos dias atuais no RVSMJ e foram apontados pelos conselheiros na oficina do SISUC, a proposta de firmar essas parcerias da atribuição designada para a ADEMA reside no fato de o órgão ter a atribuição de lavrar autos de infração contra os crimes ambientais cometidos dentro das UCs do estado de Sergipe, exercendo assim o poder de polícia administrativa e protegendo os valores ligados às riquezas naturais (CUNHA, 2011). A proposta dessa parceria se deve ao fato que os funcionários da SEMARH não possuem essa autonomia de autuação delegada à ADEMA.

Já para a necessidade de se firmar parcerias com o Pelotão Ambiental da Polícia Militar, se deu pelo fato desta instituição se encarregar de executar as atribuições inerentes ao poder de polícia judiciária de caráter repressivo e ostensivo, com a função de reprimir a atividade ilegais através da instrução policial criminal e captura dos infratores da lei, conforme cita Cunha (2011), uma vez que estes infratores cultivam esse hábito dentro do RVSMJ.

Em relação ao problema da redução da população de abelhas no RVSMJ, também apontada como uma ação a ser monitorada, este se deu segundo o que foi informado pelos conselheiros, por conta das atividades agrícolas do entorno desta Unidade de Conservação, onde estas práticas agrícolas com o uso de inseticidas pelos proprietários de terra do entorno da UC estão promovendo a diminuição destas abelhas e, por conseguinte diminuindo a produção de alimentos, sendo por isso necessário realizar estudos que fomentassem a importância dessas abelhas para a UC e principalmente para as propriedades do seu entorno.

Nesse contexto, para Imperatriz-Fonseca (2014) a polinização biótica (realizada pelos insetos como abelhas, mariposas, besouros, borboletas; pequenos vertebrados) é considerada como um serviço ecossistêmico básico que suporta os outros serviços ecossistêmicos disponibilizados pela natureza, como aumento da produção agrícola, entre outros, mas que nos últimos anos, os impactos causados pelo homem na utilização dos recursos naturais, levaram ao decréscimo de populações de alguns polinizadores fundamentais para a produção de alimento no mundo.

No entanto foi constatado que a estimativa mais recente é de que a polinização por animais favorece cerca de 90% das espécies botânicas conhecidas (308.000 espécies aproximadamente), portanto, o seu valor para a manutenção da biodiversidade é incalculável. Neste momento da vida do planeta, as interações entre plantas e polinizadores e o impacto na biodiversidade são de vital importância e focalizados, nesta década da biodiversidade, como prioridade (IMPERATRIZ-FONSECA, 2014).

Em suma, é notório que a maioria das ações propostas pelos conselheiros distribuídos em seus grupos de monitoramento foi cumprida. Isso significa que a aplicação da ferramenta do SISUC no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco foi considerada eficaz na contribuição para a gestão adaptativa da unidade em questão, apesar do grupo de conselheiros-participantes do evento ter sido pequeno em relação ao número de conselheiros desta UC, o que não impediu, entretanto, a aplicação desta metodologia.

As ações relacionadas aos Indicadores Alarmantes (lixo, Festa do Mastro e a indicação de representantes da SEMARH na composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela) atingiram a sua meta e conseqüentemente foram cumpridas. Situação essa que se mostrou importante para a metodologia do SISUC, uma vez que os indicadores apontados pelos conselheiros como em situação Alarmante são os que necessitam ser urgentemente melhorados, conforme cita Marinelli (2011c), e neste caso, foi o que ocorreu.

Quanto à situação supracitada, Marinelli (2011b) ressalta que uma das inconsistências que os indicadores do SISUC apresenta é que eles não abordam todos os aspectos envolvidos na complexa dinâmica das UCs, de modo que nem tudo que é importante para o manejo dessas áreas protegidas será contemplado nos resultados de aplicações desta metodologia.

Assim, as ações que foram apresentadas acima se referem, sob o ponto de vista dos conselheiros na oficina realizada no presente estudo, às que mereciam uma atenção maior para serem os alvos de monitoramento e estavam de acordo com o que a metodologia apontou para o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, a partir das respostas do questionário.

Na avaliação em torno dos resultados alcançados, relativos às ações dos indicadores em situação Insatisfatória obteve-se que: a meta da ação de solicitar aos órgãos responsáveis pela fiscalização e penalização pelos crimes ambientais ligados à caça cometida no interior do RVSMJ foi cumprida na forma burocrática, embora, com a conclusão do presente estudo, espera-se que o conselho fortaleça as parcerias entre as instituições relacionadas à proteção do meio ambiente e que possa ser possível a realização periódica de ações de fiscalização dentro da UC.

A outra ação em situação Insatisfatória, a qual consistia em divulgar no site da SEMARH - instituição que administra o RVSMJ não teve seu êxito por conta de fatores externos à UC, e não por parte do grupo de conselheiros que ficou responsável por tal ação. A líder do referido grupo de monitoramento alegou que, para promover essa divulgação não dependia somente dos administradores da UC, e sim da equipe de comunicação da SEMARH, a ASCOM (Assessoria de Comunicação), a qual passava por mudança de diretores no decorrer da pesquisa, dificultando assim o contato com tal diretor e comprometendo, portanto, essa ação.

O que se verifica neste relato acima é que muitas vezes pode estar ocorrendo um apoio para os gestores das UCs. Situações referentes a esta falta de apoio à UC e especificamente ao conselho gestor foi apontada pelo IEB (2013) sobre a falta de apoio pedagógico para promover a capacitação do conselho, assim como a falta de divulgação do trabalho deste conselho.

Por fim, a ação relacionada ao encaminhamento de documentos às instituições que desenvolvem pesquisas no RVSMJ em relação à sua biodiversidade, esta, ainda não foi cumprida, o que não impede de ser realizada em outro momento no decorrer das atividades da gestão no RVSMJ, tendo em vista que uma das propostas da metodologia do SISUC é capacitar o conselho gestor da UC a fim de que este consiga auxiliar de fato os administradores de sua Unidade de Conservação, independentemente da presença de pesquisadores que conduzam as oficinas de participação.

Por sua vez, isto não significa o desmerecimento para o referido estudo, pois vale ressaltar que como se trata de uma pesquisa que está lidando com gestão adaptativa, esse resultado também é válido, uma vez que, se as ações não foram alcançadas no prazo determinado pelo presente estudo, as mesmas podem ser readaptadas e reavaliadas pelos conselheiros, com vistas a alcançar seu objetivo de melhoria.

É importante destacar que a oficina do SISUC no RVSMJ serviu como uma “injeção de ânimo” para os conselheiros. E isso pôde ser constatado durante a avaliação que ocorreu no

final da oficina, quando cada participante teve oportunidade de expor suas opiniões sobre os dois dias do evento que representaram a oficina, e assim como se pode sintetizar que, de maneira geral, o evento despertou o sentimento de fazer parte de um conselho gestor de uma Unidade de Conservação, visto que os conselheiros-participantes da oficina puderam perceber que é possível, a partir de planejamento estratégico, tomar determinadas atitudes com vistas à melhoria na gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Ainda sobre o fato de a Oficina ter promovido uma maior interação entre os conselheiros, ressalta-se a criação do grupo do *WhatsApp* SISUC RVS Mata do Junco (apesar de não ter funcionado essencialmente para o propósito de discutir as ações do SISUC) proporcionou discussões, determinações e constante diálogo aos que participam deste, fazendo com que o conselho se mostrasse mais próximo da UC e consequentemente mais atuante.

Ao que pode ser preliminarmente apontado, provavelmente a oficina do SISUC foi válida no seu sentido de despertar a capacidade de governança destes conselheiros perante a gestão do RVSMJ, pois conforme depoimento de alguns deles o evento trouxe um ganho e um estímulo à gestão do RVSMJ, uma vez que valorizou o papel desempenhado por uma instituição/membro dentro de um conselho gestor de UC, e acima de tudo mostrou a verdadeira função do que é ser conselheiro de uma unidade de conservação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perante o que foi exposto sobre a metodologia de gestão participativa/adaptativa SISUC, com esta pesquisa pretendeu-se: contribuir para capacitar o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco; organizar um sistema de monitoramento de ações de manejo e metas de desenvolvimento local; promover o comprometimento dos conselheiros com o debate sobre desempenho de gestão; e subsidiar instituições públicas, da sociedade civil e moradores do entorno da unidade com informações aplicadas à realidade particular do RVS Mata do Junco.

Outra contribuição da pesquisa consistiu em incentivar o empoderamento e a autonomia dos conselheiros, visto que, de posse da então ferramenta, os mesmos estão capacitados a auxiliar na condução da gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. Além disso, essa ferramenta contribuiu para a valorização do seu papel perante a então gestão,

o que se traduz num somatório quando se refere às melhorias e ao fortalecimento na gestão da unidade.

Em linhas gerais, pode-se inferir que as ações, alvo de prioridade apontadas na oficina do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC) através do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco foram consideradas positivas apesar do pouco tempo para se cumprir as metas propostas, visto que qualquer unidade de conservação apresenta uma complexidade de problemas que demandam um tempo muito maior para solucioná-los.

REFERÊNCIAS

ALEGRIA; M. F.; SILVA, H. P. Refletindo sobre a Dimensão Coletivista do Conselho Gestor. II SAPIS, **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

ALIANÇA PARA AS MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO (Conservation Measures Partnerships - CMP). **Padrões abertos para a prática da conservação**. Versão 2.0. 2007. Disponível em: <http://cmp-openstandards.org/wp-content/uploads/2014/03/CMP-Open-Standards-Version-2-0-Portuguese.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2015.

ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; KRÜGER, A. C.; LANGE, M. B. R. Caça, biodiversidade e gestão ambiental na área de proteção ambiental de Guaraqueçaba, Paraná, Brasil. **Biotemas**. v. 11, n. 2, p. 133-165, jun. 1998.

ANTONINI, L. **Gestão participativa em Unidades de Conservação: Mata Atlântica do Sudeste e Goiás**. In: ANTONINI, Luciana (Org.). São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Mata Atlântica. 2009. 78 p.

AZEVEDO, D. S.; LIMA, R. V. S.; SILVA, M. F. S. Educação patrimonial e ambiental na festa do mastro no município de capela/se. 3º Simpósio Educação e Comunicação, Infoinclusão: possibilidades de ensinar e aprender. Edição Internacional. **Anais**. 2012. p. 162-175. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-162-175.pdf>. Acesso em: 28 de abr. 2015.

BOCCHINI, A. G. **Contribuições do monitoramento participativo aos conselhos gestores das UCs do baixo rio negro**. Seminário Amazônico do Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação – SISUC. Instituto Socioambiental e Grupo Natureza, Sociedade e Conservação. Manaus – AM, outubro de 2014.

BONFIM, F. C. R. do. **Governança ambiental e unidades de conservação do meio ambiente: uma abordagem institucionalista**. 200 p. Dissertação (Mestrado em Economia de Empresas) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. 2007.

BOSSEL, H. Assessing Viability and Sustainability: a Systems-based Approach for Deriving Comprehensive Indicator Sets. **Ecology and Society**. v. 5, n. 2, p. 1-12, dez. 2001.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Brasileiro dos Recursos Naturais renováveis (IBAMA). **Lei da Vida: Lei dos Crimes Ambientais. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008**. Brasília: MMA, 2012. 3ª reimpressão. 64 p.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

CORDIOLI, S. Enfoque participativo no trabalho com grupos. In: BROSE, Markus (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre. Tomo Editorial. 2001. p. 25-40.

COZZOLINO, L. F. **Unidades de conservação e os processos de governança local: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ)**. Rio de Janeiro/RJ. 156 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia das Sociedades e Ecologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

COZZOLINO, L. F.; IRVING, M. de A. **Avaliação de gestão participativa em unidades de conservação: uma análise a partir da ótica da governança**. Seminário sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social, Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia da UFRJ. 2006. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/sapis/2006/trab.html>. Acesso em: 10 fev. 2016.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. In: CUNHA Sandra Batista da; GUERRA, Antonio José Teixeira (Orgs.). **A questão ambiental: diferentes abordagens**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2005. p. 43-79.

CUNHA, A. C. F. de A. Poder de Polícia: Discricionariedade e limites. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 84, jan. 2011. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=8930>. Acesso em 12 fev. 2016.

DICK, E.; DANIELI, M. A.; ZANINI, A. M. (Orgs.). **Gestão participativa em unidades de conservação: uma experiência na Mata Atlântica**. – 1. ed. – Rio do Sul, SC: APREMAVI. 2012. 72 p.

DIEGUES, A. C. Marine protected areas and artisanal fisheries in Brazil. **Samudra Monograph**. Chennai: International Collective in Support of Fishworkers. 2008. 68 p.

FERNANDES, C. H. V.; HANGAE, L. L. M.; MOTA, LC. **Roteiro metodológico de planejamento -Parque Nacional, Reserva Biológica, Estação Ecológica**. Versão para discussão. Ministério do Meio Ambiente (MMA). Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). 2011. 133 p.

FERREIRA, A. B. de H. **Mini Aurélio século XXI escolar: O minidicionário da língua portuguesa**. Coordenação e edição, Margarida dos Anjos, Marina Baird Ferreira; lexicografia, Margarida dos Anjos... [et al.]. 4. ed. rev. ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

GOMES, L. J.; SANTANA, V.; RIBEIRO, G. T. Unidades de conservação no estado de Sergipe. **Revista FAPES**, v. 2, n. 1, p. 101-112, jan. 2006.

ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade). **Conselhos gestores de unidades de conservação federais: um guia para conselhos gestores e conselheiros**. 2014. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../guia-conselhos-2014.pdf. Acesso em: 25 de abr. 2015.

IEB (Instituto Internacional de Educação do Brasil). **Seminário gestão participativa de unidades de conservação no sul do Amazonas, nordeste de Rondônia e Mato Grosso** (2012 : Porto Velho, RO). – Brasília: IEB. 2013. 78 p.

IMPERATRIZ-FONSECA, V. L. Prefácio. In: RECH, André Rodrigo; AGOSTINI, Kayna; OLIVEIRA, Paulo Eugênio; MACHADO, Isabel Cristina (Orgs.). **Biologia da Polinização**. Revisora editorial Ceres Belchior. Rio de Janeiro: projeto Cultural. 2014. 527 p.

IRVING, M. de A.; COZZOLINO, F.; FRAGELLI, C.; SANCHO, A. Construção de governança democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro. Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius. 2006. p. 41-75.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M.; FRANCA, N. **Educação ambiental e gestão participativa em unidades de conservação**. Rio de Janeiro: Ibase: Ibama, 2003. 44 p.

MACEDO, H. S. **Processos participativos na gestão de unidades de conservação: estudos de caso em unidades de conservação de uso sustentável da zona costeira do sul do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis/SC. 2008. 204 p.

MARINELLI, C. E. **Sisuc é reconhecido como sistema de controle social de UCs da Amazônia e passa a ter comitê multi-institucional para plataforma colaborativa de resultados**. 05 de nov. de 2014. Disponível em: <http://blogdosisuc.socioambiental.org>. Acesso em: 25 set.de 2015.

_____.; CHIAMARELLI, C.; MENEZES, D.; CARLOS, H. S. A.; RIBEIRO, M. B. N.; LIMA, P. R. P.; LIMA, J. A. P. **Sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação. Material de treinamento**. Instituto Internacional de Educação do Brasil. Grupo Natureza, Sociedade e Conservação. Brasília/DF. 2012. 32 p.

_____. **De olho nas unidades de conservação: sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação da Amazônia brasileira (Fique por dentro)**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA). 2011a. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. **De olho nas unidades de conservação: sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação da Amazônia brasileira (do contexto à intervenção)**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA). 2011b. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC>. Acesso em: 23 out. 2013.

_____. **De olho nas unidades de conservação: sistema de indicadores socioambientais para unidades de conservação da Amazônia brasileira (protocolo de aplicação)**. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA). 2011c. Disponível em: <http://uc.socioambiental.org/sites/uc.socioambiental.org/files/SISUC>. Acesso em: 23 out. 2013.

MMA (Ministério do Meio Ambiente). Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Diretoria do Programa Nacional de Áreas protegidas. Programa Áreas Protegidas da Amazônia. **Gestão participativa do SNUC**. Áreas Protegidas do Brasil. Editora Iara Vasco Ferreira. Brasília/DF. 2004. 205 p.

MORETTI, M.; GIEHL, E. L. H.; BATALHA, M. A. Aplicação de informações científicas na gestão de unidades de conservação no Brasil. **IV Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental (ConGeA)**. Instituto Brasileiro de Estudos Ambientais e de Saneamento (IBEAS). Salvador. 2013.

MUHLE, R. P. **Ações de educação ambiental em unidades de conservação estaduais do rio grande do sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação Lato Sensu na área de Especialização em Diversidade e Conservação da Fauna) – Programa de Pós-Graduação em Biologia Animal, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Biociências. Porto Alegre, 2012. 46 p.

PALMIERI, R.; VERÍSSIMO, A. **Conselhos de unidades de conservação: guia sobre sua criação e seu funcionamento**. Piracicaba: Imaflora, SP; Belém: Imazon, PA, 2009. 95p.

SAMPAIO, D. T. Floresta vazia. Fundação de Apoio à Pesquisa-SE (FAPITEC-SE). **Revista Pesquisa-SE**. n. 4, Ano 4, p. 11-15, jan-jun, 2015.

SANTOS, M. A. **Ações de educação ambiental no refúgio de vida silvestre mata do junco, Capela/SE**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2014. 98 p.

SANTOS, E. S. dos; ARAÚJO, F. X. da S.; ESTEVES, L. U.; SILVA, T. de L. Gestão participativa em unidades de conservação: uma breve análise no Amapá. **Enciclopédia Biosfera**, Centro Científico Conhecer - Goiânia, v.9, n.17, p. 201-527. 2013.

SANTOS, A. D. dos; GAMA, A. M. C. de F; FARIA, A. A. C.; SOUZA, J. A. de; MELO, L. R. O.; CHAVES, M. B. F.; NETO. P. S. F. In: SANTOS, Ailton Dias dos (Org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais** / IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil – São Paulo. Peirópolis, 2005. 188 p.

SANTOS, R. F. dos. **Planejamento ambiental: teoria e prática**. São Paulo: Oficina de Textos. 2004. 184 p.

SANTOS, J. M. **Festa do mastro de Capela (1983-2000)**. Monografia (Licenciatura em História) Polo Regional de Propriá, Programa de Qualificação Docente II, Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Propriá. 2002. 83p.

SEMARH (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe). SRH (Superintendência de Recursos Hídricos). **Base de dados geoespacial de Sergipe. Atlas Digital**. Estudos sobre Recursos Hídricos. Versão 11. 2014. Aracaju/SE. 2014. Pen Card. 2,92 GB.

_____. (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe). **Unidade de Conservação recebe título de Posto Avançado da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica**. Aracaju/SE, 21 jun. 2013. Disponível em: <http://www.semarh.se.gov.br/modules/news/print.php?storyid=1608>. Acesso em 07 mar. 2016.

_____. (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe). **Portaria nº 16/2013, de 16 de abril de 2013**. Designa os membros do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. 2013.

_____. **Plano de manejo do refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco**. 2010. Disponível em: <<http://www.semarh.se.gov.br/uploads/planos/PlanodeManejoRVS.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013, 21:18:34.

_____. **Relatório da oficina de planejamento participativo**. Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco. STCP Engenharia de Projetos. Capela/SE. 2009. 25 p.

SOUZA, D. V. de. **Da possibilidade à ação: novas perspectivas de gestão territorial e de atuação cidadã - o caso da APA Municipal Capivari Monos**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. São Paulo, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, Carlos Miranda da Silva, acadêmico do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, nível Mestrado, matrícula 201411002033, estou realizando uma pesquisa para conclusão de curso e para tanto solicito sua participação voluntária.

Esta pesquisa tem como objetivo aplicar a metodologia intitulada Sistemas de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), com o objetivo de fornecer um plano de gestão adaptativa para o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVS Mata do Junco); além da utilização do referencial teórico metodológico da Teoria das Representações Sociais, a fim de compreender a representação social que o conselho possui sobre a RVS Mata do Junco e sobre a gestão desta UC. Para tanto será necessária a coleta de informações, as quais serão feitas durante através de entrevistas.

Desse modo, necessito que Vossa Senhoria responda a um roteiro de entrevista com caráter de sigilo da fonte. Os resultados serão divulgados em meio científico, porém apenas de forma agrupada, impossibilitando sua identificação pessoal. O critério de não identificar os participantes desta pesquisa, sob qualquer circunstância, será rigidamente seguido para que assim os princípios éticos de pesquisa sejam cumpridos.

O entrevistado tem o direito de abandonar sua participação no momento que assim desejar. Além disso, você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, através dos quais poderá entrar em contato para esclarecer quaisquer dúvidas do projeto e de sua participação.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Carlos Miranda da Silva

ENDEREÇO ELETRÔNICO: carlosmiranda.floresta@yahoo.com.br

TELEFONE: (79) 8808-9980

INSTITUIÇÃO DE PESQUISA: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA/UFS

ENDEREÇO: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze. Cep:49100-000. São Cristóvão, SE.

TELEFONE/FAX: (79) 2105-6600

OBJETIVOS: Esta pesquisa pretende contribuir para a gestão do RVS Mata do Junco, através dos membros que compõem o conselho consultivo da unidade, por meio dos mecanismos de boa governança e por meio da metodologia participativa do SISUC e das representações sociais destes conselheiros para com a unidade.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: A partir de seu consentimento, sua participação consistirá no fornecimento de depoimento oral, gravado digitalmente. Todo o material coletado será catalogado com um número de referência, preservando-se a confidencialidade da sua identidade.

RISCOS E DESCONFORTOS: Não há quaisquer riscos à sua integridade física ou moral. Caso você o desejar, a qualquer momento poderá retirar-se da pesquisa e solicitar que o material até então coletado seja descartado.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Será garantido sigilo absoluto dos nomes de todos os sujeitos participantes para assegurar a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Capela-SE, ____ de _____ de 2015.

Carlos Miranda da Silva

Declaro que as condições acima descritas foram lidas e expedidas pelo pesquisador.

Sendo assim, concordo com a minha participação na pesquisa dentro dos termos descritos.

Autorizo a utilização das informações supramencionadas na dissertação de mestrado de Carlos Miranda da Silva, do curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente do PRODEMA/UFS.

Capela-SE, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do participante

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO GERADO PELO SISUC, DE ACORDO COM AS CARACTERÍSTICAS E SITUAÇÃO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO.

QUESTIONÁRIO DA OFICINA DO SISUC NO RVSMJ

SISUC - SISTEMA DE INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARA UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Instituto Socioambiental

Programa Monitoramento de Áreas Protegidas

Unidade de Conservação

Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

Questionário Sociocultural

Nome: _____




Instituição: _____



Pov. Lagoa Seca, Capela, Sergipe, 2 de julho de 2015

Realização

Órgão Gestor

Colaboração

Tema: Sociocultural			
1 : Os acordos e práticas comunitárias de manejo dos recursos naturais...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	não existem		
	existem, mas não são cumpridos		






	existem, mas são pouco cumpridos		
	existem, e são cumpridos em sua maior parte		

☐ Não se aplica

☐ Não sei a resposta

Observação: _____

2 : Sobre a participação dos jovens (até 20 anos) na organização dos eventos e festas tradicionais da UC e região...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	não participam		
	é muito raro participarem		
	poucos participam		
	muitos participam		

☐ Não se aplica

☐ Não sei a resposta

Observação: _____

3 : A mobilização das organizações sociais de base atuantes na/pela UC...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
--	-----------	--------------	---------

	não existe		
	é regular		
	é regular		
	é muito boa		






☐ Não se aplica




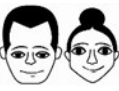


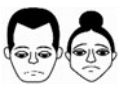
☐ Não sei a resposta





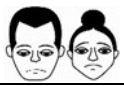
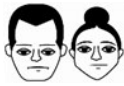


Observação:

Tema: Meio Ambiente






4 : O monitoramento do uso de recursos naturais pelos comunitários da UC...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	não existe		
	existe, mas os resultados ainda não são conhecidos		
	existe e alguns resultados já são conhecidos		
	os resultados vêm sendo utilizados nas discussões sobre manejo de recursos		

<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			
5 : As práticas comunitárias locais de uso e manejo de recursos naturais...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	são em sua maioria de alto impacto		
	são de alto impacto em alguns casos		
	raramente são de alto impacto		
	são de impacto reduzido		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			
6 : Sobre os impactos negativos das mudanças climáticas sobre o meio ambiente da UC...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	estão causando muitos impactos		

	estão causando alguns impactos		
	por enquanto os impactos são raros		
	por enquanto não tem gerado impactos		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			
7 : Os estoques dos recursos naturais explorados dentro da UC...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	estão em sua maioria sendo reduzidos		
	alguns estão sendo reduzindo		
	são muito raros mas já mudaram a natureza		
	alguns estão sendo reduzidos, mas outros estão aumentando		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____			

8 : A biodiversidade da UC está...





	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	sendo reduzida rapidamente		
	sendo reduzida aos poucos		
	sendo mantida		
	aumentando		







☐ Não se aplica

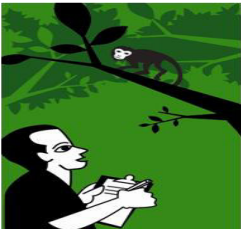




☐ Não sei a resposta

Observação: _____

9 : Os esforços para obtenção de recursos naturais do extrativismo...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	vem aumentando muito		
	vem aumentando pouco		
	vem mantendo-se igual		

	vem sendo reduzidos		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			
10 : Sobre acordos ou projetos de recuperação ambiental...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	são necessários, mas não existem		
	existem, mas não estão acontecendo		
	estão acontecendo, mas ainda sem resultados		
	existem e estão dando resultados		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			
Tema: Gestão			
11 : A atuação de organizações sociais e da sociedade civil...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo






	vem prejudicando a gestão da UC		
	não prejudicam, mas também não contribuem para gestão da UC		
	contribuem pouco para gestão da UC		
	contribuem muito para gestão da UC		

☐ Não se aplica

☐ Não sei a resposta

Observação: _____

12 : Os esforços de gestão entre temas ou programas de manejo vem sendo...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	muito concentrados		
	concentrados		
	distribuídos		
	bem distribuídos		






☐ Não se aplica

☐ Não sei a resposta

Observação: _____

13 : A divulgação de informações sobre a UC aos afetados por sua gestão é...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
--	-----------	--------------	---------






	muito baixa		
	baixa		
	mediana		
	Alta		

☐ Não se aplica

☐ Não sei a resposta

Observação: _____

14 : O alinhamento entre as ações de gestão e as prioridades da UC...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	é muito baixo		
	é baixo		
	é mediano		
	é alto		






☐ Não se aplica

☐ Não sei a resposta

Observação: _____

15 : Os encaminhamentos das decisões do Conselho Gestor da UC...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
--	-----------	--------------	---------






	em sua maioria demoram acontecer		
	as vezes demoram acontecer		
	difícilmente demoram acontecer		
	acontecem dentro do tempo esperado		

☐ Não se aplica

☐ Não sei a resposta

 Observação: _____

16 : Os conflitos entre os usuários e a gestão da UC...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	não são resolvidos		
	são resolvidos apenas em parte		
	são resolvidos em sua maior parte		
	são totalmente resolvidos		





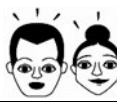





☐ Não se aplica






☐ Não sei a resposta

 Observação: _____

17 : A formalização de organizações sociais locais...

	Indicador	Situação "X"	Símbolo
--	-----------	--------------	---------

	é necessária, mas não existem iniciativas para isso		
	é necessária, e iniciativas vem sendo debatidas para isso		
	é necessária, e iniciativas vem sendo executadas para isso		
	não é necessária pois as atuais já atendem as demandas existentes		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			
18 : Sobre iniciativas integradas de gestão e de gestão territorial...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	a UC não está envolvida		
	a UC está envolvida, mas isso ainda não melhorou a gestão local		
	a UC está envolvida, e isso vem abrindo novas oportunidades para melhora da gestão		
	a UC está envolvida, e isso vem melhorando os resultados e		

	produtos de sua gestão		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			
19 : De maneira geral, as ações de políticas públicas externas...			
	Indicador	Situação "X"	Símbolo
	atrapalham os objetivos da UC		
	em sua maioria, atrapalham os objetivos da UC		
	em sua maioria, ajudam os objetivos da UC		
	ajudam nos objetivos da UC		
<input type="checkbox"/> Não se aplica <input type="checkbox"/> Não sei a resposta			
Observação: _____ _____ _____ _____			

**APÊNDICE C - CONVITE PARA PARTICIPAÇÃO DA OFICINA DO SISUC
DESTINADO AOS CONSELHEIROS DO RVSMJ**



GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Aracaju, 10 de junho de 2015.

Convite

A coordenação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH, juntamente com o Programa Pós-Graduação de Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA/UFS convocam vossa senhoria para participar da 1ª Oficina do SISUC (Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação) que acontecerá nos dias **02 e 03 de julho** do corrente ano, das 08 às 12h e das 13 às 17h a ser realizada na sede do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Capela/SE.

A referida oficina do SISUC se constitui em uma metodologia de monitoramento e avaliação estratégicos, destinada a apoiar o trabalho do Conselho Gestor de UCs, ampliar o controle social e fortalecer a gestão participativa dessas áreas protegidas, ou seja, esta metodologia tem como objetivo auxiliar a unidade de conservação em seu processo de gestão.

A oficina será executada em sete passos, que se constituem de atividades consecutivas e distribuídas ao longo destes dois dias, e para tanto necessita da participação efetiva dos conselheiros do RVS Mata do Junco na sua aplicação através de questionários e de debates.

Sendo assim, certos de vossa participação, desde já agradecemos e contamos com vossa presença.

Atenciosamente

Maria Augusta Barbosa dos Anjos
Presidente do Conselho Consultivo
Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

Carlos Miranda da Silva
Mestrando em Desenvolvimento e Meio
Ambiente
PRODEMA/UFS

ANEXOS

ANEXO A – FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE INDICADORES DAS AÇÕES MONITORADAS.

FICHA DE APOIO PARA OS GRUPOS DE MONITORAMENTO DE AÇÕES SOCIOAMBIENTAIS- SISUC

TEMA:

() Meio ambiente () Gestão () Sociocultural () Economia

INDICADOR:

·Meta Estabelecida: _____

·O que ajuda: _____

O que atrapalha: _____

Ações

Monitores



Ação:

Monitor (Líder):

() Ação Avançou () Ação está parada () Ação teve retrocesso

Por quê? (tópicos sobre o que aconteceu que permite essa afirmação pelo grupo):

ANEXO B – DOCUMENTO DIRECIONADO À PREFEITURA DE CAPELA PARA RETIRADA DO LIXO NO ENTORNO DA UC.



Governo de Sergipe
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas
Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco

Comunidade Boa Vista, amigos da Mata do Junco

Membros do Conselho do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco da Secretaria de Estado do Meio ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH, juntamente com representantes da comunidade do Povoado Boa Vista solicitam ao poder público municipal o atendimento às necessidades referentes aos resíduos sólidos (lixo) acumulados em frente ao povoado na área da unidade de conservação. Esses resíduos afetam a comunidade e o ecossistema da UC, causando impacto visual e risco de acidentes na rodovia, além de ser um grande foco de contaminação à saúde da população.

Sendo assim, foram apresentadas as necessidades no povoado Boa Vista, a saber:

- 1- Realizar a coleta duas vezes por semana em todo o povoado;
- 2- Divulgar os dias das coletas;
- 3- A comunidade somente colocar os resíduos sólidos nas portas das residências somente nos dias das coletas e;
- 4- Não jogar os resíduos sólidos na área da Mata do Junco e denunciar o não cumprimento do referido acordo;

O referido documento é resultado da oficina do SISUC, constituída em uma metodologia de monitoramento e avaliação estratégicos, destinada a apoiar o trabalho do Conselho Gestor de UCs, ampliar o controle social e fortalecer a gestão participativa dessas áreas protegidas. ou seja, esta metodologia tem como objetivo auxiliar a unidade de conservação em seu processo de gestão.

Ante o exposto, informamos que estamos à disposição para apoiar a preservação do RVS Mata do Junco.

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos
Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 53 – São José – Aracaju – SE.
Fone: (079) 3198-1913 - FAX: (079) 3198-1912 / www.semarh.se.gov.br



Governo de Sergipe
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
 Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas
 Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco

Capela, 18 de setembro de 2015.

Atenciosamente,

Comissão do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

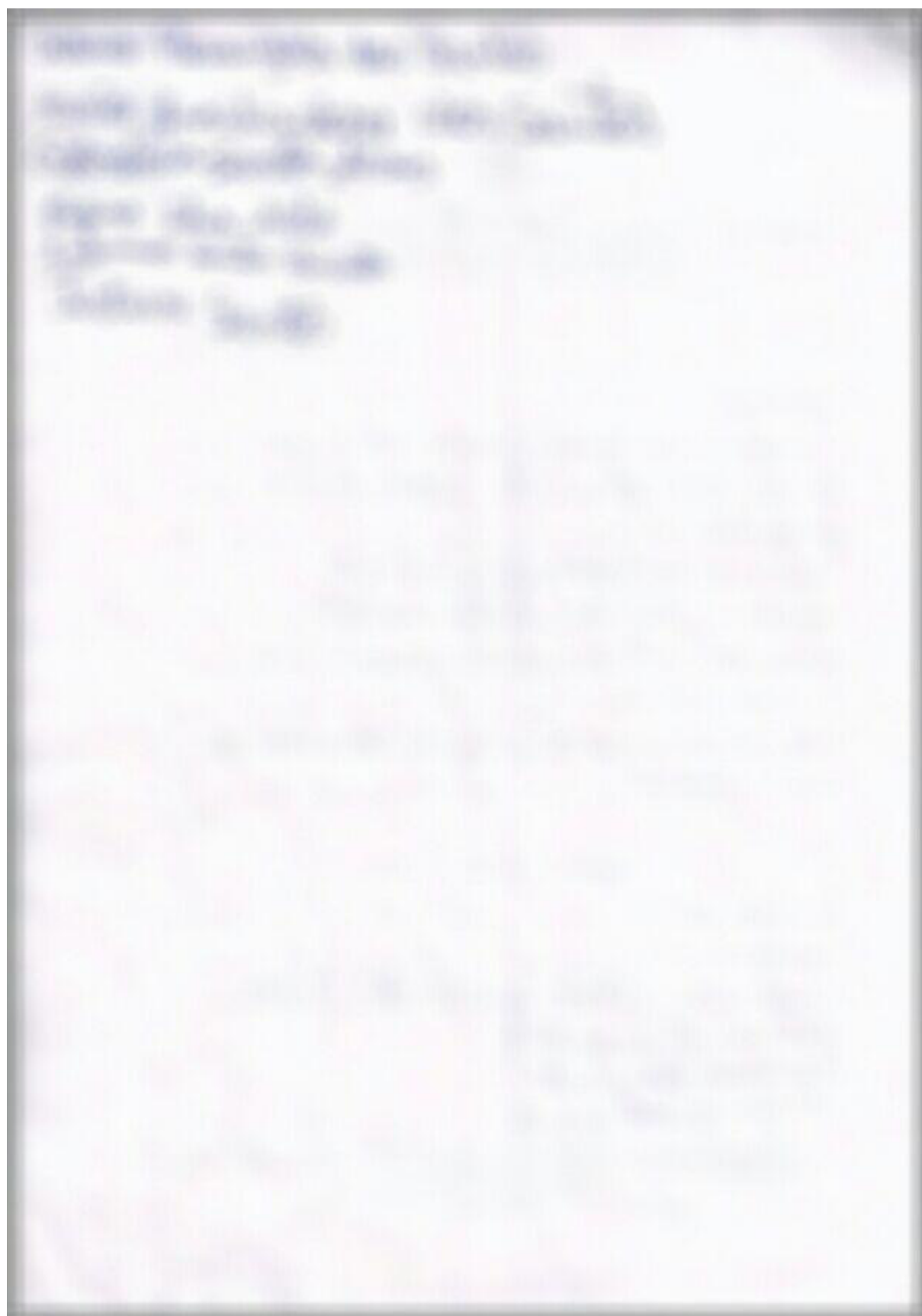
R
 N
 L
 C
 R
 F
 M
 Ed

Comissão do Povoado Boa Vista

[Redacted signature area]

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 53 – São José – Aracaju – SE.
 Fone: (079) 3198-1913 - FAX: (079) 3198-1912 / www.semarh.se.gov.br



ANEXO C – ACORDO PARA A RETIRADA DO MASTRO NO RVSMJ



Governo de Sergipe

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas
Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco



Retirada do Mastro no Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

Criada em 1930, a Festa do Mastro em Capela é a principal manifestação cultural e regional, evento que ocorre junto a Festa de São Pedro e festividades de São João, muito valorizadas pelo nordestino.

Segundo o Plano de Manejo da referida Unidade de Conservação, a Festa do Mastro representa o maior evento do município de Capela e o único que atualmente traz turistas ao município para participação no evento, uma multidão sai para a mata atrás de uma grande árvore, sendo esta cortada e levada num cortejo para a cidade onde é queimada durante a noite.

Desta maneira uma comissão do Conselho Consultivo da Unidade e a comissão organizadora da Festa do Mastro da Prefeitura de Capela, participam de reunião visando realizar um acordo para atendimento aos objetivos de criação do Refúgio e minimizar o máximo de impacto negativo durante a retirada da árvore. Por isso a comissão do conselho solicita da Comissão organizadora da festa, **um acordo para que Trio Elétrico e, ou outro tipo de veículo com som, fogos e tiros de bacamarte em direção a Mata, não ultrapassar da Escola Municipal Rural Lagoa Seca, como também somente permitir a entrada na Mata, do pessoal que realizará o corte da árvore e a retirada da mesma.**

A formalização deste acordo foi um compromisso adotado pelos membros do Conselho Consultivo da unidade presentes na 1ª Oficina do SISUC (Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação) que aconteceu nos dias **02 e 03 de julho** do corrente ano, na sede do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, Capela/SE.

A referida oficina do SISUC se constitui em uma metodologia de monitoramento e avaliação estratégicos, destinada a apoiar o trabalho do Conselho Gestor de UCs, ampliar o controle social e fortalecer a gestão participativa dessas áreas protegidas, ou seja, esta metodologia tem como objetivo auxiliar a unidade de conservação em seu processo de gestão.

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 53 – São José – Aracaju – SE.
Fone: (079) 3198-1913 - FAX: (079) 3198-1912 / www.semarh.se.gov.br

(Handwritten signatures and initials in blue ink)



Governo de Sergipe
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas
Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco

Sendo assim, o acordo em referência, depois de lido e aprovado será assinado pelas comissões citadas responsáveis pelo evento.

Capela, 09 de julho de 2015.

Comissão do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

[The body of the document contains several paragraphs of text that are heavily blurred and illegible. To the left of this section, there are handwritten initials, possibly 'A' and 'S', in blue ink.]

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Av. Condejo Prado Rollemberg, 53 – São José – Aracaju – SE.
Fone: (079) 3198-1913 - FAX: (079) 3198-1912 / www.semarh.se.gov.br



Governo de Sergipe
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
 Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas
 Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco

EMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Av. Gonzalo Prado Rollemberg, 53 – São José – Aracaju – SE.
 Fone: (079) 3198-1913 - FAX: (079) 3198-1912 / www.semarn.se.gov.br




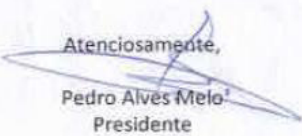
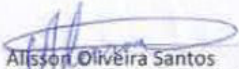
Governo de Sergipe
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS
Superintendência de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas
Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

SEMARH – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Av. Gonçalo Prado Rollemberg, 53 – São José – Aracaju – SE.
Fone: (079) 3198-1913 - FAX: (079) 3198-1912 / www.semarh.se.gov.br

**ANEXO D – OFÍCIOS DE SOLICITAÇÃO E INDICAÇÃO DE REPRESENTANTES
DA SEMARH NO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE
CAPELA.**

<div style="text-align: center;"><p>COMDEMA CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE CAPELA - SE</p></div> <p>Ofício Nº 06/COMDEMA</p> <p>Senhor Secretário,</p> <p>Conforme determina as Leis Municipal nº 245/2007 de 12 de junho de 2007, e Ordinária nº 403/2014 de 25 de março de 2014, que trata da Criação e Composição do Conselho Municipal de Meio Ambiente (Art. 4º-O COMDEMA será composto de forma paritária por representantes do poder público e da sociedade civil organizada a saber: § 1º VII – Um representante de órgão da Administração Pública Estadual ou Federal que tenha em suas atribuições a proteção ambiental).</p> <p>Para conhecimento de Vossa Senhoria informamos que a representação no COMDEMA de um órgão Estadual vinha sendo ocupada por representante da EMDAGRO escritório local. Com o encerramento das atividades e fechamento do Escritório da referida Empresa no Município e, efetuado levantamento da frequência nas reuniões constado numero elevado de ausência dos indicados. Por força da Lei e decisão da maioria absoluta dos membros do Conselho, foi determinada vaga a representação Estadual.</p> <p>Sendo assim, convidamos a essa Secretaria de Estado do Meio Ambiente para o preenchimento da vaga de representação Estadual no Conselho Municipal de Meio Ambiente deste município de Capela - Sergipe, visto que, existe um órgão dessa Secretaria em nosso Município (Refugio de vidas Silvestre Mata do Junco). Caso afirmativo, solicitamos a indicação de um membro Titular e um Suplente, para suprir a vaga existente.</p> <p>Agradecemos antecipadamente sua atenção.</p> <div style="text-align: center;"><p>Atenciosamente,</p><p> Pedro Alves Melo Presidente</p><p> Allison Oliveira Santos Secretário Executivo do COMDEMA</p></div>	<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; margin-bottom: 10px;"><p align="center">1 / 1</p><p align="center">03/08/2015 Edicaine</p><p align="center">SEMARH e-DOC 032.000.01481/2015-5</p></div> <p>Capela (SE), 17 de julho de 2015.</p>
--	---

Exmo. Sr.
Olivier Ferreira Chagas
DD. Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos - SEMARH
Av. Heráclito Rolemberg, 4444 Bairro: DIA, Aracaju - SE.



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Página 1 de 1

Ofício nº 806 / 2015 - SBF

Aracaju, 18 de Agosto de 2015.

A Sua Senhoria o Senhor
PEDRO ALVES MELO
 Presidente
 Conselho Municipal de Meio Ambiente de Capela- CONDEMA

Assunto: **Resposta ao Ofício nº06/CONDEMA.**

Senhor Presidente,

Em resposta ao Ofício nº 06/CONDEMA, indicamos os servidores **Maria Augusta Barbosa dos Anjos**, RG 1.367.953 SSP/SE, CPF: 996.881.155-68 (Titular) e **Marcos Domingos de Santana**, RG: 856.556/SE CPF: 394.155.035-72 (Suplente) para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente do Município de Capela.

Atenciosamente,

OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS
 Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

*Recebido
 em 21/08/2015
 pelo
 R. de S. M. de S. -*

**ANEXO E – OFÍCIO nº 1150/2015/SBF DIRECIONADO À SEMARH PARA
SOLICITAR APOIO DA ADEMA E DO PELOTÃO AMBIENTAL PARA AS UCs
ESTADUAIS.**



**ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS**

Página 1 de 3

Ofício nº 1150 / 2015 - SBF

Aracaju, 30 de Novembro de 2015.

A Sua Excelência o Senhor
Olivier Ferreira das Chagas
Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

Assunto: **Relatório desvio do Riacho Lagartixo - Capela/SE**

Aracaju, 30 de novembro de 2015.

Senhor Secretário,

Vimos pelo presente relatório apresentar por essa Unidade de Conservação quando do recebimento de denúncia sobre a ocorrência de desvio do Riacho Lagartixo, principal manancial do município de Capela, que possui suas nascentes na Mata do Junco, para propriedade particular, situada no entorno (vizinho) desta UC, fotos anexo.

Das providências:

1. Esta Unidade de Conservação recebeu a denúncia no dia 16 de novembro por volta das 16h25min, quando um membro do conselho do RVS Mata do Junco comunicou e apresentou fotos e vídeos do ocorrido, em vários grupos nas redes sociais, inclusive no grupo da UC no qual seus coordenadores, em exercício, Maria Augusta Barbosa dos Anjos e Marcos Domingos de Santana participam;
2. No dia seguinte, 17 de novembro, o Secretário Municipal de Meio Ambiente de Capela, Senhor Pedro Alves, entrou em contato com os coordenadores da UC para confirmar a denúncia e informar que acionou o ocorrido ao Pelotão Ambiental;
3. Após checar a situação no local, os coordenadores da UC acionaram a ADEMA, para realizar vistoria no local, porém até o momento não foi realizado;



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Página 2 de 3

4. No dia 19 de novembro, os coordenadores do RVS Mata do Junco realizaram visita "in loco", fazendo registro fotográfico da área;

5. Recebemos a informação de moradores da localidade que o Riacho Lagartixo está sendo desviado há algum tempo para a propriedade particular do Sr. Nélcio, para a formação de tanques de armazenamento para benefício próprio, registrou-se a presença de trabalhadores na propriedade em questão fazendo o desvio do riacho utilizando máquina retro escavadeira;

6. Enfatizamos que o Riacho Lagartixo está dentro da Unidade de Conservação RVS Mata do Junco e é o principal manancial do município de Capela. A presença das nascentes do riacho nas proximidades da UC, o fato de atravessá-la na sua parte norte e a existência de uma estação de captação e tratamento de água para abastecimento público são fortes indicativos de que trata de um setor sensível da Unidade, assim como de seu entorno, ficando esta UC atenta a ocorrência de qualquer irregularidade;

Diante do exposto esta Unidade de Conservação, recomenda:

7. Fomentar cooperação com o Pelotão Ambiental para fortalecimento das ações de preservação e combate a crimes ambientais em UC's Estaduais (em tramitação);

8. Solicitar da ADEMA a realização de operações periódicas de fiscalização, vistoria e análise do meio ambiental, com o fito de apurar eventual dano ambiental, na referida UC;

9. Antecipamos que esta Unidade de Conservação incluirá em seu planejamento gerencial a realização de atividades educativas e de divulgação sobre a importância dos recursos naturais e o respeito pelo bom uso da água pelos seres vivos, através de campanhas de sensibilização sobre a importância da prevenção dos recursos hídricos, destacando os prejuízos para os ecossistemas e para as atividades humanas.



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Página 3 de 3

10. Portanto, é imperativo que se cumpra a Lei Art. 225 da Constituição Federal:

"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações."

Atenciosamente,

Carlos Alberto Gomes Mateus
Superintendente de Áreas Protegidas, Biodiversidade e Florestas

**ANEXO F - Ofício nº 1198/2015/SBF DIRECIONADO À POLÍCIA MILITAR DO
ESTADO DE SERGIPE.**



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Página 1 de 3

Ofício nº 1198 / 2015 - SBF

Aracaju, 28 de Dezembro de 2015.

Excelentíssimo Senhor
MAURÍCIO DA CUNHA IUNES
Coronel QCOPM
Rua Itabaiana, 336, Centro Aracaju/SE CEP: 49010-170

Assunto: **Segurança do RVS Mata do Junco**

Senhor Coronel,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos pelo presente expor o que segue abaixo:

A Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, administrada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos – SEMARH, foi criada em 2007, pelo Decreto Estadual nº 24.994 para proteger 894,76 hectares de Mata Atlântica, nascentes do Riacho Lagartixo que abastece a cidade de Capela, assegurando o habitat de populações do Macaco-guigó, para o desenvolvimento de atividades de proteção, pesquisa científica, educação ambiental e ecoturismo.

A existência de diversas trilhas de acesso para a referida unidade dificulta o monitoramento, o impacto antrópico e ameaças constantes de queimadas e incêndios florestais, além da presença frequente de caçadores. A caça ocorre principalmente de Paca, Cutia, Tatu, Teiú, como também cortes de madeira entre outros.

O trabalho de campo dos pesquisadores não está ocorrendo pela falta de segurança, e com a presença de caçadores, que utilizam armas de fogo e armadilhas perigosas, causando inclusive risco de vida prejudicando assim todo trabalho de pesquisa da fauna e flora.

A realização de pesquisa na unidade é necessária para o conhecimento dos recursos naturais criando condições para que a pesquisa científica se desenvolva, com finalidade de subsidiar e obter informações visando embasar ações de manejo e conservação do Refúgio e de seu entorno.

O Refúgio conta com um Plano de Manejo, um documento técnico definido pela Lei (Federal) 9.985/2000 – Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, onde estão estabelecidos o zoneamento e as normas para uso e manejo dos recursos naturais da área legalmente protegida (www.semarh.se.gov.br), no qual apresenta em seu Programa de



ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS

Página 2 de 3

Operacionalização, a necessidade da formalização de parcerias com o Pelotão Ambiental para auxiliar na fiscalização e proteção da Unidade, implementando ações de combate à pesca, caça, captura e comércio de animais silvestres.

Diante do exposto, comunicamos a Vossa Senhoria que esta SEMARH, através da Superintendência de Áreas Protegidas Biodiversidade e Florestas e do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, recebeu uma denúncia de dano ambiental no dia 16 de novembro do corrente ano, sobre a ocorrência de desvio do Riacho Lagartixo, principal manancial do município de Capela, que possui suas nascentes na Mata do Junco, para propriedade particular, situada no entorno (vizinho) desta UC, fotos em anexo.

Recebemos a informação de moradores da localidade que o Riacho Lagartixo está sendo desviado há algum tempo para a propriedade particular do Sr. Nélcio, para a formação de tanques de armazenamento para benefício próprio, registrou-se a presença de trabalhadores na propriedade em questão fazendo o desvio do riacho utilizando máquina retro escavadeira;

Enfatizamos que o Riacho Lagartixo está dentro da Unidade de Conservação RVS Mata do Junco e é o principal manancial do município de Capela. A presença das nascentes do riacho nas proximidades da UC, o fato de atravessá-la na sua parte norte e a existência de uma estação de captação e tratamento de água para abastecimento público são fortes indicativos de que trata de um setor sensível da Unidade, assim como de seu entorno, ficando esta UC atenta a ocorrência de qualquer irregularidade;

Sendo assim, solicitamos do Pelotão Ambiental a realização de operações periódicas de fiscalização, vistoria e análise do meio ambiental, com o fito de apurar o dano ambiental, e outros que por ventura ocorrer, na referida UC.

Atenciosamente,

OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS
 Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos



Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: UHAK-R0KP-ZNK8-OXTG



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 28/12/2015 é(são) :

• OLIVIER FERREIRA DAS CHAGAS - 28/12/2015 12:51:54

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GOVERNANÇA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO ESTRATÉGICO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, SERGIPE

Pesquisador: Carlos Miranda da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46315815.0.0000.5546

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.215.601

Apresentação do Projeto:

O Projeto envolve um estudo sobre as ferramentas da Teoria das representações Sociais (TRS) e de seus desdobramentos, para identificar a representação que os atores sociais inseridos no contexto do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Mata do Junco, possuem sobre a unidade, frente à aplicação de um modelo de gestão participativo/adaptativo.

Objetivo da Pesquisa:

Demonstrar como três princípios da boa governança, (Direcionamento, Desempenho ou performance; Prestação de contas ou accountability), estabelecidos por Graham, Amos e Plumptre (2003) estão presentes na gestão da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Sergipe, por meio da aplicação do SISUC; e Analisar as representações sociais dos conselheiros membros do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação (UC) Estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Sergipe, baseada na teoria das representações sociais de Moscovici (1978) sobre a própria UC e sua gestão em dois momentos: antes e após a realização de oficinas de capacitação em gestão adaptativa, utilizando o Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC).

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@uvs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.215.601

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco desta pesquisa é mínimo de constrangimento por responder a questionamentos sobre atividades cotidianas, o qual é atenuado pelos benefícios obtidos: elaboração de plano de gestão para a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre

Mata do Junco, e capacitação dos conselheiros para melhoria na gestão desta unidade e no Plano de Manejo. Além de promover a autonomia dos conselheiros, amparados pelas estruturas de Governança (Legitimidade e Voz, Desempenho, Direcionamento, Prestação de Contas e Equidade).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa relevante que será realizada na Unidade de Conservação Estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVS Mata do Junco), situada no povoado Lagoa Seca, município de Capela/SE. A metodologia envolverá duas etapas: a primeira com a

aplicação do SISUC, e a segunda com entrevistas para avaliar o nível de representação social dos conselheiros do RVS Mata do Junco. A metodologia do SISUC terá sete passos consecutivos que devem ocorrer em uma oficina participativa, com duração de dois dias, sendo que os passos de um a cinco ocorrerão no primeiro dia da oficina, e as atividades dos passos seis e sete, no segundo dia, com abordagem dos indicadores socioambientais selecionados na oficina.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios apresentados.

Recomendações:

Não se aplicam.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplicam.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto Dissertação Carlos Miranda Comitê Ética.docx	08/06/2015 09:25:04		Aceito
Outros	Termo Anuência Mestrado Carlos Miranda.pdf	08/06/2015 09:27:04		Aceito
Outros	Roteiro Entrevista Mestrado Carlos Miranda.docx	09/06/2015 12:19:49		Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/n°

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.215.601

Outros	Declaração Custo Pesquisa Mestrado Carlos Miranda.pdf	09/06/2015 12:42:37		Aceito
Folha de Rosto	Folha Rosto Carlos Miranda.pdf	10/06/2015 10:45:48		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_513997.pdf	10/06/2015 10:49:45		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Carlos Miranda.docx	11/08/2015 09:03:45		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_513997.pdf	11/08/2015 09:12:06		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 04 de Setembro de 2015

Assinado por:
Anita Hermínia Oliveira Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/n°

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br

CAPÍTULO 2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO E DE SUA GESTÃO ATRAVÉS DE SEU CONSELHO

1 INTRODUÇÃO

“A Capella não é somente a formosa cidade de viridentes campos e aguas crystalinas, a encantar os que sobem do Valle do Japarutuba, ou vêm das encostas do Ganhamoroba, galgando a esplanada cheia de luz e ar, por onde se derrama a casaria alegre. (REIS, 1926, p. 5).”

A citação acima foi incluída no sentido de contextualizar a área de estudo da presente pesquisa que está inserida no município de Capela para que se possa compreender como se chegou a então denominada Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ) e qual a relação que a unidade mantém com a população do município de Capela e a partir daí, compreender como se deu o processo de instituição do conselho consultivo da Unidade de Conservação (UC). Para isso, foi feita uma explanação a respeito dos aspectos histórico, cultural, social e econômico deste lugar, levando-se em consideração desde a ocupação do território correspondente ao município de Capela até a área onde se localiza o RVSMJ.

O início da ocupação da região ocorreu no século XVIII, a partir de uma capela erguida sob a invocação de Nossa Senhora da Purificação, numa localidade denominada Tabuleiro da Cruz, situada entre o rio Japarutuba e a localidade de Coité, em terras que pertenciam ao capitão Luís de Andrade Pacheco e Perpétua de Matos França, sua esposa (IBGE, 2014). Posteriormente, em torno da capela surgiram algumas residências, intensificando a movimentação de pessoas que lá residiam ou acorriam para seus ranchos nos dias de missa ou de festas (SOCIEDADE SEMEAR, 2006; IBGE, 2014).

Deste modo, o povoado de Nossa Senhora da Purificação de Capela se desenvolveu e no dia 09 de fevereiro de 1813 foi elevado à condição de freguesia e, em 19 de fevereiro de 1835 à condição de Vila, mantendo a mesma denominação (REIS, 1926; SOCIEDADE SEMEAR, 2006). A cultura da cana, o fabrico do açúcar e o plantio de algodão constituíam a riqueza que fomentava o comércio local e a expansão da Vila que em 1888 foi elevada à condição de município Capela (REIS, 1926; IBGE, 2014; SERGIPE, 2014).

No século XIX havia em Capela alguns proprietários de terras que funcionavam como engenhos e fazendas, a exemplo do Sr. Ariovaldo Barreto que comprou o Engenho Floresta, adquiriu o engenho São José do Junco (área que corresponde hoje ao território do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco) e instalou uma nova usina, ampliando suas terras e riquezas,

com foco na produção de açúcar e gado. O povoamento do entorno da mata do junco ocorreu devido a empregos concedidos pela usina, onde o Sr. Ariovaldo mantinha uma postura com fins preservacionistas para com as suas terras na referida mata. Relatos informam que mesmo necessitando de lenha para mover suas usinas, o Sr. Ariovaldo as comprava, a fim de não efetuar o desmatamento da vegetação de sua propriedade (OLIVEIRA, 2011).

A partir de 1914 o município de Capela progrediu rapidamente com a mecanização de sua primeira indústria de açúcar cristal (IBGE, 2014) e esse período foi considerado como o de pujança para o município, tendo em vista a presença de usinas de beneficiamento do açúcar e do cultivo do algodão (SOCIEDADE SEMEAR, 2006). Com a decadência do cultivo de cana de açúcar, no final da década de 1980, os trabalhadores ficaram desempregados e passaram a se organizar como membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a partir da ociosidade das terras de antigas usinas iniciou-se o processo histórico de luta pela terra, criação do Plano do Assentamento Rural José Emídio e a criação da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (MALTA, 2011).

A intensa atividade agrícola daquele período contribuiu para a presença de um grande número de povoados distribuídos por todo o município, com destaque para os povoados Estreito, Lagoa Seca e Boa Vista (SOCIEDADE SEMEAR, 2006), que se localizam no entorno do atual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, onde seus moradores mantêm uma relação estreita com a Unidade de Conservação, fazendo uso de atividades de lazer, tais como para desfrutarem de banhos nas suas nascentes (OLIVEIRA, 2011), além de atividades de caça de animais silvestres e retirada de lenha (SOCIEDADE SEMEAR, 2006). Diante dessa constatação, Santos (2007) entende que os moradores do entorno mantêm uma relação de uso marcada pelo caráter exaustivo das práticas sociais de subsistência e/ou dependência em relação à UC, seja para a geração de renda, retirada de alimentos, remédio, utensílios, entre outros.

Importante considerar que a categoria Refúgio de Vida Silvestre faz parte do grupo das Unidades de Conservação de Proteção Integral, estabelecido pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) em 2000 (SEMARH, 2010), e segundo esta política, a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas pelo Plano de Manejo da Unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração e àquelas previstas em regulamento (LEUZINGER, 2012). No caso do RVSMJ é permitida a realização de ecoturismo e de visitação pública, além de pesquisas científicas e atividades de educação ambiental (SEMARH, 2010), porém os princípios de proteção da biodiversidade e dos

serviços ambientais devem ser garantidos e, portanto, as práticas de caça e extrativismo são proibidas.

No caso do RVSMJ, um dos principais objetivos de preservação é em relação às nascentes do riacho Lagartixo, responsável pela distribuição de água potável para o município de Capela e povoados do entorno, assegurar condições para a existência ou reprodução de espécies da flora local e da fauna residente ou migratória, principalmente para garantir condições para a existência do macaco-guigó (*Callicebus coimbrai*) (Figura 1).

Figura 1 - Objetivos de preservação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco: a) Riacho Lagartixo que percorre e tem suas nascentes no RVSMJ; e b) Macaco-guigó (*Callicebus coimbrai*), espécie bandeira do RVSMJ.



Fonte: SEMARH, 2010.

Em termos culturais, os mais importantes eventos do município de Capela que estão relacionados à RVSMJ e, por sua vez, às comunidades do entorno são a Sarandaia, a Baiana e a Festa do Mastro. A Sarandaia significa o prenúncio das festividades consagradas à Festa do Mastro, isto é, a brincadeira que abre as comemorações do ciclo junino na cidade de Capela, tendo início na transição do dia 31 de maio a partir das 23 horas, encerrando-se às cinco horas da manhã do dia 1º de junho, na qual os moradores percorrem as principais ruas da cidade com o objetivo de recolher prêmios para serem colocados no mastro (SANTOS, J. M. 2002). O evento denominado Baiana acontece no dia 28 de junho e também tem como objetivo percorrer as principais ruas da cidade para arrecadar prêmios para serem colocados no mastro, a diferença é que neste evento os participantes abordam os estabelecimentos comerciais com a intenção de arrecadar tais prêmios (SOCIEDADE SEMEAR, 2006). No dia de *Corpus Christie* (feriado sem data fixa), que coincide com o dia da marcação do mastro, os moradores vão até a RVSMJ para escolher e marcar a árvore que servirá de mastro para a festa (SANTOS, J. M. 2002; SEMARH, 2010).

No dia 29 de junho, em alusão à comemoração das festividades de São Pedro, acontece o ponto culminante da Festa do Mastro, com a busca do mastro pela manhã, onde a comunidade capelense e algumas pessoas de outras localidades concentram-se em frente ao prédio da prefeitura e saem em direção à mata do junco, embalados ao som de instrumentos musicais, carros de som e trio elétrico, além de fogos de artifício (bacamartes), geralmente sujos de lama e consumindo bebidas alcoólicas e ao chegarem à mata do RVSMJ fazem o corte da árvore que foi escolhida no dia de *Corpus Christi*. Em seguida, transportam essa árvore no ombro das pessoas em cortejo até a cidade e antes de erguer o mastro prendem os prêmios que foram arrecadados nos dias da Sarandaia e da Baiana. Ao anoitecer é ateadado fogo ao mastro, onde aqueles mais corajosos tentam retirar os presentes que foram amarrados enquanto a árvore é incendiada. Neste momento, é realizada uma guerra de “busca-pés”, também chamada de guerra de espadas (SOCIEDADE SEMEAR, 2006).

A retirada da árvore simbolizada como mastro possui uma tradição cultural anterior à criação da UC RVSMJ. Quando a Festa do Mastro em Capela teve seu início, em 1930, se extraía a árvore da mata do riacho Favela ou Mata de Zé Itabaiana, próximas à sede municipal (SANTOS, D. de O. 2002). Com a extinção desta mata, os moradores, a fim de dar continuidade à festa, iniciaram a retirada do mastro na área onde hoje se encontra o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (AZEVEDO, LIMA e SILVA, 2012), e esta tradição acontece até os dias atuais, apesar desta UC pertencer à categoria de proteção integral, segundo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Do ponto de vista da SEMARH (2010) este é o momento em que esta manifestação cultural se relaciona de forma contraditória com a Unidade de Conservação, pois, apesar da Festa do Mastro fazer parte da tradição do município, diverge dos objetivos da Unidade Conservação RVSMJ. Para minimizar este conflito foi feito um acordo entre os moradores que participam do evento, poder público (representado pela prefeitura do município de Capela) e a gestão da referida UC (que inclui o conselho consultivo da UC) para assegurar a compensação ambiental pela retirada da árvore, por meio do plantio de mudas de no mínimo 100 espécimes nativas na própria UC ou em outro local (AZEVEDO, LIMA e SILVA, 2012), e mais algumas ressalvas como: a árvore a ser retirada não pode ser de nenhuma espécie ameaçada; deve ser de espécie pioneira e que esteja mais próxima das clareiras (da borda) e com diâmetro menor ou igual a 60 centímetros.

Importante frisar que a comunidade só aceitou a criação da UC sob a condição de poder retirar uma árvore do RVSMJ para ser usada na festa do mastro. Essa situação denota o quadro de divergências quanto à forma de gestão e o modelo a ser implementado, gerando um

conflito por parte de diversos atores sociais que buscaram legitimar seus interesses na formulação da política que caminhou para a criação de uma UC neste local (SANTOS, 2007).

Como forma de mediar às relações entre o RVSMJ e o uso de seus recursos naturais pela sociedade, a formação do conselho gestor da unidade da UC mostrou-se como uma alternativa concreta, uma vez que para a constituição do conselho é obrigatória a representação de pessoas ligadas às comunidades e às outras instituições que estão diretamente ligadas aos interesses das populações, principalmente as do entorno da UC em questão. Para Malta, Souza e Melo e Souza (2011) o conselho gestor funciona como um órgão consultivo e é um importante canal de discussão dos diversos impactos socioambientais. Além de ser um ambiente de debates sobre as alternativas de estratégias para a conservação deste espaço territorial protegido.

1.1 Conselhos consultivos em Unidades de Conservação

A Lei 9.985, de 18 de julho de 2000 instituiu o SNUC e seu grande avanço foi a proposta de ação integrada da sociedade civil e de instâncias de governo para ampliar e, sobretudo, tratar de forma sistêmica e participativa a proteção dos recursos naturais (ALEGRIA, 2007). Essa participação dos atores sociais que compõem os conselhos gestores das UCs está amparada pelo Decreto 4.340, de 22 de agosto de 2002 que regulamenta o SNUC e determina as competências dos conselhos de Unidades de Conservação, devendo haver representação de membros de instituições públicas, privadas e da sociedade civil (BRASIL, 2011). Posteriormente, o Decreto 5.578, de 13 de abril de 2006 instituiu o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) configurando-se como uma importante estratégia para implementar o SNUC e ampliar a participação da sociedade na gestão das áreas protegidas (ICMBio, 2014).

De acordo o SNUC, os conselhos podem ser do tipo deliberativo, tendo autonomia para decidir sobre os assuntos relacionados à UC, como os que se aplicam às Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e às Reservas Extrativistas (RESEX); ou consultivo, que atuam de forma a auxiliar a gestão da UC opinando, emitindo pareceres, podendo o gestor aceitá-los ou não, sendo que esse tipo de conselho se aplica às demais UCs, inclusive as que pertencem à categoria de Refúgio de Vida Silvestre. Porém o mais importante é a representatividade, a força e a atuação que o conselho gestor de uma UC deve possuir, seja ele consultivo ou deliberativo (DICK, DANIELI, ZANINI, 2012).

O processo de formação de um conselho gestor passa por três etapas: a identificação dos atores governamentais e da sociedade civil que estejam de alguma forma relacionados com a Unidade de Conservação; a sensibilização e mobilização destes atores; e a formação do conselho. Em Unidades de Conservação estadual a oficialização dos conselhos se dá por meio de Portaria publicada no Diário Oficial do Estado e a duração do mandato do conselho consultivo é de dois anos (ICMBio, 2012).

Todo conselho gestor de UC, seja deliberativo ou consultivo é composto por membros e conselheiros. Diante disso, convém destacar aqui a distinção entre os termos membro e conselheiro de unidade de conservação, em que: membro é a instituição que compõe o conselho da UC; já conselheiro é quem representa a instituição membro do conselho (ICMBio, 2014).

As competências dos conselheiros de Unidades de Conservação, de acordo com o ICMBio (2014 p. 30)são:

atuar pela conservação da biodiversidade e para o alcance dos objetivos da UC; conhecer, discutir, propor e divulgar as ações da UC, promovendo ampla discussão sobre seu papel e a efetividade de sua gestão; identificar os problemas e conflitos e propor formas para sua gestão; identificar as potencialidades da UC e propor iniciativas que as fortaleçam; compatibilizar os interesses dos diversos setores relacionados com a UC; buscar a integração da UC com o contexto local e regional no qual está inserida; manifestar-se sobre assuntos que afetam a UC e seu território de influência; demandar e propor aos órgãos competentes ações e políticas que promovam a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento socioambiental da UC e seu território de influência; definir os mecanismos de tomada de decisão para a participação efetiva dos diferentes setores representados no conselho; participar da elaboração, implementação, monitoramento e avaliação dos instrumentos de gestão da UC.

Do ponto de vista da Agenda Pública (2011) conselho é um espaço de participação compartilhado entre a sociedade civil e o governo, no qual cada voz tem o mesmo peso e ambos os atores podem interagir e pensar as políticas públicas locais. E mais, é um instrumento de participação institucionalizado que possibilita a prática da democracia participativa. No conselho, todos os grupos de interesse de determinada política pública podem estar representados; eles discutem, negociam, propõem/formulam e fiscalizam as políticas públicas.

A profusão de conselhos gestores é a mais importante inovação institucional das políticas públicas no Brasil democrático. Embora seja praticamente unânime o reconhecimento do potencial de transformação política que os conselhos encerram, não há estudo sobre o tema que não enfatize a precariedade da participação social nestas novas

organizações e sua tão frequente submissão a poderes locais dominantes (ABRAMOVAY, 2001). Entretanto, para que o conselho represente um avanço com relação ao monopólio do uso dos recursos públicos por parte dos políticos profissionais, é fundamental que ele se abra a mais ampla participação pública (SOUZA, 2008).

Nesse sentido, Pretty (1995) e Graventa (1998) citados por Santos et al. (2005) discorrem que a participação entendida como tomar parte na ação é confundida às vezes, intencionalmente, com a simples presença das pessoas em eventos ou atividades grupais. Neste sentido, existem vários estilos ou tipos de participação, alguns dos quais podem ser usados para reforçar processos de dominação, ao passo que outros podem promover a emancipação dos sujeitos participantes, e com base nessa abordagem pode-se falar da existência de um gradiente relacionada à qualidade da participação, que vai da participação passiva ou manipulada àquela participação ativa, interativa ou voltada para a automobilização das pessoas (SANTOS et al., 2005).

Santos et al. (2005) entendem que a participação dos conselhos consultivos de fato requer um processo contínuo e gradual que se encontra em fase inicial, mas apontam que as experiências em curso, como a do Conselho Consultivo do PARNA Serra do Divisor, no Acre, demonstram o valor positivo da participação e a necessidade latente de se desenvolver as práticas democráticas no tratamento de questões socioambientais no Brasil, com vistas a facilitar o exercício da gestão democrática e participativa desempenhada pelos conselhos.

Entre essas práticas voltadas ao apoio à gestão das UCs para sua avaliação e monitoramento e que demandam a participação do conselho gestor, pode-se citar o Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação, o SISUC (MARINELLI, 2011a), uma ferramenta metodológica que tem proporcionado uma participação mais ativa dos conselheiros, uma vez que a sua aplicação leva em consideração a valorização dos conhecimentos que estes conselheiros possuem sobre as respectivas Unidades de Conservação das quais fazem parte, fomentando assim a gestão participativa.

Desse modo, a gestão participativa tem como princípio reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e habilidades dos (as) participantes, dividir as responsabilidades, aumentar a confiança entre governo e sociedade civil e, contribuir para uma sociedade mais participativa e democrática. Mais do que uma técnica, a gestão participativa exige uma postura de diálogo e co-responsabilidade. É um processo que gera conhecimento e fortalece o grupo (AGENDA PÚBLICA, 2011).

Contudo, o fato do conselho se mostrar ativo ou participante não denota uma eficácia na gestão da UC. Para tanto, é preciso compreender qual a representação que este conselho

possui sobre a UC e sobre sua própria função, para que a partir daí possa estabelecer estratégias e métodos que incentivem sua real participação, pois conforme recomenda Loures, Santos e Reis (2007), ao se transcrever estudos sobre representações sociais para a questão ambiental, pode ser traçado um mapa que passe a refletir em um planejamento e em uma gestão participativa. Ambos aliados à tecnologia e ao respeito com os recursos naturais irão propiciar técnicas e práticas satisfatórias à comodidade humana e a de outros seres vivos.

1.2 Teoria das Representações Sociais

A Teoria das Representações Sociais (TRS) foi elaborada por Moscovici (1978) no campo da Psicologia Social e tem como objetivo compreender como pessoas comuns, comunidades, grupos e instituições produzem saberes sobre si mesmos, sobre outros e sobre inúmeros objetos sociais que lhe são relevantes. Esses saberes estão profundamente ligados à experiência de vida de uma comunidade, ao sistema de comunicação e cooperação que existe no grupo, demarcando seus referenciais de pensamento, ação e relacionamento (MOSCOVICI, 2003; JOVCHELOVITCH, 2008).

As representações sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, cruzam-se e se cristalizam incessantemente através de uma fala, um gesto, um encontro em nosso universo cotidiano. A maioria das relações sociais estabelecidas, os objetos produzidos ou consumidos, as comunicações trocadas, delas estão impregnados (MOSCOVICI, 1978). Uma vez criadas, contudo, elas adquirem vida própria, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem. As representações devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos, ocupando assim uma posição em algum ponto entre conceitos, que tem como seu objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa (MOSCOVICI, 2010).

Fleury (2008) considera que a relação entre o que se pensa e como se age no mundo é o foco de estudos do arcabouço teórico-metodológico denominado representações sociais, e Moscovici (2010) entende que as formas principais de nosso meio ambiente físico e social estão fixas em representações desse tipo e nós mesmos somos moldados de acordo com elas.

Para Sá (1998), as representações sociais são “alguma coisa que emerge das práticas em vigor na sociedade e na cultura e que as alimenta, perpetuando-as ou contribuindo para a

sua própria transformação”, dando uma ideia de que a representação social se volta para assuntos que estão na atualidade.

As representações sociais são vistas como modalidades de conhecimento particular que circulam no dia-a-dia e que tem como função a comunicação entre indivíduos, criando informações e nos familiarizando com o não-familiar de acordo com categorias de nossa cultura, por meio da *ancoragem* e da *objetivação*, sendo que ancoragem é o processo de assimilação de novas informações a um conteúdo cognitivo-emocional preexistente, e a objetivação é a transformação de um conteúdo abstrato em algo tangível. Estes dois processos geram as representações sociais (SPINK, 1995; MOSCOVICI, 2010). A finalidade de todas as representações sociais é tornar algo não-familiar em familiar, onde, no universo consensual do pensamento remete-se a ideia de sentir-se em casa, a salvo de qualquer risco, atrito ou conflito (MOSCOVICI, 2010).

O objetivo da TRS, portanto, é investigar se um grupo de pessoas ou uma comunidade possui estes dois elementos (ancoragem e objetivação) em relação a um fenômeno ou objeto de estudo. Em caso afirmativo, há evidência de que tais grupos relacionam-se, possuem informações e manifestam atitudes em relação a ele (MOSCOVICI, 2010).

As estruturas das representações sociais compreendem três dimensões: a estrutura da *imagem (ou Campo Representacional)*, que se remete à ideia de imagem, de modelo social ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação; a *informação*, que se refere à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social; a *atitude*, que visa focalizar a orientação global em relação ao objeto da representação social (MOSCOVICI, 1978; SÁ, 1996b).

A partir do surgimento da Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, três pesquisadores que trabalharam juntos a partir de 1960 como assistentes de pesquisa do autor da TRS - Denise Jodelet, Willem Doise e Jean-Claude Abric, contribuíram para o desenvolvimento da Teoria. Dessa forma, existem três abordagens que se desenvolveram a partir da TRS: a abordagem processual, liderada por Denise Jodelet; abordagem societal, liderada por Willem Doise; e a abordagem estrutural, liderada por Jean-Claude Abric (ALMEIDA, 2009), que foi a única a ser creditada no valor de uma nova Teoria que complementa a Grande Teoria da TRS.

Na abordagem de Jodelet as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social e em sua riqueza como fenômeno, descobrem-se diversos elementos: informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, atitudes, valores, opiniões, imagens, etc. Contudo, esses elementos são organizados sempre sob a aparência de

um saber que diz algo sobre o estado da realidade. Para Jodelet, as representações sociais devem ser estudadas articulando-se elementos afetivos, mentais, e sociais e integrando as considerações das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideativa sobre a qual elas têm de intervir (JODELET, 2001).

A abordagem Societal, liderada por Doise, identificada nos meios acadêmicos como a Escola de Genebra se articula com uma perspectiva mais sociológica, enfatizando a inserção social dos indivíduos como fonte de variação dessas representações. Neste sentido, o objetivo dessa abordagem é conectar o individual ao coletivo e buscar a articulação de explicações de ordem individual com explicações de ordem societal, evidenciando que os processos dos quais os indivíduos dispõem para funcionarem em sociedade são orientados por dinâmicas sociais, que se desdobram em interacionais, posicionais ou de valores e de crenças gerais, isto é, coloca em evidência a influência de fatores sociais sobre o funcionamento cognitivo individual (ALMEIDA, 2009).

No presente estudo, foi utilizada a terceira abordagem, a abordagem estrutural, liderada por Abric, também conhecida como a Escola do Midi (ALMEIDA, 2009) para a qual são destacadas três ideias essenciais, que são: as representações sociais são conjuntos sociocognitivos organizados e estruturados; a estrutura específica é constituída de dois subsistemas (um central e um periférico); e o conhecimento do simples conteúdo de uma representação não é suficiente para defini-la, é preciso identificar os elementos centrais que dão à representação sua significação, que determinam os laços que unem entre si os elementos do conteúdo e que regem sua evolução e sua transformação. Tais pressupostos deram origem à Teoria do Núcleo Central (SÁ, 1996b).

1.2.1 Teoria do núcleo central

Uma das contribuições para a Teoria das Representações Sociais (TRS) foi a posterior elaboração por Abric (1993) da Teoria do Núcleo Central (TNC), a qual tem a característica de ser complementar à TRS e a pretensão de contribuir para seu refinamento. A Teoria do Núcleo Central apresenta-se com um caráter mais objetivo que a TRS, pois investiga minuciosamente as relações do campo das atitudes sociais (SÁ, 1996a).

A teoria do núcleo central procura explicar as aparentes contradições que a representação social, enquanto uma entidade unitária é regida por um sistema interno duplo, em que cada parte tem um papel específico, mas complementar ao da outra. De acordo com a

TNC um sistema sociocognitivo particular é composto de dois subsistemas: um sistema central (ou núcleo central) e um sistema periférico (ABRIC, 1998).

O funcionamento da Teoria do Núcleo Central consiste em ser a geradora de um elemento pelo qual se cria, transforma a significação dos outros elementos; e tem ainda uma função organizadora, onde o núcleo central é quem determina a natureza dos laços que unem os elementos da representação (SÁ, 1996b). Segundo Abric (1976) apud Sá (1996b), o núcleo central é um subconjunto da representação, composto de um ou alguns elementos cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente, onde se pode concluir que o conhecimento do núcleo central é importante inclusive, para conhecer o próprio objeto da representação, ou seja, para saber o que afinal está sendo representado.

O núcleo central é constituído de um ou alguns elementos, sempre em quantidade limitada, e assegura três funções essenciais: o significado da representação (função geradora); a organização interna (função organizadora); e a estabilidade (função estabilizadora). Assim, o núcleo central determina o significado, a consistência e a permanência; implica em resistir à mudança, visto que toda modificação do núcleo central provoca uma transformação completa da representação (ABRIC, 1998).

Em torno do núcleo central organizam-se os elementos denominados periféricos, estes constituem o essencial do conteúdo da representação que são os seus componentes mais acessíveis, mais vivos e mais concretos, e respondem a três funções primordiais: concretização, regulação e defesa (ABRIC, 1998).

Em se tratando de representação social no campo das Unidades de Conservação, Pimentel e Magro (2012) compreendem que o conhecimento sobre o conjunto de representações da sociedade sobre as UCs e sua administração também se configura como um componente importante da conservação, pois pode subsidiar o gestor com informações para lidar com os conflitos inerentes relacionados à realidade local que perpassa a própria UC. Para os autores, a TRS contribui ainda para dar uma sustentação teórica na ampliação da visão da mera identificação de valores e crenças estanques, que surgem das experiências individuais e do processamento das informações por estruturas cognitivas, para a formação de um sistema interativo das ideias, que resultam em atitudes em relação ao ambiente.

Neste sentido, a utilização da TRS como ferramenta teórico-metodológica no presente estudo pretende contribuir para conhecer quais são as representações sociais que o Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco possui sobre a UC para a qual colabora em sua gestão e, a partir disso analisar como os membros do conselho entendem sua

participação neste conselho, dentro de uma perspectiva de reuniões convencionais para deliberação de ações e em outra situação, quando convidados a participarem de um modelo de gestão de planejamento estratégico para mitigar os problemas da UC. O modelo de gestão em questão utilizado nesta pesquisa foi o Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), cuja aplicação foi descrita no Capítulo 1 da presente Dissertação.

2 OBJETIVO

Compreender as representações sociais que os conselheiros da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco possuem sobre a unidade em questão e sobre sua gestão.

2.1 Objetivos específicos

1. Identificar por meio da dimensão *informação* qual é representação social que os conselheiros possuem sobre o RVSMJ, Conselho do RVSMJ e Gestão do RVSMJ;
2. Identificar por meio da dimensão *atitude* qual é representação social que os conselheiros possuem sobre o RVSMJ, Conselho do RVSMJ e Gestão do RVSMJ;
3. Identificar por meio da dimensão *imagem* qual é representação social que os conselheiros possuem sobre o RVSMJ, Conselho do RVSMJ e Gestão do RVSMJ em dois momentos: antes da aplicação do SISUC e após a aplicação do SISUC na Unidade de Conservação em questão.

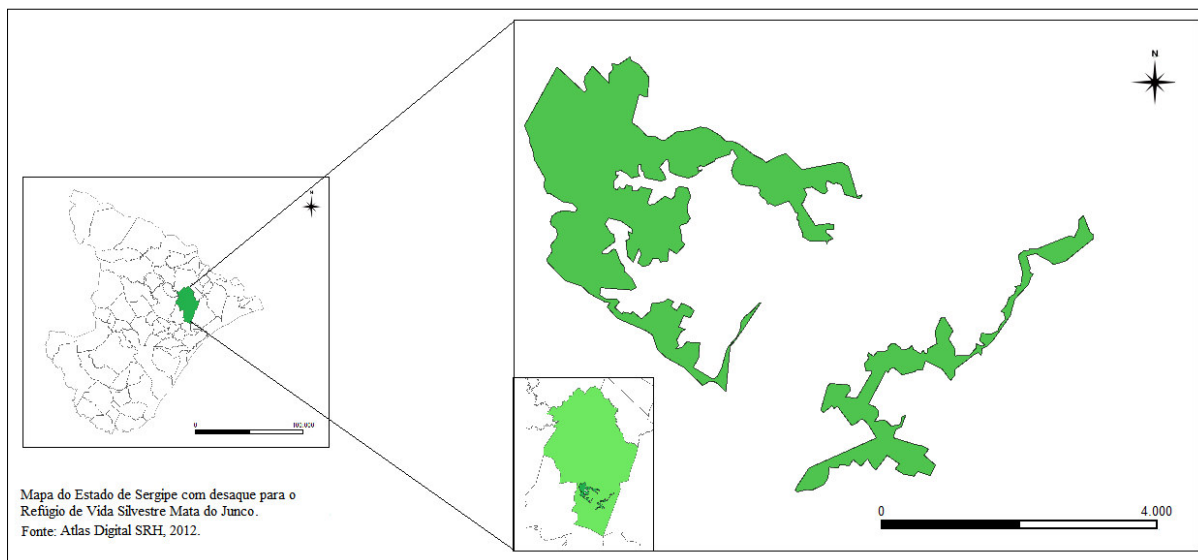
3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

O presente estudo foi realizado na Unidade de Conservação Estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (coordenadas 10°21' e 10°39' S; 36°56' e 37°09' O), situada no município de Capela, distante 67 km da capital Aracaju. Possui uma área de 894.76 hectares, incluindo terras públicas e privadas, está inserido no Bioma Mata Atlântica e abriga alguns

dos poucos remanescentes florestais desse Bioma no estado (MALTA, SOUZA e MELO e SOUZA, 2011) (Figura 2).

Figura 2. Mapa do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Capela, Sergipe



Fonte: Atlas Digital SRH/SEMARH, 2014.

O Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVSMJ) é administrada pela Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH), foi criada pelo Decreto Estadual nº 24.944, de 26 de dezembro de 2007 com o objetivo de proteger a Mata Atlântica e seus recursos naturais, em especial as nascentes do riacho Lagartixo, garantindo condições para a existência do macaco-guigó (*Callicebuscoimbrai*) e permitindo a realização de pesquisas científicas, educação ambiental e ecoturismo (SEMARH, 2010) (Figura 2).

Figura 3 - a) Portal da entrada principal do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco; b) Sede do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.



Fonte: SEMARH, 2010.

A UC possui um conselho consultivo, criado através da Portaria nº 03, de 01 de fevereiro de 2010, seguindo as determinações do SNUC e de seu Decreto regulamentador. É composto por entidades públicas e privadas, instituições de ensino, associações de moradores do entorno e movimentos sociais (Quadro 1). O conselho tem seu mandato de dois anos, sendo que o atual conselho teve seu mandato vigente até o final de 2015 (SEMARH, 2010).

Quadro 1 - Instituições que compõem o Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco, em Capela-SE

Instituição	Número de Membros
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.	02
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.	02
Universidade Federal de Sergipe – UFS.	02
Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Sergipe – SEMARH.	02
Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe – EMDAGRO.	02
Secretaria Municipal de Educação de Capela.	02
Secretaria de Cultura, Comunicação Social, Eventos e Turismo de Capela.	02
Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de Capela.	02
Câmara Municipal de Vereadores de Capela.	02
Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Capela.	02
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Capela – SAAE.	02
Movimento Popular Ecológico de Sergipe – MOPEC.	02
Associação Ecológica do Município de Capela – AEMC.	02
Associação dos Caprinovinocultores do Vale do Cotinguiba– VALECOT.	02
Cooperativa Regional de Produção e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Leste de Sergipe Ltda.	02
Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra em Sergipe – Secretaria Estadual.	02
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela Sergipe.	02
Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais União das Mulheres da Agrovila do Santo Antônio P.A José Emídio dos Santos.	02
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Santa Galo no Município de Capela.	02
Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japarutuba.	02
Fazenda Junco Novo – Capela.	02
Total	42

Fonte: SEMARH (2013).

No intuito de compreender como os membros do conselho (instituições com representatividade no conselho) chegaram à região e seu nível de pertencimento tem-se que, no caso do IBAMA este atua como órgão executor das políticas ambientais em nível federal e, por conseguinte atua em todo o estado de Sergipe, incluindo o município de Capela; o INCRA tem seu histórico na região devido à sua responsabilidade para implementar o assentamento dos representantes do MST na localidade; a UFS tem o seu papel como instituição de pesquisa e a responsabilidade de promover palestras e atividades de educação ambiental às comunidades, além de ter fomentado a criação da RVSMJ (MALTA, 2011).

A SEMARH tem sua participação na região como a incentivadora da criação da RVSMJ onde realizou toda articulação para que a UC fosse criada; a EMDAGRO atua como órgão de assistência técnica com a função de promover a extensão rural para as comunidades do entorno (MALTA, 2011). As secretarias municipais de Educação, Cultura, Comunicação Social, Eventos e Turismo, de Obras e Serviços Públicos, de Meio Ambiente e a Câmara Municipal de Vereadores de Capela por sua vez, são setores que compõe o quadro das instituições municipais.

O SAAE atua como uma concessionária do serviço de abastecimento de água para o município de Capela e tem sua representação pelo fato de realizar a captação de água nas nascentes do riacho Lagartixo que se encontram no interior da RVSMJ. O MOPEC é uma organização não-governamental (ONG) que trabalha no sentido de promover a defesa do meio ambiente do município de Capela, participa da proteção e auxiliou na criação do RVSM. A AEMC é uma entidade da sociedade civil sem fins lucrativos que foi criada em 2002 no intuito de defender o meio ambiente e tomou como debate central a defesa da RVSMJ (MALTA, 2011). A VALECOT é uma associação dos caprinocultores do Vale do Cotinguiba que tem atuação na região; e a Cooperativa Regional de Produção e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Leste de Sergipe tem o seu papel de promover assistência técnica aos assentados deste programa.

O MST se faz presente no conselho e na região devido à ocupação que realizou em áreas da Usina Santa Clara e que posteriormente foram-lhes cedidas pelo INCRA (MALTA, 2011). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capela é uma instituição que agrupa os interesses dos trabalhadores rurais de Capela e os representa no sentido de atender aos anseios desta categoria. A Associação Comunitária das Trabalhadoras Rurais União das Mulheres da Agrovila do Santo Antônio P.A José Emídio dos Santos e a Associação de Desenvolvimento Comunitário do Povoado Canta Galo no Município de Capela estão inseridas no contexto da

RVSMJ. O Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Japaratuba pela sua atuação na principal bacia supracitada da região. E por fim, a Fazenda Junco Novo por estar nos limites da UC.

O Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco funciona como órgão colegiado de instância consultiva para o planejamento e gestão desta unidade, com a finalidade de contribuir para efetiva implantação e cumprimento dos objetivos na gestão democrática da referida UC e funciona como um importante canal de discussão sobre os diversos impactos socioambientais; além de ser um ambiente de debates sobre as alternativas de estratégias para a conservação deste espaço territorial protegido (MALTA, SOUZA e MELO e SOUZA, 2011).

Em relação às reuniões do conselho, estas ocorrem de forma ordinária a cada três meses, e quando se faz necessário convoca-se uma reunião extraordinária no intervalo entre as reuniões ordinárias com o objetivo de tratar de assuntos urgentes ou dar celeridade às ações que visem à implementação do planejamento estratégico e gestão do RVSMJ (SEMARH, 2010), conforme determinação do Regimento Interno deste conselho. Durante as reuniões do conselho, os seus componentes expõem suas necessidades e ações de intervenção com um comportamento divergente da qual deve ser a postura do conselheiro, que é a de auxiliar na gestão. Porém, nas reuniões do conselho estes entendem que o seu papel neste órgão colegiado é de prestar apoio nas soluções dos problemas da unidade.

Diante desse cenário, o referido estudo propôs uma metodologia de gestão adaptativa (o SISUC), apresentada no capítulo 2, a qual depende essencialmente da participação destes atores sociais que atuam nos processos de gestão do RVSMJ para alcançar seus resultados, os quais se remetem a buscar melhorias na gestão da UC de uma maneira que conduza a uma gestão participativa e adaptativa.

3.2 Procedimento metodológico

O presente estudo obteve aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Sergipe (Anexo A) sob o parecer nº. 1.215.601 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) nº. 46315815.0.0000.5546 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) - Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a realização de pesquisas com seres humanos, e ainda pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi fornecido aos referidos participantes, conselheiros do RVSMJ (APÊNDICE A).

A coleta de dados, feita por meio de um roteiro de entrevistas (APÊNDICE B) ocorreu em dois momentos: antes e após a oficina do SISUC, no período de junho e agosto/2015. E para a análise de dados foram utilizadas duas ferramentas metodológicas: a associação livre de palavras e a entrevista de profundidade.

- **Associação livre de palavras:**

A associação livre de palavras, ou evocação livre de palavras (SÁ, 1996a) possibilita embasamento para apreensão dos conteúdos da representação social e no presente estudo consistiu em solicitar ao entrevistado que mencionasse três (03) palavras que lhe ocorressem imediatamente assim que o termo indutor era mencionado pelo entrevistador. No presente estudo, os termos indutores foram: *Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*; *Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco* e; *Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*. Esta técnica permitiu compreender a dimensão da representação social (RS) *imagem* que consta no roteiro de entrevista.

Para verificar se houve uma mudança na estrutura da representação social dos termos indutores antes e após a realização da oficina do SISUC, consideraram-se apenas as respostas dos 10 conselheiros que participaram da oficina em julho de 2015, pelo fato destes 10 conselheiros serem os que efetivamente participaram deste evento, a fim de verificar se houve mudança nas representações referentes às questões da dimensão *imagem* da TRS evocadas na primeira etapa de entrevistas.

Logo, após o término do prazo de execução e monitoramento das ações do SISUC desenvolvidas pelos conselheiros, que se encerrou em outubro de 2015, foi solicitado aos mesmos 10 conselheiros que fornecessem novamente três (03) palavras que lhe viessem à mente em relação aos mesmos termos indutores da primeira etapa das entrevistas.

- **Entrevistas de profundidade:**

A entrevista de profundidade é uma técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Entre as principais qualidades dessa abordagem está a flexibilidade de permitir ao informante definir os termos da resposta e ao entrevistador ajustar livremente as perguntas (DUARTE, 2005). Esta técnica considera ainda a riqueza de informações que podem ser obtidas pela possibilidade de ampliar o entendimento dos assuntos investigados através da interação entre entrevistados e entrevistador. As entrevistas

“em profundidade” são mais adequadas onde há pouco conhecimento sobre o fenômeno estudado ou onde percepções detalhadas são necessárias a partir de pontos de vistas individuais (OLIVEIRA, MARTINS e VASCONCELOS, 2012).

Para a realização das entrevistas foi utilizado um roteiro de entrevistas em profundidade com questões abertas, aplicado a 31 conselheiros nomeados por portaria, entre titulares e suplentes do Conselho Consultivo do RVSMJ. Apesar de haver 42 conselheiros que compõe o quadro do referido conselho, 11 não participaram das entrevistas pelo fato de alguns não estarem fazendo parte do quadro e não terem solicitado desligamento, outros não participam das reuniões convencionais ou eventos da UC que envolvem o conselho, entre outros motivos.

O roteiro foi elaborado contendo questões relacionadas ao perfil social dos entrevistados, ao pertencimento em relação à RVSMJ e, às dimensões da representação social *informação, imagem e atitude* baseadas na Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici (1978). As entrevistas foram gravadas em áudio digital, transcritas e tabuladas em planilhas do *Excel*.

3.3 Análise de dados

- **Associação Livre de Palavras**

A análise da Associação Livre dos termos indutores da estrutura da representação social *Imagem – Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco; Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco e; Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco* – foram tabuladas em planilhas do *Excel* e constituíram o *corpus* da análise. Os dados foram tratados pelo *software* EVOC 2000 (*Ensemble de Programmes Permettant L'analyse des Evocations*) (SCANO, JUIQUE e VERGÈS, 2002).

O *software* EVOC constitui-se de um conjunto de programas que analisam estatisticamente as palavras evocadas. No presente estudo foram utilizados os programas LEXIQUE que cria um vocabulário para as palavras tabuladas; TRIEVOC, que faz uma triagem das evocações e as coloca em ordem alfabética; NETTOIE, que permite fazer uma revisão das palavras e agrupá-las por sinônimos; RANGMOT, que calcula a frequência e distribuição das classificações para cada palavra e; RANGFRAQ, que organiza no quadro de quatro casas e expressa o conteúdo das representações sociais apresentando o núcleo central, as periferias, o gráfico de frequências e a ordem de evocações médias (VERGES, 2002).

A técnica de quatro casas combina a frequência e a ordem das palavras que foram evocadas, possibilitando sua distribuição de acordo com a importância atribuída pelos entrevistados. No quadrante superior esquerdo ficam situadas as palavras que constituem provavelmente o núcleo central (com maior frequência e maior *rang*. O *rang* é calculado pelo *software* ao identificar a ordem média de evocação das palavras, ou seja, quantas vezes cada palavra apareceu na primeira, segunda, terceira posições); no quadrante superior direito e inferior esquerdo ficam os elementos intermediários que se aproximam do núcleo central ou dos elementos periféricos e; no quadrante inferior direito os elementos periféricos da representação (SÁ, 1996a).

- **Entrevistas de profundidade**

A análise das entrevistas em profundidade foi feita baseando-se na Análise de Conteúdo, definida como um conjunto de técnicas de análise de comunicações, visando procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens e obtenção de indicadores quantitativos ou não que permitem a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção das mensagens (BARDIN, 1977).

A análise das 28 questões referentes às dimensões *informação* e *atitude* das representações sociais presentes no roteiro de entrevistas foi realizada pelo *software* IRAMUTEC (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), desenvolvido por Pierre Ratinaud (RATINAUD e MARCHAND, 2012), um software desenvolvido para realizar análises estatísticas de texto que realiza a análise das entrevistas levando-se em consideração o *corpus* (conjunto de textos) que se refere à temática escolhida pelo pesquisador, os textos (conjunto de segmentos do texto) e os segmentos de texto (JUSTO e CAMARGO, 2014).

Os dados gerados pelo IRAMUTEC foram analisados pela análise de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) os segmentos de texto (ST) foram classificados em função dos seus respectivos vocabulários e o conjunto deles foi repartido em função da frequência (percentual) das formas reduzidas. A análise pela CHD visa obter classes de segmentos de textos que ao mesmo tempo apresentam vocabulário semelhante entre si e vocabulário diferente dos segmentos de textos de outras classes (CAMARGO, 2005 apud JUSTO e CAMARGO, 2014).

Desse modo, a partir da análise em matrizes, o *software* organiza a análise dos dados em uma representação gráfica (dendrograma), o qual ilustra as relações entre as classes. Por

fim, o *software* executa cálculos e fornece resultados que permitem a descrição de cada uma das classes, principalmente pelo seu vocabulário característico e pelas variáveis características (JUSTO e CAMARGO, 2014).

4 RESULTADOS

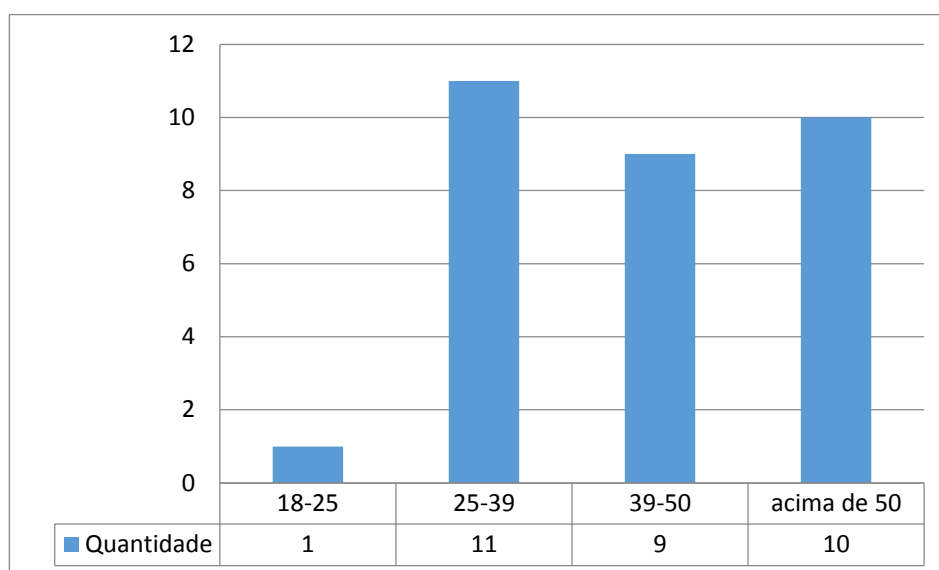
Participaram na primeira etapa do estudo 31 conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, cujas entrevistas foram realizadas entre junho e agosto de 2015; e na segunda etapa de entrevista participaram 10 conselheiros. O roteiro de entrevistas aplicado aos referidos conselheiros foi dividido em questões relacionadas ao perfil social dos entrevistados, e às dimensões da estrutura da representação social imagem, informação e atitude. O resultado dessa análise está descrito abaixo:

4.1. Perfil social dos conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco

Foi obtido na primeira etapa das entrevistas aplicadas aos conselheiros do RVSMJ o perfil social dos 31 entrevistados, com a coleta de dados sobre faixa etária, grau de instrução (escolaridade), gênero (masculino ou feminino), município de origem, local de moradia, e função dos conselheiros dentro do conselho consultivo do RVSMJ.

Dessa forma, foi levantada que a faixa etária destes participantes, oscilou em idades diferenciadas (n=11), (n=9), (n=10), e apenas um dos conselheiros (n=1) encontra-se na fase jovem (Figura 4).

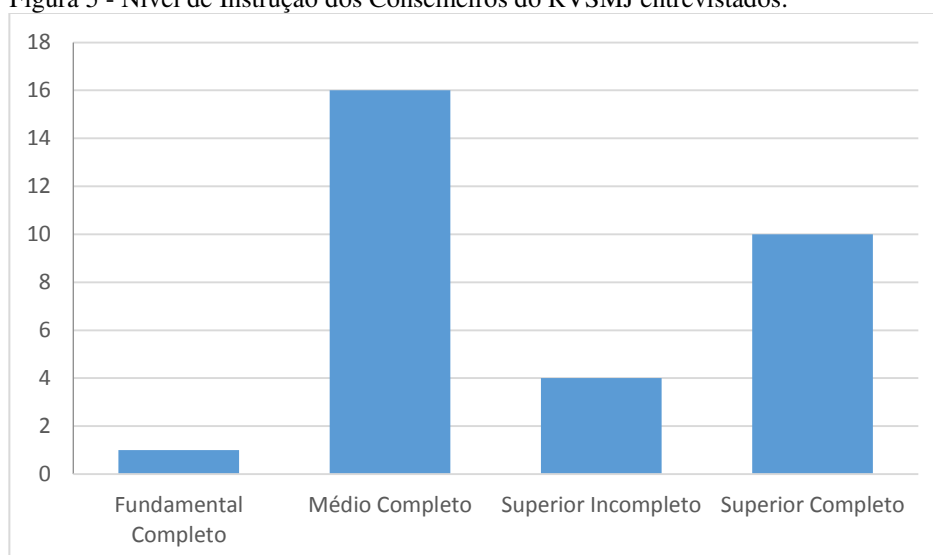
Figura 4 - Faixa etária dos Conselheiros do RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Além disso, foi levantado nível de instrução dos conselheiros do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco entrevistados (Figura 5), onde se destaca que a maioria possui nível médio completo (n=16) e uma parte destes possui nível superior (n=10).

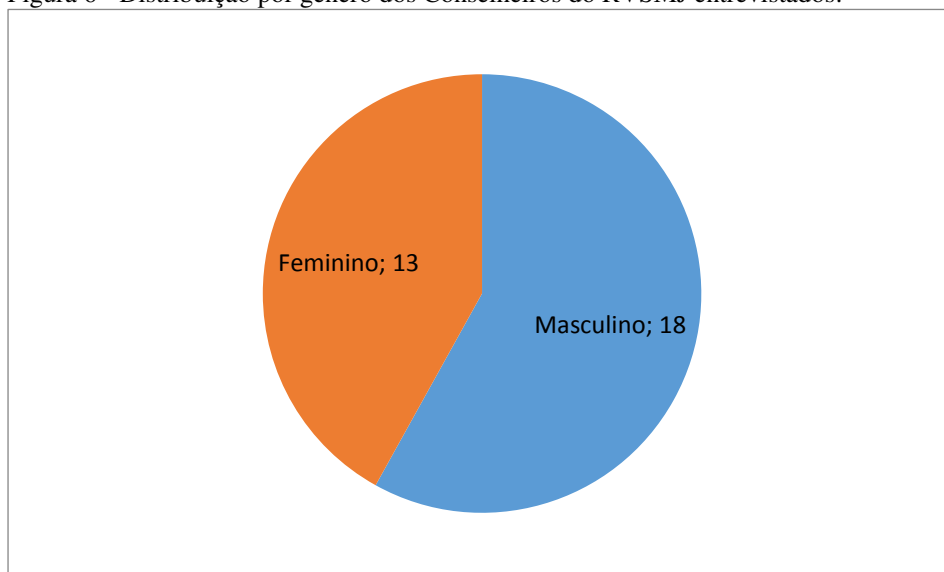
Figura 5 - Nível de Instrução dos Conselheiros do RVSMJ entrevistados.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Levantou-se dentro do perfil social dos conselheiros a relação de gênero dos participantes (Figura 6), e obteve-se um percentual próximo entre homens e mulheres que compõem este conselho, o que indicou um equilíbrio entre o número de homens (n=18) e mulheres (n=13) que foram entrevistados.

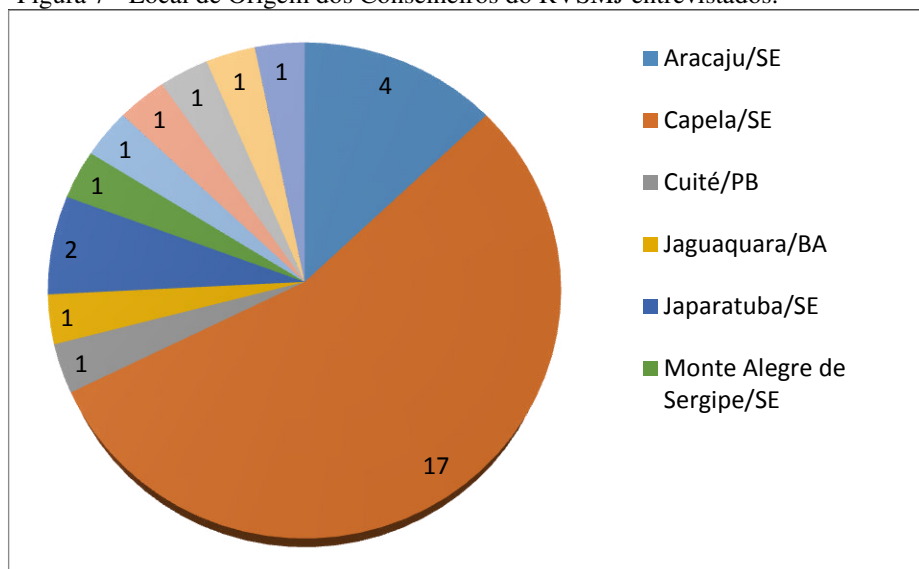
Figura 6 - Distribuição por gênero dos Conselheiros do RVSMJ entrevistados.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Foi levantada a procedência (local de origem) dos conselheiros entrevistados, os quais em sua maioria (n=16) são originários do município de Capela (Figura 7) e alguns (n=4) são provenientes do município de Aracaju, capital do estado de Sergipe.

Figura 7 - Local de Origem dos Conselheiros do RVSMJ entrevistados.

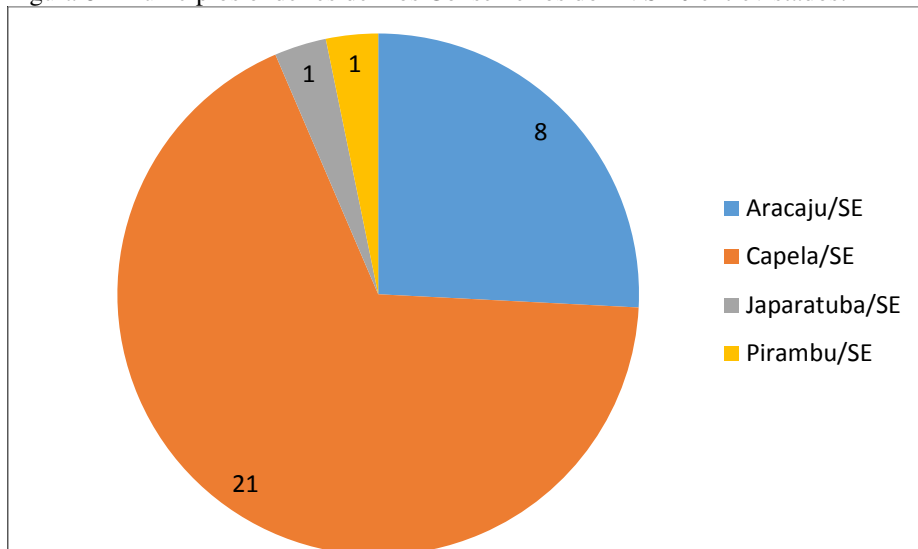


Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Levantou-se dentro do perfil social dos conselheiros do RVSMJ o local de moradia dos mesmos, onde se obteve que a maioria destes atores sociais (n=21) reside em Capela,

tanto na sede como nos povoados, seguido por conselheiros que residem na capital do estado de Sergipe, Aracaju (n=8) (Figura 8).

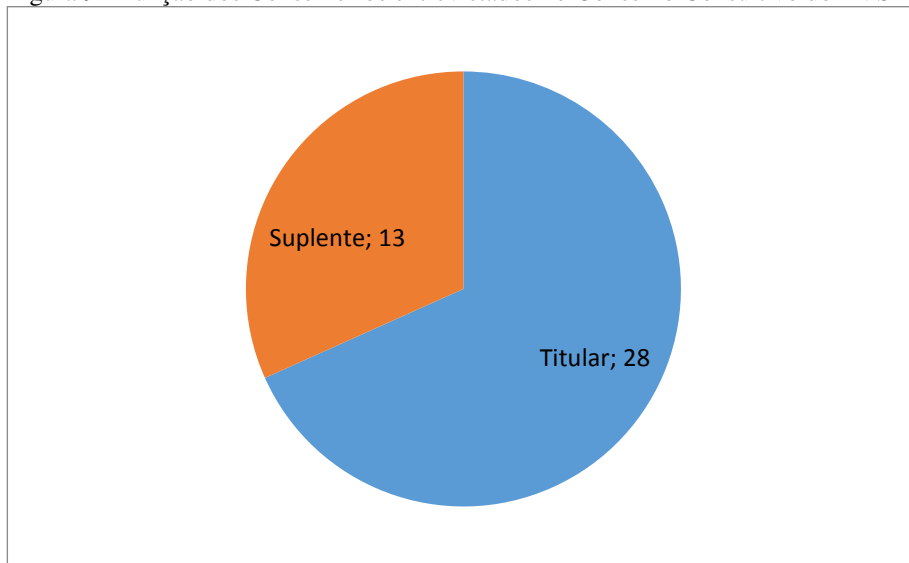
Figura 8 - Municípios onde residem os Conselheiros do RVSMJ entrevistados.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Por último, foi feito o levantamento do perfil social dos conselheiros em relação à função em cada um destes no conselho consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, e se obteve que a maior parte dos entrevistados foram os conselheiros titulares (n=28) em relação ao número de suplentes (n=13) (Figura 9).

Figura 9 - Função dos Conselheiros entrevistados no Conselho Consultivo do RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

4.2 Análise dos dados da associação livre de palavras através do EVOC2000

Os resultados que permitiram identificar os possíveis elementos centrais, intermediários e periféricos da representação social do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco obtidos pelos 31 conselheiros do RVSMJ estão descritos na figura 10. Foram emitidas 93 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 46 palavras diferentes e *rang* 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 3, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérge (2002).

Figura 10– Resultado das evocações referentes ao termo indutor Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 3 / RANG < 2			II Frequência ≥ 3 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
conservação	7	1,857	ambiente	3	2,333
macaco-guigó	4	1,250	água	3	2,333
preservação	13	1,692			
Proteção	5	1,600			
Vida	8	1,500			
III Frequência ≤ 2 / RANG < 2			IV Elementos mais periféricos Frequência ≤ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
Biodiversidade	2	1,000	Animais	2	2,000
Reserva	2	1,500	Cuidar	2	2,500
			Fauna	2	2,000
			Flora	2	2,000
			mata-atlântica	2	2,500
			Natureza	2	2,500
			Participação	2	3,000
			Remanescentes	2	2,500
			Salvar	2	2,000

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Como se pôde observar na Figura 10 os possíveis elementos centrais das evocações que constam no quadrante superior esquerdo e prováveis núcleos da representação social foram preservação, vida, conservação, proteção e macaco-guigó. Destas, a palavra que apareceu em maior frequência foi preservação (n=13); seguida de vida (n=08); conservação (n=07); proteção (n=05) e; macaco-guigó (n=04). Estas evocações por sua vez, se configuram

como as mais difíceis de serem modificadas e expressam representações sociais de caráter preservacionistas para com a Unidade de Conservação.

Já os elementos periféricos presentes no quadrante inferior direito foram animais, cuidar, fauna, flora, mata atlântica, natureza, participação, remanescentes, salvar, todos com a mesma frequência (n=02). Estas evocações constituem os prováveis elementos periféricos da representação e indicam a proteção do núcleo central. E, como os possíveis elementos intermediários presentes no quadrante superior direito e inferior esquerdo, os quais servem para reforçar o sentido do núcleo ou dos elementos periféricos foram: ambiente, água, biodiversidade e reserva.

Em relação às evocações do termo indutor *Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*, emitidos pelos 31 conselheiros, os resultados mostraram que foram emitidas 93 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 62 palavras diferentes e *rang* 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 3, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérgees (2002) (Figura 11).

Figura 11- Resultado das evocações referentes ao termo indutor Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 3 / RANG < 2			II Frequência ≥ 3 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
compromisso	5	1,600	amor	3	3,000
responsabilidade	6	1,500	comunidade	4	2,250
			participação	3	2,333
			preservação	5	2,000
			não-sei	4	2,250
III Frequência ≤ 2 / RANG < 2			IV Elementos mais periféricos Frequência ≤ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
colaboração	2	1,000	aconselhar	2	2,000
conservação	2	1,000	integração	2	2,500
opiniões	2	1,500	Respeito	2	3,000
			reuniões	2	2,000
			União	2	2,000

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Os prováveis elementos que representam o núcleo central da representação social sobre o Conselho do RVSMJ foram responsabilidade (n=06) e compromisso (n=05). Como

elementos periféricos: aconselhar, integração, respeito, reuniões, união; todos tiveram a mesma frequência de emissão (n=02); e como elementos intermediários as evocações amor, comunidade, participação, preservação, não sei, colaboração, conservação e opiniões.

Em relação ao termo indutor *Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*, emitido pelos 31 conselheiros, os resultados mostraram que foram emitidas 93 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 65 palavras diferentes e *rang* 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 2, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérgees (2002) (Figura 12).

Figura 12 - Resultado das evocações referentes ao termo indutor Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 2 / RANG < 2			II Frequência ≥ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
compromisso	4	1,500	atitude	2	2,500
direção	2	1,000	interesse	2	3,000
gestão	2	1,000	organização	2	2,500
objetivos	2	1,500	participativa	3	2,000
planejamento	2	1,000	respeito	2	3,000
responsabilidade	8	1,375	reuniões	2	2,000
			vida	2	2,500
			vontade	2	2,500
			não-sei	6	2,000
III Frequência ≤ 2 / RANG < 2			IV Elementos mais periféricos Frequência ≤ 2 / RANG ≥ 2		

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Obtiveram-se como prováveis elementos centrais: compromisso (n=04) e direção, gestão, objetivos e planejamento apresentaram a mesma frequência de evocação (n=02). Os resultados indicaram a ausência de elementos periféricos e; como elementos intermediários as evocações indicaram as palavras atitude, interesse, organização, participativa, respeito, reuniões, vida, vontade e não sei.

Foram analisadas ainda as evocações dos 10 entrevistados, conselheiros que participaram dos dois dias da oficina do SISUC, a fim de comparar a representação social que estes conselheiros apresentaram antes e após a oficina do SISUC, levando-se em consideração

os termos indutores: *Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*; *Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco* e; *Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*. Os resultados indicaram que:

- **ANTES DO SISUC:** Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Os resultados das evocações emitidas por 10 conselheiros mostraram que foram emitidas 30 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 19 palavras diferentes e *rang* 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 2, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérge (2002) (Figura 13).

Figura 13 - Resultado das evocações antes da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 2 / RANG < 2			II Frequência ≥ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
consciência	2	1,500	conservação	4	2,500
preservação	4	1,250			
Vida	5	1,800			
III Frequência ≤ 2 / RANG < 2			IV Elementos mais periféricos Frequência ≤ 2 / RANG ≥ 2		

Fonte: Autor da pesquisa, 2015

Assim, antes da oficina do SISUC os prováveis elementos do núcleo central referentes ao termo indutor acima foram vida (n=05), preservação (n=04) e consciência (n=02); não houve ocorrência de elementos periféricos; e como elemento intermediário apenas a palavra conservação.

- **DEPOIS DO SISUC:** Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Os resultados das evocações emitidas por 10 conselheiros mostraram que foram emitidas 30 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 22 palavras

diferentes e *rang* 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 2, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérge (2002) (Figura 14).

Figura 14 - Resultado das evocações depois da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 2 / RANG < 2			II Frequência ≥ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
preservação	2	1,500	biodiversidade	2	2,000
proteção	2	1,500	conservação	3	2,000
vida	4	1,750			
III Frequência ≤ 2 / RANG < 2			IV Elementos mais periféricos Frequência ≤ 2 / RANG ≥ 2		

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Em relação ao mesmo termo indutor “Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco”, obtido depois da oficina do SISUC obteve-se os prováveis elementos do núcleo central foram vida (n=04), preservação (n=02); proteção (n=02). Não houve ocorrência de elementos periféricos; e como elementos intermediários as evocações foram conservação e biodiversidade.

- **ANTES DO SISUC:** Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Os resultados das evocações emitidas por 10 conselheiros mostraram que foram emitidas 30 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 24 palavras diferentes e *rang* 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 2, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérge (2002) (Figura 15).

Figura 15 - Resultado das evocações antes da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Conselho Consultivo Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 2 / RANG < 2			II Frequência ≥ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
responsabilidade	5	1,600	comunidade	2	2,500
			participação	2	2,000
III Frequência ≤ 2 / RANG < 2			IV Elementos mais periféricos Frequência ≤ 2 / RANG ≥ 2		

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Em relação ao termo indutor “Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco”, obtido antes da oficina do SISUC tem-se como prováveis elementos centrais a evocação responsabilidade (n=05). Não houve ocorrência de elementos periféricos; e como elementos intermediários as evocações comunidade e participação.

- **DEPOIS DO SISUC:** Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Os resultados das evocações emitidas por 10 conselheiros mostraram que foram emitidas 30 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 25 palavras diferentes e rang 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 2, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérgees (2002) (Figura 16).

Figura 16 - Resultado das evocações depois da oficina do SISUC referentes ao termo indutor Conselho Consultivo Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 2 / RANG < 2			II Frequência ≥ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
Gestão	2	1,500	apoio	2	3,000
organização	4	1,000			

núcleo central foram responsabilidade (n=05) e compromisso (n=04). Não houve frequência para os elementos periféricos nem para os elementos intermediários.

- **DEPOIS DO SISUC:** Gestão do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Os resultados das evocações emitidas por 10 conselheiros mostraram que foram emitidas 30 palavras que possibilitaram construir um *corpus* para a análise; 28 palavras diferentes e *rang* 2,0. A frequência mínima foi 2 e a frequência intermediária foi 2, estabelecidas de acordo com o que recomenda Vérgees (2002) (Figura 18).

Figura 18 - Resultado das evocações realizadas após a oficina do SISUC referentes ao termo indutor Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

I Elementos mais centrais Frequência ≥ 2 / RANG < 2			II Frequência ≥ 2 / RANG ≥ 2		
	Freq.	Rang		Freq.	Rang
responsabilidade	2	1,500	organização	2	2,000
III Frequência ≤ 2 / RANG < 2			IV Elementos mais periféricos Frequência ≤ 2 / RANG ≥ 2		

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Em relação ao termo indutor “Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco”, obtido após a oficina do SISUC tem-se que o provável elemento central foi responsabilidade (n=02). Não houve ocorrência de elementos periféricos; e como elemento intermediário a evocação organização.

4.3 Análise dos dados das entrevistas processadas pelo IRAMUTEc

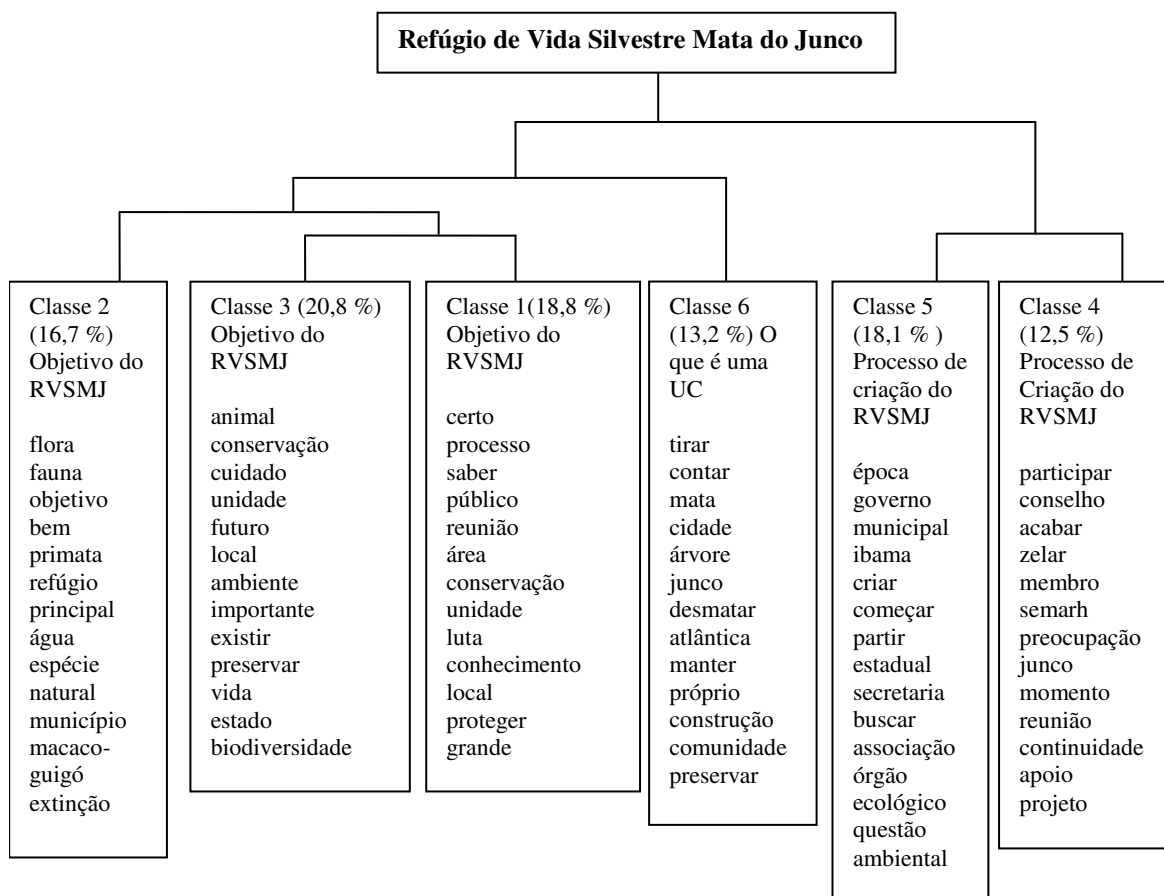
A partir da análise das respostas dos entrevistados pelo método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), estas foram agrupadas em oito (08) *corpus*, sendo quatro (04) para a dimensão *informação* e quatro (04) para a dimensão *atitude*, agrupados em textos

e segmentos de textos, onde foram gerados dendrogramas compostos por seis (06) classes com resultados em frequência (porcentagem), nos quais explanaram sinteticamente as respostas dos 31 entrevistados pelos vocábulos que apareceram nas respostas destes.

Além disso, para a análise das questões relacionadas aos problemas ou vulnerabilidade do RVSMJ (dimensão *informação*), e às dificuldades e conquistas relacionadas ao Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (dimensão *atitude*) foram utilizados gráficos, que geraram resultados, os quais serão expostos logo em seguida. A razão de utilizar gráficos para as questões acima se deu por conta de tais questões apresentarem elementos importantes nas respostas dos conselheiros para serem discutidos em detalhes.

Desse modo, o primeiro *corpus* da dimensão da *informação* versou sobre a compreensão dos conselheiros do RVSMJ sobre Unidade de Conservação, o processo para criação do RVSMJ e o objetivo desta UC (Figura 19), correspondendo às seguintes questões presentes no roteiro de entrevistas (APÊNDICE B): Mata do Junco é considerada uma UC? Para você o que é uma unidade de conservação? Como foi o processo para criação do RVS Mata do Junco? Qual é o objetivo do RVS Mata do Junco?

Figura 19 - Dendrograma ilustrando o resultado das questões da dimensão Informação relacionadas à compreensão dos conselheiros sobre o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

A classe de maior frequência foi a Classe 3 que está relacionada ao objetivo do RVSMJ (20,8%), cujos termos foram: “animal”, “conservação”, “cuidado”, “unidade” que se remetem ao entendimento destes conselheiros sobre o que seja Unidade de Conservação, onde se teve que UC trata-se de uma área de conservação em que pode-se encontrar animais e que deve ser cuidado para que esta não deixe de existir, haja vista sua importância para biodiversidade e para o homem.

Seguido a isso, aparecem os termos da classe 1: “certo” e “processo” “saber” e “público” (18,8%) que se relacionam à questão do processo de criação do RVSMJ. As palavras que apareceram em maior frequência nestas classes foram agrupadas estabelecendo uma relação semântica sobre o processo de criação do RVSMJ, em que este processo de criação se deu através de reunião em que foram convidadas a participar do conselho pessoas ligadas ao poder público, entre elas representantes do governo e representantes dos

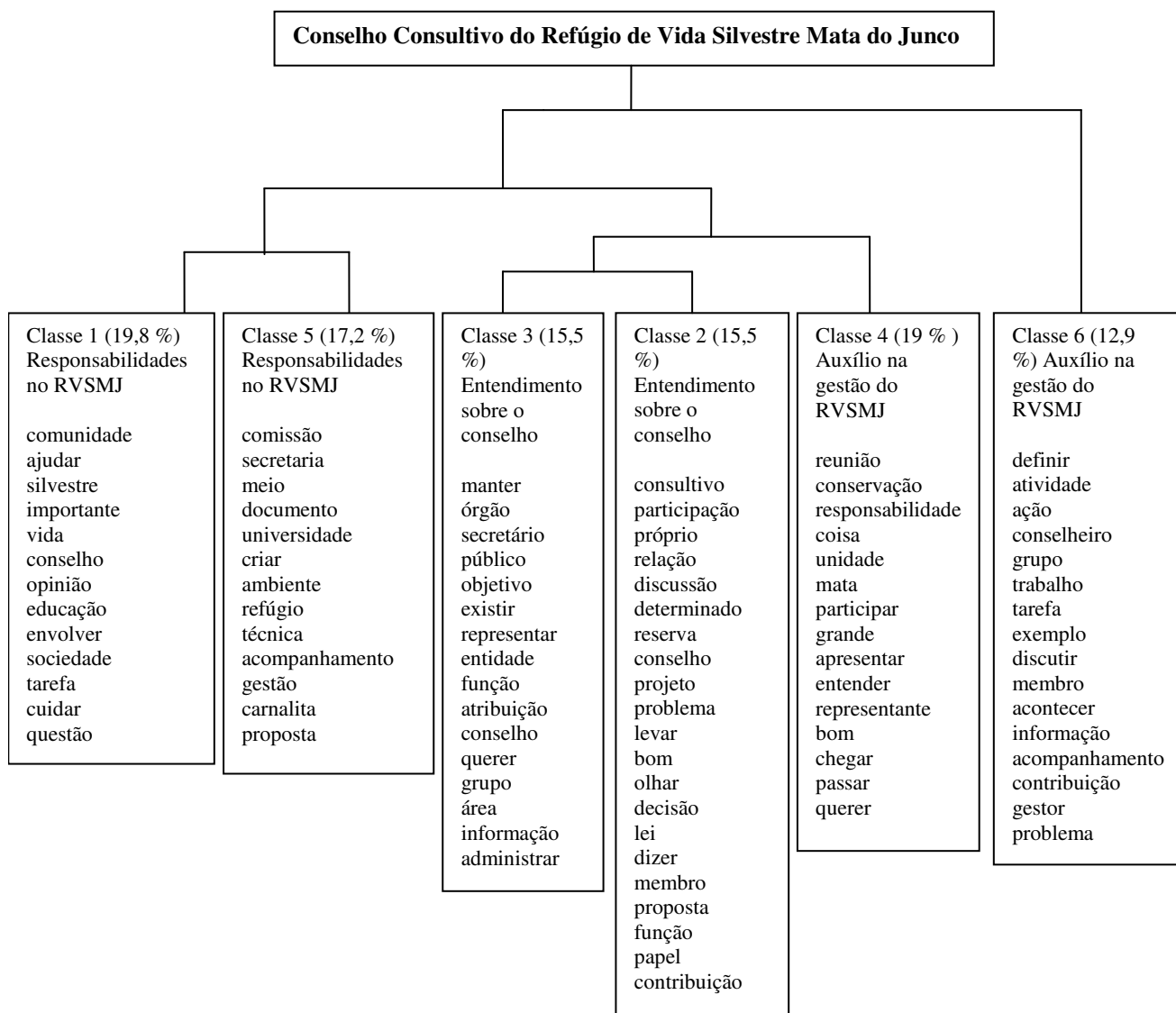
assentamentos, dos povoados, e de outras instituições, no intuito de pensarem em “salvar” (proteger) a área, entretanto foi um processo difícil até se chegar ao que se tem hoje como uma UC consolidada.

No segundo *corpus* da análise da dimensão da Informação (Figura 20), relacionado ao entendimento dos conselheiros sobre o próprio conselho consultivo do RVSMJ, com os questionamentos: o que você entende por Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco? De que forma você acha que o Conselho auxilia na gestão do RVS Mata do Junco? Como se dá a distribuição das responsabilidades (atribuições) dentro do conselho consultivo do RVS Mata do Junco?

Verificou-se que os termos que apareceram em maior frequência foram: na classe 1 “forma” e “só” (19,8%) e na classe 5 os termos “comissão” e “secretaria” (17,2%); que se referem à distribuição das responsabilidades e atribuições dentro do conselho do RVSMJ, onde se constatou que a forma como tais responsabilidades são repassadas ocorre nas reuniões do conselho, e não ficam só com gestores mas com todos os membros que compõem o conselho, onde são formadas comissões para tratar de determinado assunto que afete a UC.

Na classe 4 “reunião” “conservação” e “responsabilidade” (19%) e na classe 6 os termos “definir” e “atividade” (12,9%) se referem a forma como o conselho auxilia na gestão do RVSMJ, em que pode-se inferir que durante as reuniões são definidas as atividades onde cada um tem sua responsabilidade para contribuir na conservação da UC. Nas classes 3 e 2 os termos “manter”, “órgão”, “consultivo” e “participação” (15,5%) estão relacionados ao entendimento dos conselheiros sobre o conselho consultivo do RVSMJ, onde os mesmos informaram que o conselho se trata de um órgão com função consultiva que demanda a participação de seus membros, também considerado um local de discussão.

Figura 20 - Dendrograma informando o resultado das questões da dimensão Informação relacionadas ao Conselho Consultivo do RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

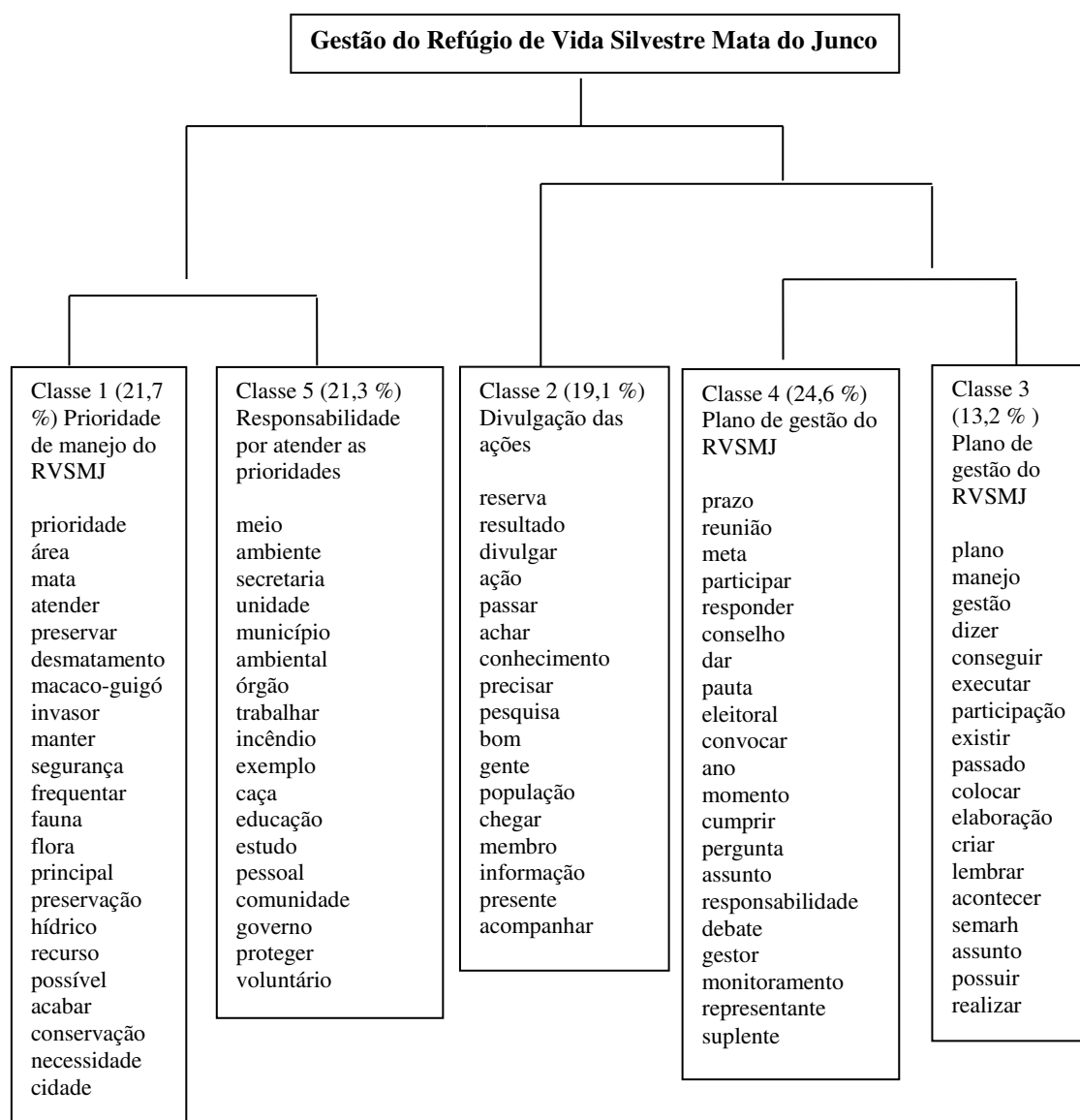
O terceiro corpus da dimensão Informação (Figura 21) tratou sobre como os conselheiros do RVSMJ compreendiam a gestão do RVSMJ, suas prioridades de manejo e seu monitoramento e acompanhamento, a distribuição das responsabilidades, e a divulgação desses resultados para o conselho e para a população, e seus respectivos questionamentos: o RVS Mata do Junco possui um plano de gestão? Se sim, qual é e como é realizado? Atualmente quais são as prioridades de manejo do RVS Mata do Junco definidas pelo Conselho? Como tais prioridades são atendidas? Quem são os responsáveis por atender tais

prioridades? Como isso é decidido? Há metas e prazos para que as prioridades sejam atendidas? É feito um monitoramento e acompanhamento se tais prioridades estão sendo atendidas? Se sim, como é feito? Você tem conhecimento do resultado destas ações? Os resultados são divulgados para os conselheiros? E para a população em geral? Como isso é feito?

Assim, obteve-se os termos que ocorreram em maior frequência foram: “prazo” “reunião” e “meta” na classe 4 (24,6%) que estão relacionados ao plano de gestão do RVSMJ, o qual possui prazos e metas para serem cumpridas; e na classe 1 os termos “prioridade” “área” e “mata” (21,7%) que se relacionam com prioridade do RVSMJ que consiste em preservar os recursos existentes, entre eles a mata.

Os termos “secretaria”, “unidade” e “município” da classe 5 (21,3%) estão ligados à responsabilidade por atender as prioridades da gestão, em primeiro lugar seria a secretaria (em alusão à SEMARH que administra a UC). Os termos “reserva”, resultado” e “divulgar” da classe 2 (19,1%) se relacionaram ao questionamento se as ações monitoradas pelos conselheiros no RVSMJ são divulgadas para a população e para os próprios conselheiros, onde foi obtido que os resultados das ações precisam ser divulgados para a população, entre eles as pesquisas. Já os termos “plano”, “manejo” e “gestão” (13,2%) da classe 3 estão ligados à questão da existência de um plano de gestão no RVSMJ e tal plano de gestão foi entendido pelos conselheiros como plano de manejo que a UC possui.

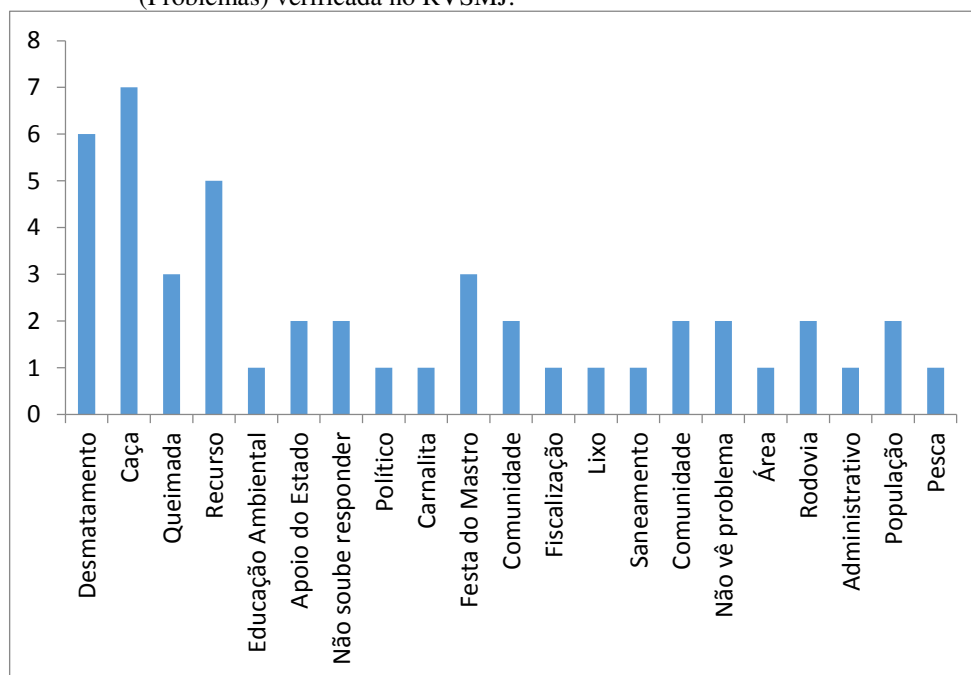
Figura 21 - Dendrograma ilustrando o resultado das questões da dimensão Informação em relação à Gestão do RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Quando questionados sobre as principais *vulnerabilidades ou problemas* que o RVSMJ enfrenta, foi apontada pelos conselheiros do RVSMJ como o principal deles a caça (problema esse que foi apontado pelos conselheiros na oficina do SISUC como uma situação Alarmante que precisa ser urgentemente melhorado); seguido do desmatamento, do pouco recurso financeiro para a UC, da questão da queimada realizada próxima ao RVSMJ, do evento da Festa do Mastro (problema esse que também foi apontado pelos conselheiros na oficina do SISUC como uma situação Alarmante que precisa ser urgentemente melhorado), entre os outros problemas que a referida UC perpassa (Figura 22).

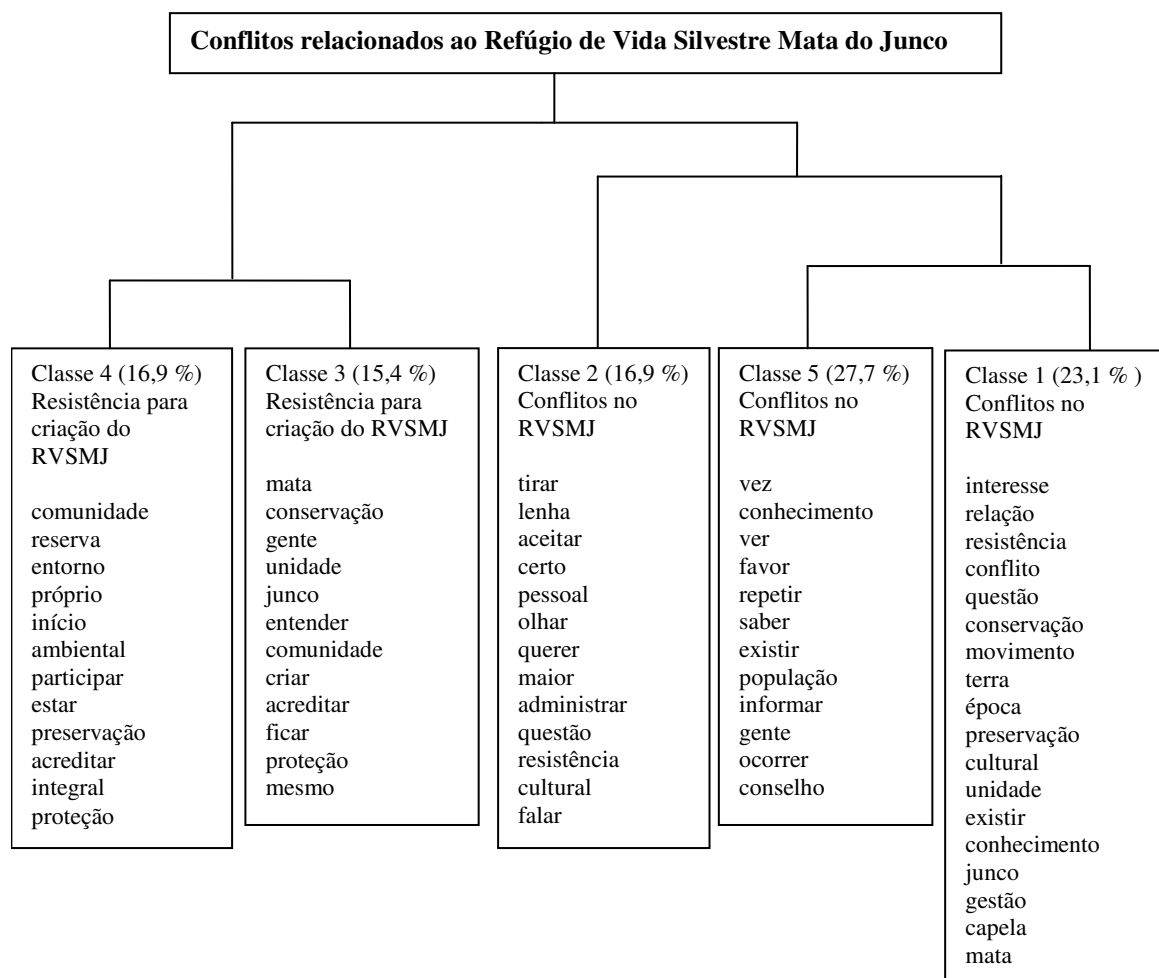
Figura 22 -Resultado da questão da dimensão Informação sobre a Vulnerabilidade (Problemas) verificada no RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

O quarto corpus da dimensão da Informação (Figura 23), referente à *compreensão dos conselheiros se existem ou existiu conflitos de interesse relacionados ao RVSMJ*, obteve-se que os termos de maior frequência gerados na classe 5 foram “vez” e “conhecimento” (27,7%), e na classe 1 “interesse” e “relação” (23,1%), “reserva”, “comunidade”, “tirar”, “lenha” e “aceitar” (16,9%) na classe 2 e que mantém uma relação em seus vocábulos, subentende-se que há um conflito relacionado a retirada de lenha. E sobre a *resistência da comunidade* quando da criação desta UC, surgiram os termos “mata” e “só” (15,4%) na classe 3, e “reserva e “comunidade” justificando que quando a mata do junco era só uma mata a comunidade fazia o uso desta.

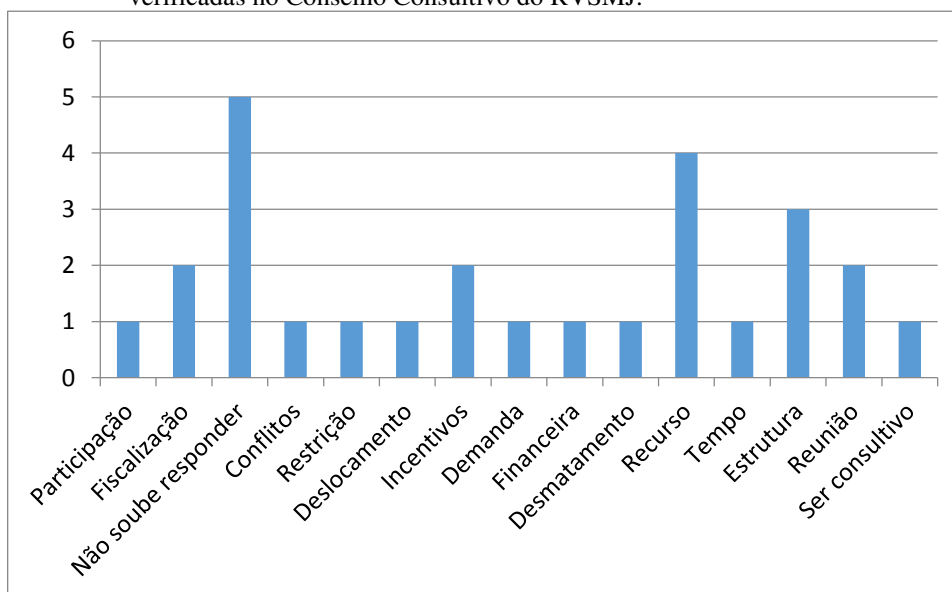
Figura 23 - Dendrograma ilustrando os resultados da questão da dimensão Informação em relação aos Conflitos e a resistência da comunidade verificados no RVSMJ



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Em relação ao questionamento direcionado aos conselheiros sobre as *dificuldades* que o conselho consultivo do RVSMJ enfrenta (Figura 24), um dado interessante que foi constatado que a maioria dos entrevistados não soube responder. Porém, os que responderam a esse questionamento apontaram como as principais dificuldades respectivamente: a falta de recursos financeiros para o conselho e para o RVSMJ, a falta de estrutura, a falta de fiscalização na UC, a falta de incentivos por parte do poder público (estadual e federal principalmente), e a falta de quórum nas reuniões do conselho, além de outros problemas elencados na figura abaixo. Vale ressaltar que as dificuldades apontadas foram relacionadas simultaneamente ao conselho e ao RVSMJ.

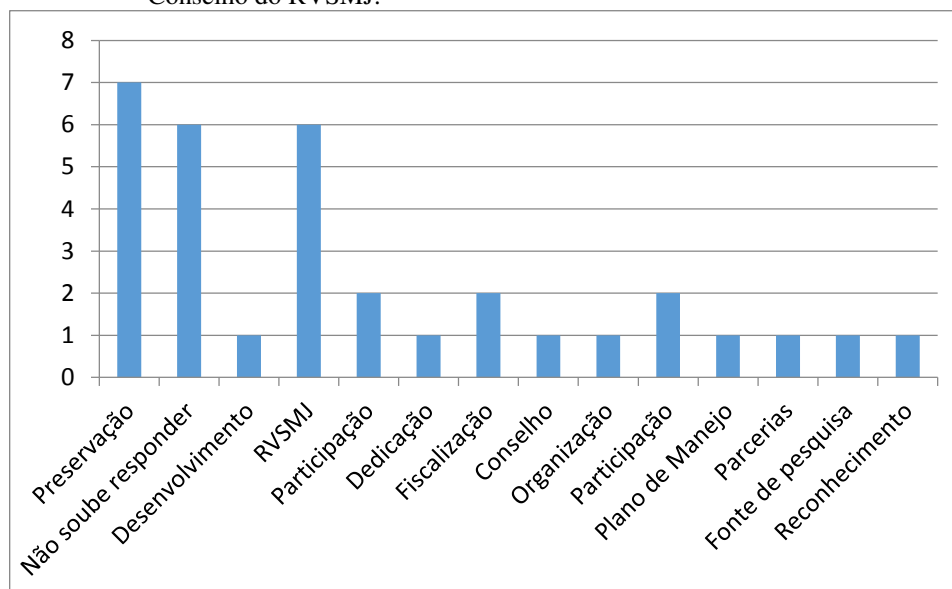
Figura 24 - Resultado da questão do Campo dimensão em relação às Dificuldades verificadas no Conselho Consultivo do RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

Quando questionados sobre as *conquistas* deste conselho (Figura 25), foi apontado por estes atores sociais que: o simples fato da existência da Unidade de Conservação em questão proporcionar a preservação dos recursos ambientais dos quais dispõe, por si só já representa uma conquista; poucos apontaram como conquistas para o conselho a participação e a fiscalização; além disso, boa parte dos entrevistados não soube responder quais foram as conquistas para o conselho do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Figura 25 - Resultado da questão da dimensão Informação sobre as Conquistas do Conselho do RVSMJ.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

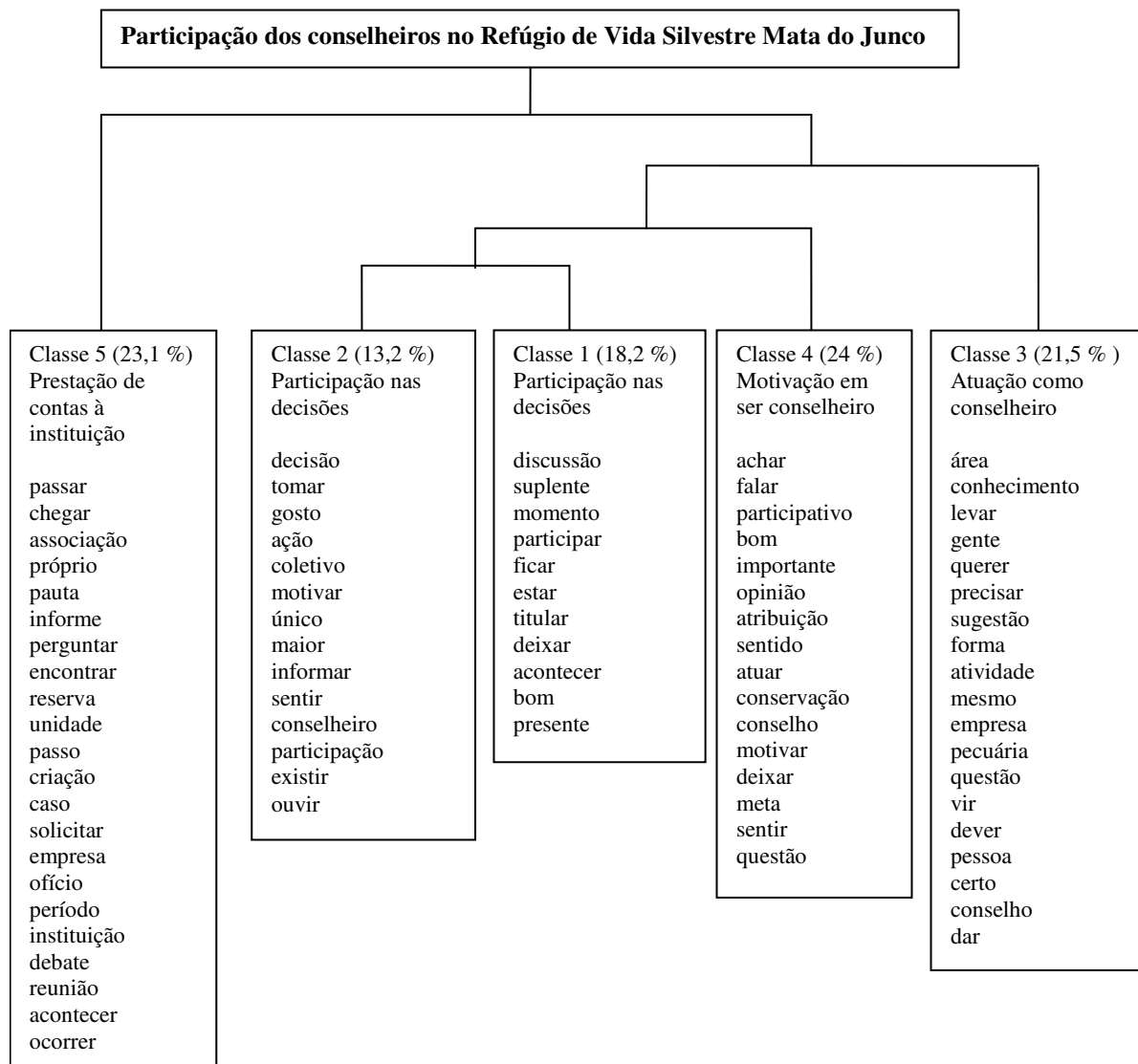
O primeiro *corpus* da dimensão da Atitude (Figura 26) está relacionado à *participação, à motivação, atuação, e à prestação de contas das ações do conselho do RVSMJ para a instituição a qual cada conselheiro representa neste órgão colegiado*, com os questionamentos: você participa das decisões relativas à gestão do RVS Mata do Junco? Se sim, de que forma? O que você acha de sua atuação como conselheiro do RVS Mata do Junco? Você como conselheiro se sente motivado em participar do conselho consultivo do RVS Mata do Junco? Se sim por quê? Se não, por quê? Você é solicitado pela instituição que representa no Conselho do RVS Mata do Junco para lhe informar sobre as decisões e ações da gestão da UC? Se sim, como isso acontece? E como você informa?

Desse modo, obteve-se que os termos de maior frequência foram: “tomar” e “decisão” (13,2%) da classe 2, e os termos “discussão” e “suplente” (18,2%) da classe 1 estão relacionados à participação desses conselheiros nas decisões do RVSMJ, o que se pode deduzir que estes discutem e acham importante opinar. Os termos “passar”, “chegar” “associação” e “próprio” (23,1%) da classe 5, se relacionam com a prestação de contas das atividades que acontecem no RVSMJ para suas às suas instituições de origem, em que alguns conselheiros passam para sua instituição da qual fazem parte o que ocorre nas pautas das reuniões do conselho do RVSMJ.

Os termos “achar”, “importante” e “participativo” (24%) da classe 4 estão relacionados ao fato de gostarem e se sentirem motivados em fazer parte deste órgão colegiado, obteve-se que: sentem-se motivados e gostam de estarem no conselho pois podem tomar decisões em prol do coletivo.

Figura 26 - Dendrograma ilustrado o resultado das questões acerca da dimensão Atitude sobre a Participação dos conselheiros no conselho do RVSMJ.

Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

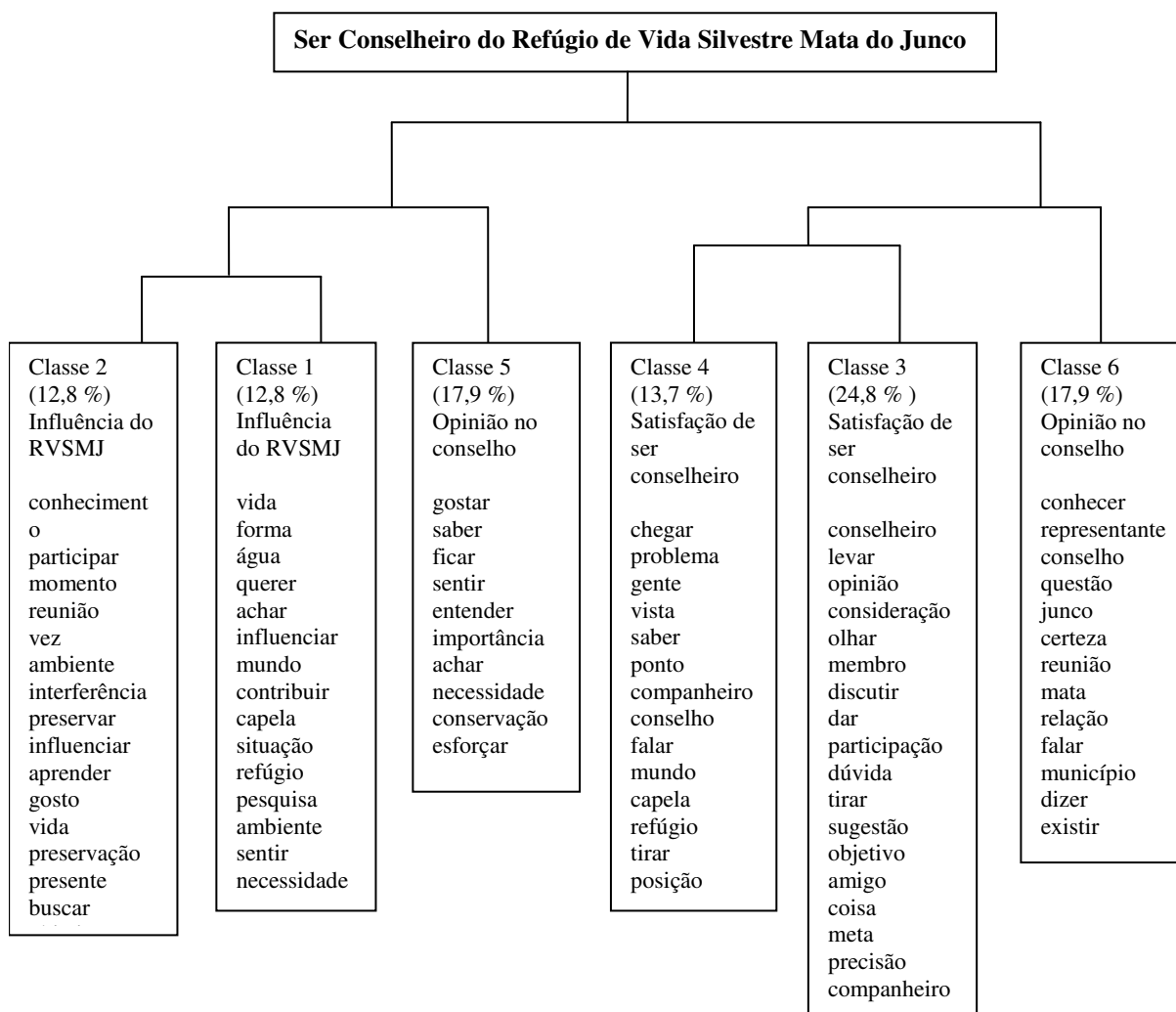


O segundo corpus da dimensão Atitude (Figura 27) está relacionado aos questionamentos em relação ao sentimento de gostar de ser conselheiro, se suas opiniões como conselheiro são levadas em consideração, e se o RVSMJ interfere na vida destes conselheiros onde apresentou os questionamentos: Você gosta de ser um conselheiro? Se sim, por quê? Se não, por quê? Você acha que sua opinião e suas sugestões são levadas em consideração nas reuniões do Conselho? Explique de que forma e como se sente? Você acha que o RVS Mata do Junco influencia/interfere na sua vida cotidiana? Como?

Para tanto, foram apontados em maior frequência os termos: “conselheiro” (24,8%) “levar” e “consideração” da classe 3, e “chegar”, “problema” e “vista” da classe 4 (13,7) se

relacionaram ao fato da satisfação em ser conselheiro proporcionar um aprendizado em forma de conhecimentos; os termos “representante”, “conselho” e “conhecer” (17,9%) da classe 6 “entender” e “importância” da classe 5 deu-se pelo fato de suas opiniões serem levadas em consideração. Os termos “chegar” (13,7%), “conhecimento”, “participar”, “vida” da classe 2 (12,8%), e “sentar”, “vida” “interferir” da classe 1 (12,8%) estão relacionados com a questão da influência do RVSMJ na vida dos conselheiros, de onde se obteve que a UC interfere na vida destes pois fornece água e sua influência ultrapassa o município de Capela.

Figura 27 - Dendrograma apresentando o resultado das questões da dimensão Atitude sobre o que os conselheiros entendem sobre sua função no Conselho Consultivo do RVSMJ.

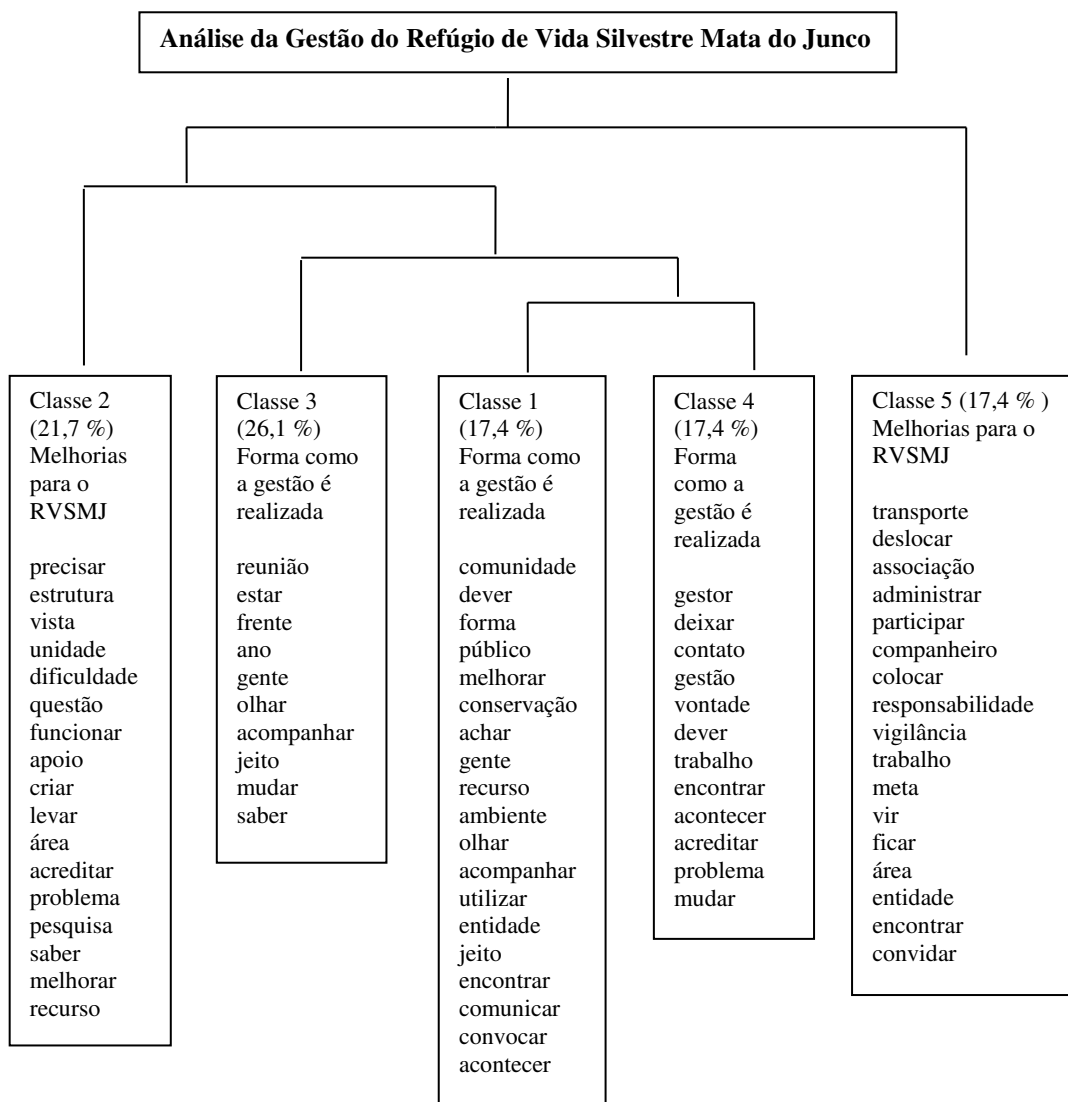


Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

O terceiro *corpus* da dimensão Atitude (Figura 28) está relacionado à *compreensão que os conselheiros possuem sobre a gestão do RVSMJ*, que trouxe como questionamentos: o que você acha da forma como a gestão do RVS Mata do Junco é realizada? E Como conselheiro você acha há algo que poderia ser melhorado na gestão da unidade?

Nesse sentido, obteve-se que os termos que apareceram em maior frequência foram: “precisar”, “estrutura”, “unidade” e “dificuldade” (21,7%) relacionados à classe 2 sobre a forma da gestão do RVSMJ, podendo-se deduzir que precisa melhorar a estrutura da unidade, pois ela passa por dificuldades. Os termos “comunidade”, “dever” e “forma” da classe 1 e “gestor”, “transporte”, “deslocar” e “associação” (17,4%) da classe 5 se relacionam sobre as melhorias que devem ocorrer no RVSMJ em que pese na aquisição de transporte para deslocar a comunidade para poder participar dos eventos da UC.

Figura 28 - Dendrograma apresentando o resultado das questões acerca da dimensão Atitude sobre a forma e possíveis melhorias na Gestão do RVSMJ.

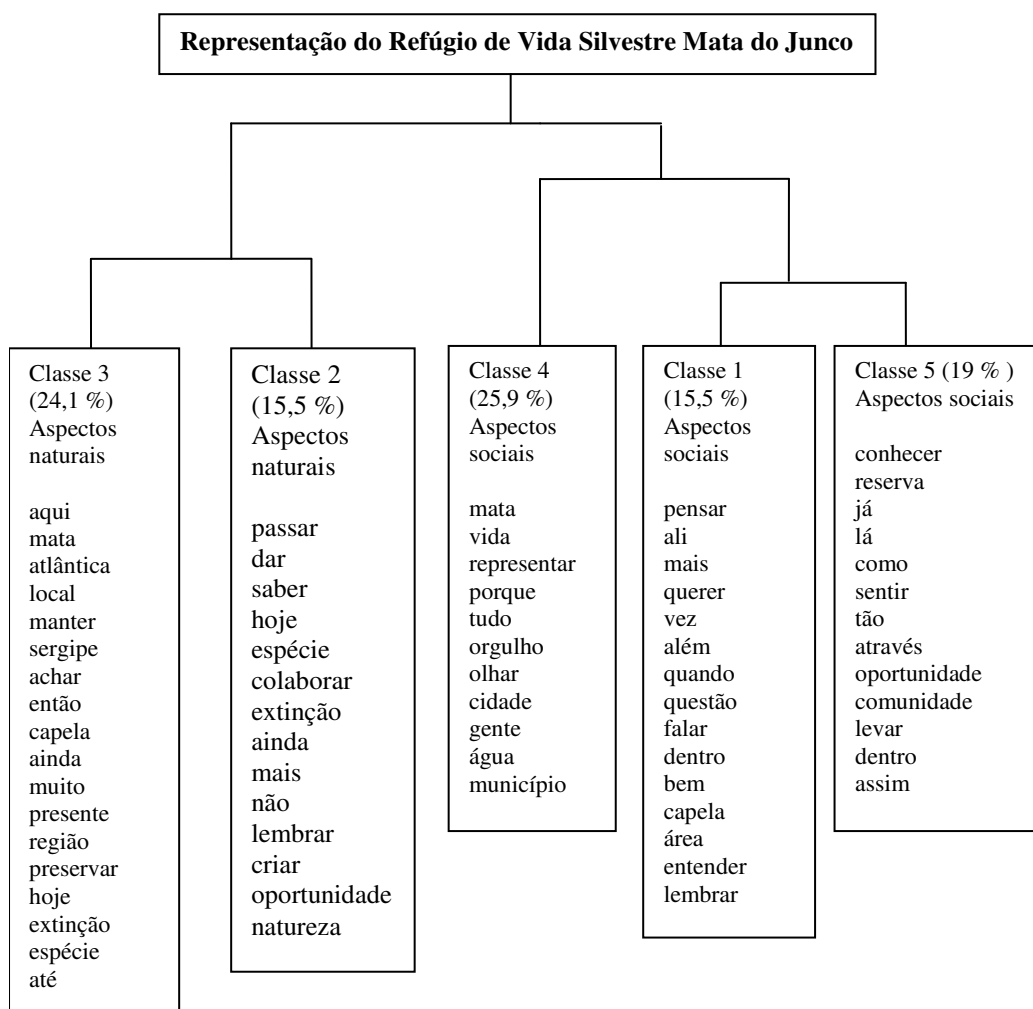


Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

E finalmente em relação ao *corpus* da dimensão da Atitude (Figura 29), relacionada à questão sobre *o que o RVSMJ representa para cada conselheiro*, foi obtido que para os aspectos sociais os termos “mata”, “vida” e “representar” (25,9%) da classe 4, e os termos “pensar”, “querer” e “capela” da classe 1 (15,5 %) e “conhecer”, “reserva” e “comunidade” da classe 5 (19%) traduzem o que estes conselheiros pensam sobre o RVSMJ; e os termos referentes aos aspectos naturais do RVSMJ “mata atlântica”, “manter”, “Sergipe” da classe 3 (24,1%) e “saber”, “hoje”, “extinção” e “espécie” da classe 2 (15,5%) pode-se extrair que em

suma a UC em questão representa a vida, o orgulho de pensar em se ter no estado de Sergipe e no município uma reserva de Mata Atlântica que preserva uma espécie em extinção.

Figura 29 - Dendrograma explanado o resultado da questão da dimensão Atitude sobre a representação do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco para os conselheiros.



Fonte: Autor da pesquisa, 2015.

5 DISCUSSÃO

Foi constatado pela análise das entrevistas processadas pelo IRAMUTEC e corroborando com o que foi apresentado pelo EVOC quando da análise das evocações sobre o entendimento do que seja o RVSMJ, e neste sentido, houve uma semelhança com os resultados dessas duas técnicas nas questões da dimensão da informação sobre o objetivo do RVSMJ com a questão do termo indutor Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, nas quais

o RVSMJ representa um local que deve ser preservado, assim como os seus atributos bióticos e abióticos.

Em se tratando do que foi obtido através do EVOC subentende-se que a maioria visualiza o RVSMJ como um local de preservação, principalmente para manter a vida (em analogia à natureza), e ainda como uma área para servir como abrigo para o macaco-guigó. Além disso, foi citado nesse contexto que o RVSMJ é um local a ser conservado e protegido, portanto, apesar de alguns conselheiros não apresentarem familiaridade para com o RVSMJ, estes reconhecem que o local deve ser protegido, uma vez que apresenta os atributos naturais citados nas evocações complementares ao *corpus* em questão, como sendo a fauna, flora, a água e a Mata Atlântica. Dessa forma a preservação do RVSMJ é um elemento que está consolidado no entendimento dos conselheiros, ou seja, é um elemento de consenso.

Em relação ao termo indutor *Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre* percebeu-se que os elementos centrais estão protegidos e mantêm uma relação semântica com os outros, o que significa que a probabilidade mais difícil na mudança deste núcleo central. Subtendendo-se deste caso é que os conselheiros enxergam o conselho como um espaço que exige compromisso e responsabilidade, como foi evidenciado pelos elementos centrais, mas que ao mesmo tempo nessa participação deve haver sentimentos como amor, união, integração e respeito às opiniões de cada um.

Já para o termo indutor *Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco* foi apontado a evocação “compromisso”, e nesse caso coincidindo com um dos elementos centrais do termo indutor citado acima, mas com o agravante de que não havendo elementos periféricos, esse núcleo central fica enfraquecido e suscetível à mudança, conforme Sá (1996). Nesse caso, pode-se inferir que não se tem um consenso entre o grupo de conselheiros sobre essa gestão, sendo que até então cada conselheiro enxerga a gestão com pontos de vista diferenciados.

Realizando-se um contraponto entre as evocações obtidas apenas pelos conselheiros pelos que participaram das duas etapas de entrevistas, verificou-se no termo indutor *Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco* que um dos elementos centrais sofreu alteração (a evocação consciência da primeira etapa foi substituída pela evocação proteção), e como nas duas análises não houve elemento periférico, pode-se deduzir que o núcleo central dessa representação encontrou-se vulnerável e acarretou em sua mudança de núcleo. Porém a evocação “vida” permaneceu nesse núcleo central como a mais frequente, e a evocação preservação permaneceu no núcleo central dessa representação.

Em relação à questão do termo indutor *Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco* na primeira etapa apresentava como elemento central a evocação “responsabilidade”, houve tanto a mudança neste elemento central como nos intermediários, isto provavelmente ocorreu por conta de não haver elementos periféricos para protegê-lo. Assim como houve essa mudança de núcleo central e se inseriram dois elementos centrais, esse núcleo pode ter se fortalecido.

A questão do termo indutor *Gestão do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco* se manteve um dos elementos centrais (a evocação “responsabilidade”) sendo que o outro deixou de existir (a evocação “compromisso”), provavelmente por que neste caso não houve ocorrência de elementos que estivessem nos outros núcleos que pudessem protegê-lo. Assim é possível deduzir que a gestão do RVSMJ é vista pelos conselheiros com responsabilidade. Esse fato acarreta num ganho para o RVSMJ, mesmo que o número de conselheiros que participam efetivamente dos eventos da UC seja reduzido quanto ao total dos componentes deste órgão colegiado.

Outro fato diz respeito ao quantitativo de conselheiros durante a oficina do SISUC, que apesar da pequena parcela do total de conselheiros (10 dos 42) houve empenho destes indivíduos. Por sua vez, esse quadro da pouca participação pode apontar uma situação que esteja causando a falta de interesse do restante dos conselheiros nas atividades de gestão do RVSMJ.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que pôde ser constado nesta pesquisa percebeu-se que a representação social que os conselheiros possuem sobre o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco enquanto uma Unidade de Conservação propriamente dita compreende a vida associada à natureza e à preservação em todas as suas formas, principalmente da fauna, entre as quais se destacou o macaco-guigó, além da flora e os recursos hídricos existentes nessa UC. Os conselheiros entendem que o RVSMJ fornece serviços ambientais que são utilizados principalmente pela população do município de Capela, onde está localizada a Unidade de Conservação.

Em relação à representação que os conselheiros possuem sobre si mesmos obteve-se que o conselho está ligado à gestão e que deve ser conduzido de maneira organizada e com responsabilidade, contando com a participação da comunidade no apoio à gestão do Refúgio de Vida silvestre Mata do Junco.

No quesito representação social dos conselheiros para com a gestão do RVSMJ, esta se apresentou com pouco consenso entre a compreensão dos conselheiros para esse caso. No entanto a gestão da referida Unidade de Conservação está associada à responsabilidade, tanto dos administradores quanto dos conselheiros que fazem parte da gestão e isso deve ser levado em consideração quando se quer gerir uma Unidade de Conservação de forma participativa, a fim de que os conselheiros não sejam apenas meros expectadores nos processos de gestão e passem a contribuir para tal.

Pôde-se ainda nesta pesquisa estabelecer uma relação de complementaridade entre a gestão adaptativa e participativa, e a representação social do conselho do RVSMJ, no intuito de que por meio do estímulo à gestão participativo-adaptativa dos conselheiros do RVSMJ houvesse uma melhoria na gestão da UC, em que para verificar essa melhoria se fez necessário compreender qual a representação social que estes conselheiros possuíam para com a unidade e consequentemente para com sua gestão, isto é, como estava sendo conduzida a gestão do RVSMJ.

De posse destes elementos fornecidos pela Teoria da Representação Social torna-se possível considerar que o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco possui indivíduos representados pelo conselho que enxergam essa área como espaço de vivência e que se preocupam com a sua manutenção, uma vez que os conselheiros mais atuantes possuem familiaridade para com a Unidade de Conservação em questão.

Por outro lado, a atuação do conselho pelo grupo de conselheiros que mais participam dos eventos relacionados ao RVSMJ pode ao mesmo tempo estar causando a falta de interesse dos outros conselheiros. Contudo é importante considerar os sentimentos de pertencer e de ver a importância em auxiliar a gestão do RVSMJ perpassem em pelo menos alguns destes atores sociais, pois a partir desses indivíduos espera-se que os outros membros percebam o entusiasmo que eles têm em fazer parte deste grupo, e assim possam servir como modelo de gestão participativa, e que estes conselheiros estejam apropriados de atitudes que se reflitam em governança para o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco.

Ademais, espera-se que pelo presente estudo possa ter ocorrido mudança na conduta desses atores sociais a partir dessa oportunidade de poderem analisar como está sendo feita a gestão do RVSMJ, o que pode ser melhorado, quais as potencialidades que a UC dispõe, e quais os caminhos que precisam ser percorridos para se alcançar uma boa gestão. No mais, essa pesquisa serviu de certa forma como um exercício para esses indivíduos em buscar alternativas para a gestão desta Unidade de Conservação.

REFERÊNCIAS

- ABRIC, J. C. Central system, peripheral system: their functions and roles in the dynamics of social representations. **Paperson social representations**, 2 (2), 1993, 75-78.
- _____. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, S. P.; OLIVEIRA, D. C. (Orgs.) **Estudos interdisciplinares em representações sociais**, p. 27-38, Goiânia, AB Editora, 1998.
- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Estudos Avançados** 15 (43). 2001.
Disponível em: <http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/1142.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2015.
- AGENDA PÚBLICA. **Guia prático para conselheiros e conselheiras municipais**. Fascículo 1: o papel e o funcionamento dos conselhos. 1ª Edição – São Paulo, 2011.
- ALCÂNTARA, E. dos S. **Representações sociais de meio ambiente, educação ambiental e gestão de áreas protegidas de gestores e técnicos de parques urbanos na cidade de Salvador, Bahia, Brasil**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de pós-graduação em Ecologia e Biomonitoramento. Bahia, 2008.
- ALEGRIA, M. F. **Desafios à gestão de unidades de conservação: uma análise a partir do Conselho Gestor da Ilha do Mel, Paranaguá, PR**. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Instituto de Psicologia / Programa EICOS, 2007.
- ALMEIDA, A. M. de O. Abordagem societal das representações sociais. **Sociedade e Estado**. Brasília, v. 24, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2009.
- AZEVEDO, D. S.; LIMA, R. V. S.; SILVA, M. F. S. Educação patrimonial e ambiental na festa do mastro no município de Capela/SE. 3º Simpósio Educação e Comunicação, Inoinclusão: possibilidades de ensinar e aprender. Edição Internacional. **Anais**. 2012. p. 162-175. Disponível em: <http://geces.com.br/simposio/anais/anais-2012/Anais-162-175.pdf>. Acesso em: 28 de abr. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições. 70 p. 1977.
- BRASIL. Ministério do Meio ambiente. **SNUC –Sistema nacional de unidades de conservação da natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011. 76 p.
- COZZOLINO, L. F. **Unidades de conservação e os processos de governança local**: o caso da APA do Sana (Macaé, RJ). Rio de Janeiro/RJ. 156 p. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia das Sociedades e Ecologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2005.

DICK, E.; DANIELI, M. A.; ZANINI, A. M. (Orgs.). **Gestão participativa em Unidades de Conservação**: uma experiência na Mata Atlântica – 1. ed. – Rio do Sul, SC: APREMAVI, 2012. 72 p.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. IN: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

FLEURY, L. C. **Cerrado para ser o quê? Representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás**. Porto Alegre. 211 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Sergipe, capela, histórico**: dados gerais do município. 2014. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=280130&search=linfogr%EFicos:-hist%F3rico>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ICMBio. **Conselhos gestores de unidades de conservação federais**: um guia para conselhos gestores e conselheiros. 2014. Disponível em: www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/.../guia-conselhos-2014.pdf. Acesso em: 25 de abr. 2015.

_____. **Instrução Normativa N° 09, de 05 de dezembro de 2014**. Disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para formação, implementação e modificação na composição de Conselhos Gestores de Unidades de Conservação Federais (Processo Administrativo nº 02070.001464/2013-68). 2014. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Instrucao_normativa/2014/in_icmbio_09_2014_diretrizes_modifica%C3%A7%C3%A3o_conselhos_gestores_und_conserva%C3%A7%C3%A3o_federais.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015.

JODELET, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: **As representações sociais**. JODELET, Denise (Org.). EdUERJ. Rio de Janeiro. 2001.

JUSTO, A. M.; CAMARGO, B. V. Estudos qualitativos e o uso de softwares para análises lexicais. In: NOVIKOFF, Cristina; SANTOS, Sônia Regina Mendes dos.; MITHIDIERI, Otávio Barreiros (Orgs.). **Cadernos de Artigos: X SIAT e II SEPRO Lageres/Unigranrio**. Duque de Caxias: Universidade do Grande Rio “Professor José de Souza Herdy” – UNIGRANRIO. Caderno digital. 2014. 165 p.

LEUZINGER, M. D. In: PRIEUR, M.; SILVA, J. A. T. e (Orgs.). **Instrumentos jurídicos para a implementação do desenvolvimento sustentável (Vol. II)**. Efetividade da conservação de habitats naturais: criação, implementação e gestão de unidades de conservação. Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2012. 628p.

LOURES, R. F.; SANTOS, V. C.; REIS, F. V. As representações sociais auxiliando as unidades de conservação. Áreas Protegidas e Inclusão Social: tendências e perspectivas. In: MEDEIROS, R.; IRVING, M. de A. (editores). III Seminário Brasileiro de Áreas Protegidas e Inclusão social (SAPIS). **Anais**. Rio de Janeiro, volume 3, número 1, 2007.

MALTA, J. A. O. **Dinâmica fitogeográfica do refúgio de vida silvestre mata do junco, capela, Sergipe**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2011. 132p.

MALTA, J. A. O.; SOUZA, H. T. R de; MELO e SOUZA, R. A contraditória relação sociedade-natureza em espaços territoriais protegidos - mata do junco, capela/se. **Geografia em Questão**, V. 4, N. 1, p. 126-152, 2011.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 404 p. (Coleção Psicologia Social).

_____. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. [4.ed]. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 404 p. (Coleção Psicologia Social).

_____. **A representação social da psicanálise**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1978. 280p.

OLIVEIRA, M. C. L. **De vivências ambientais ao etnoconhecimento: o resgate da memória de moradores das comunidades do entorno da unidade de conservação mata do junco, Capela/SE**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011. 106 p.

OLIVEIRA, V. M.; MARTINS, M. de F.; VASCONCELOS, A. C. F. Entrevistas “em profundidade” na pesquisa qualitativa em administração: pistas teóricas e metodológicas. **SIMPOI. Anais**. 2012. Disponível em: www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2012/.../E2012_T00259_PCN02976.pdf. Acesso em: 20 de abr. de 2015.

PIMENTEL, D. de S.; MAGRO, T. C. **Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social**. 2012. Disponível em: www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/.../455/326. Acesso em: 29 de abril de 2015.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. Application de laméthode ALCESTE à de “gros” corpus et stabilités “mondes lexicaux”: analysedu “Cable-Gate” avecIraMuTeQ. In: **Actes des 11eme Journéesinternationalesd’Analysestatistique des DonnéesTextuelles**.p. 835-844. 2012.

REIS, J. D. M. dos. **A comarca da capela e sua vida judiciária: esforço histórico**. Rio de Janeiro. 1926.

SÁ, C. P. de. **A construção do objeto de pesquisa em representações sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ. 1998. 110p.

_____. **Núcleo central das representações sociais**. Petrópolis: Vozes. 1996.189 p.

_____. Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In: **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. M. J. SPINK (Org.). São Paulo: Brasiliense, 1996.

SANTOS, A. D. dos; GAMA, A. M. C. de F; FARIA, A. A. C.; SOUZA, J. A. de; MELO, L. R. O.; CHAVES, M. B. F.; NETO, P. S. F. In: SANTOS, Ailton Dias dos (Org.).

Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais. IEB - Instituto Internacional de Educação do Brasil – São Paulo. Peirópolis, 2005.

SANTOS, D. de O. **Os donos da festa (1939-1982).** Monografia (Licenciatura em História) Polo Regional de Propriá, Programa de Qualificação Docente II, Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Propriá. 2002. 47p.

SANTOS, J. M. **Festa do mastro de capela (1983-2000).** Monografia (Licenciatura em História). Polo Regional de Propriá, Programa de Qualificação Docente II, Departamento de História, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de Sergipe. Propriá. 2002. 83p.

SANTOS, M. J. S. **Mata do junco (Capela-SE): identidade territorial e gestão de conflitos ambientais.** 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente), Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2007. 142 p.

SCANO, S., JUNIQUE, C.; VERGÈS, P. *Ensemble de programmes permettant l'analyse des évocations, EVOC2000.* Manuel d'utilisateur. Aix en Provence. 2002.

SEMARH (Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Estado de Sergipe). **Plano de manejo do refúgio de vida silvestre mata do junco.** 2010. Disponível em: < <http://www.semarh.se.gov.br/uploads/planos/PlanodeManejoRVS.pdf>>. Acesso em: 06 nov. 2013, 21:18:34.

SERGIPE. Secretaria de Estado Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPLAG). **Enciclopédia dos municípios sergipanos.** 2014. Disponível em: <http://www.seplag.se.gov.br/index.php/noticias/125-noticias2/noticias-em-destaque/2035-observatorio-de-sergipe-lanca>. Acesso em: 14 de abr. 2015.

SOCIEDADE SEMEAR. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental do município de capela.** Diagnóstico do primeiro relatório. Aracaju, SE. 2006. 194 p.

SOUZA, D. V. de. **Da possibilidade à ação: novas perspectivas de gestão territorial e de atuação cidadã - o caso da APA Municipal Capivari Monos.** Tese (Doutorado) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública. São Paulo, 2008.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das representações sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.). **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social.** São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 85-108.

VERGES, P. *Ensemble de programmes permettant l'analyse des evocations.* Evoc2000. Manuel. Version 5 Avril. 2002.

APÊNDICE

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, Carlos Miranda da Silva, acadêmico do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, da Universidade Federal de Sergipe - UFS, nível Mestrado, matrícula 201411002033, estou realizando uma pesquisa para conclusão de curso e para tanto solicito sua participação voluntária.

Esta pesquisa tem como objetivo aplicar a metodologia intitulada Sistemas de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC), com o objetivo de fornecer um plano de gestão adaptativa para o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVS Mata do Junco); além da utilização do referencial teórico metodológico da Teoria das Representações Sociais, a fim de compreender a representação social que o conselho possui sobre a RVS Mata do Junco e sobre a gestão desta UC. Para tanto será necessária a coleta de informações, as quais serão feitas durante através de entrevistas.

Desse modo, necessito que Vossa Senhoria responda a um roteiro de entrevista com caráter de sigilo da fonte. Os resultados serão divulgados em meio científico, porém apenas de forma agrupada, impossibilitando sua identificação pessoal. O critério de não identificar os participantes desta pesquisa, sob qualquer circunstância, será rigidamente seguido para que assim os princípios éticos de pesquisa sejam cumpridos.

O entrevistado tem o direito de abandonar sua participação no momento que assim desejar. Além disso, você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço do pesquisador, através dos quais poderá entrar em contato para esclarecer quaisquer dúvidas do projeto e de sua participação.

PESQUISADOR RESPONSÁVEL: Carlos Miranda da Silva

ENDEREÇO ELETRÔNICO: carlosmiranda.floresta@yahoo.com.br

TELEFONE: (79) 8808-9980

INSTITUIÇÃO DE PESQUISA: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal de Sergipe – PRODEMA/UFS

ENDEREÇO: Av. Marechal Rondon, s/n, Jardim Rosa Elze. Cep:49100-000. São Cristóvão, SE.

TELEFONE/FAX: (79) 2105-6600

OBJETIVOS: Esta pesquisa pretende contribuir para a gestão do RVS Mata do Junco, através dos membros que compõem o conselho consultivo da unidade, por meio dos mecanismos de

boa governança e por meio da metodologia participativa do SISUC e das representações sociais destes conselheiros para com a unidade.

PROCEDIMENTOS DO ESTUDO: A partir de seu consentimento, sua participação consistirá no fornecimento de depoimento oral, gravado digitalmente. Todo o material coletado será catalogado com um número de referência, preservando-se a confidencialidade da sua identidade.

RISCOS E DESCONFORTOS: Não há quaisquer riscos à sua integridade física ou moral. Caso você o desejar, a qualquer momento poderá retirar-se da pesquisa e solicitar que o material até então coletado seja descartado.

CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Será garantido sigilo absoluto dos nomes de todos os sujeitos participantes para assegurar a privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa.

Capela-SE, ____ de _____ de 2015.

Carlos Miranda da Silva

Declaro que as condições acima descritas foram lidas e expedidas pelo pesquisador.

Sendo assim, concordo com a minha participação na pesquisa dentro dos termos descritos.

Autorizo a utilização das informações supramencionadas na dissertação de mestrado de Carlos Miranda da Silva, do curso de Desenvolvimento e Meio Ambiente do PRODEMA/UFS.

Capela-SE, ____ de _____ de 2015.

Assinatura do participante

**APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADO AO CONSELHO
CONSULTIVO DO RVS MATA DO JUNCO.**

Idade:	Naturalidade:
Escolaridade:	Local de moradia:
Gênero:	Função no conselho:

A –Perguntas referentes à dimensão do CAMPO REPRESENTACIONAL (IMAGEM)

1. Você pode me dizer três palavras que lhe vêm à cabeça quando eu falo *Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco*?
2. E três palavras quando eu falo *Conselho Consultivo da RVS Mata do Junco*?
3. Três palavras quando falo *Gestão da RVS Mata do Junco*?
4. Três palavras quando falo *reunião* do Conselho da RVS Mata do Junco?

B - Perguntas referentes à dimensão da INFORMAÇÃO

1. A Mata do Junco é considerada uma UC.
2. Para você o que é uma unidade de conservação?
3. Como foi o processo para criação do RVS Mata do Junco?
43. Qual é o objetivo do RVS Mata do Junco?
5. O que você entende por Conselho Consultivo do RVS Mata do Junco?
6. De que forma você acha que o Conselho auxilia na gestão do RVS Mata do Junco?
7. O RVS Mata do Junco possui um plano de gestão? Se sim, qual é e como é realizado?
8. Como se dá a distribuição das responsabilidades (atribuições) dentro do conselho consultivo do RVS Mata do Junco?
9. Atualmente quais são as prioridades de manejo do RVS Mata do Junco definidas pelo Conselho?
10. Como tais prioridades são atendidas?
11. Há metas e prazos para que as prioridades sejam atendidas?
12. E feito um monitoramento e acompanhamento se tais prioridades estão sendo atendidas? Se sim, como é feito?
13. Os resultados são divulgados para os conselheiros? E para a população em geral? Como isso é feito?

14. Qual é a maior vulnerabilidade (ou problema) do RVS Mata do Junco?
15. Ocorrem ou já ocorreram conflitos de interesse que estão relacionados à UC? Se sim, como?
16. Há registro de resistência da comunidade do entorno quando da criação e implantação do RVS Mata do Junco? Se sim, como os gestores junto com o conselho consultivo administraram o conflito?
17. Quais as dificuldades que o conselho consultivo do RVS Mata do Junco enfrenta?
18. E quais as conquistas?

C - Perguntas referentes à dimensão da ATITUDE

1. Você participa das decisões relativas à gestão do RVS Mata do Junco? Se sim, de que forma?
2. O que você acha de sua atuação como conselheiro do RVS Mata do Junco?
3. Você gosta de ser um conselheiro? Se sim, por quê? Se não, por quê?
4. Você acha que sua opinião e suas sugestões são levadas em consideração nas reuniões do Conselho? Explique de que forma e como se sente?
5. Você como conselheiro se sente motivado em participar do conselho consultivo do RVS Mata do Junco? Se sim por quê? Se não, por quê?
6. Você acha que o RVS Mata do Junco influencia/interfere na sua vida cotidiana? Como?
7. Você é solicitado pela instituição que representa no Conselho do RVS Mata do Junco para lhe informar sobre as decisões e ações da gestão da UC? Se sim, como isso acontece? E como você informa?
8. O que você acha da forma como a gestão do RVS Mata do Junco é realizada?
9. Como conselheiro você acha há algo que poderia ser melhorado na gestão da unidade?
10. O que o RVS Mata do Junco representa pra você?

ANEXO

ANEXO A – PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: GOVERNANÇA DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO: AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO ESTRATÉGICO DO REFÚGIO DE VIDA SILVESTRE MATA DO JUNCO, SERGIPE

Pesquisador: Carlos Miranda da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 46315815.0.0000.5546

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.215.601

Apresentação do Projeto:

O Projeto envolve um estudo sobre as ferramentas da Teoria das representações Sociais (TRS) e de seus desdobramentos, para identificar a representação que os atores sociais inseridos no contexto do Refúgio de Vida Silvestre (RVS) Mata do Junco, possuem sobre a unidade, frente à aplicação de um modelo de gestão participativo/adaptativo.

Objetivo da Pesquisa:

Demonstrar como três princípios da boa governança, (Direcionamento, Desempenho ou performance; Prestação de contas ou accountability), estabelecidos por Graham, Amos e Plumptre (2003) estão presentes na gestão da Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Sergipe, por meio da aplicação do SISUC; e Analisar as representações sociais dos conselheiros membros do Conselho Consultivo da Unidade de Conservação (UC) Estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, em Sergipe, baseada na teoria das representações sociais de Moscovici (1978) sobre a própria UC e sua gestão em dois momentos: antes e após a realização de oficinas de capacitação em gestão adaptativa, utilizando o Sistema de Indicadores Socioambientais para Unidades de Conservação (SISUC).

Endereço: Rua Cláudio Batista s/nº

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@uufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.215.601

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

O risco desta pesquisa é mínimo de constrangimento por responder a questionamentos sobre atividades cotidianas, o qual é atenuado pelos benefícios obtidos: elaboração de plano de gestão para a Unidade de Conservação Refúgio de Vida Silvestre

Mata do Junco, e capacitação dos conselheiros para melhoria na gestão desta unidade e no Plano de Manejo. Além de promover a autonomia dos conselheiros, amparados pelas estruturas de Governança (Legitimidade e Voz, Desempenho, Direcionamento, Prestação de Contas e Equidade).

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

É uma pesquisa relevante que será realizada na Unidade de Conservação Estadual Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco (RVS Mata do Junco), situada no povoado Lagoa Seca, município de Capela/SE. A metodologia envolverá duas etapas: a primeira com a

aplicação do SISUC, e a segunda com entrevistas para avaliar o nível de representação social dos conselheiros do RVS Mata do Junco. A metodologia do SISUC terá sete passos consecutivos que devem ocorrer em uma oficina participativa, com duração de dois dias, sendo que os passos de um a cinco ocorrerão no primeiro dia da oficina, e as atividades dos passos seis e sete, no segundo dia, com abordagem dos indicadores socioambientais selecionados na oficina.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos obrigatórios apresentados.

Recomendações:

Não se aplicam.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplicam.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto Dissertação Carlos Miranda Comitê Ética.docx	08/06/2015 09:25:04		Aceito
Outros	Termo Anuência Mestrado Carlos Miranda.pdf	08/06/2015 09:27:04		Aceito
Outros	Roteiro Entrevista Mestrado Carlos Miranda.docx	09/06/2015 12:19:49		Aceito

Endereço: Rua Cláudio Batista s/n°

Bairro: Sanatório

CEP: 49.060-110

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

E-mail: cephu@ufs.br

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE
ARACAJÚ/ UNIVERSIDADE
FEDERAL DE SERGIPE/ HU-



Continuação do Parecer: 1.215.601

Outros	Declaração Custo Pesquisa Mestrado Carlos Miranda.pdf	09/06/2015 12:42:37		Aceito
Folha de Rosto	Folha Rosto Carlos Miranda.pdf	10/06/2015 10:45:48		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_513997.pdf	10/06/2015 10:49:45		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO Carlos Miranda.docx	11/08/2015 09:03:45		Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_513997.pdf	11/08/2015 09:12:06		Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ARACAJU, 04 de Setembro de 2015

Assinado por:
Anita Hermínia Oliveira Souza
(Coordenador)

Endereço: Rua Cláudio Batista s/n°

Bairro: Sanatório

UF: SE

Município: ARACAJU

Telefone: (79)2105-1805

CEP: 49.060-110

E-mail: cephu@ufs.br